



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

HELOISA HELENA MEIRELES BAHIA CONCEIÇÃO

**MULHERES E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O GRUPO
DE MULHERES BRASILEIRAS (GMB) DO BAIRRO DO
BENGUÍ - BELÉM - PARÁ**

**Belém - PA
2011**

HELOISA HELENA MEIRELES BAHIA CONCEIÇÃO

**MULHERES E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O GRUPO
DE MULHERES BRASILEIRAS (GMB) DO BAIRRO DO
BENGUÍ - BELÉM - PARÁ**

Dissertação apresentada na Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais do Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como exigência final para obtenção do título de Mestre em Educação, construída sob a orientação do Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva.

**Belém - PA
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –**Biblioteca Prof^a. Elcy Rodrigues Lacerda / Instituto de Ciências da Educação / UFPA, Belém-PA**

Conceição, Heloisa Helena Meireles Bahia.

Mulheres e educação: um estudo sobre o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB) do bairro do Benguí - Belém - Pará; orientador, Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva. – 2011.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

1. Mulheres – Belém (PA). 2. Movimentos Sociais – Belém (PA). 3. Educação e Estado – Belém (PA). 4. Educação Não-Formal – Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed.: 305.42098115

HELOISA HELENA MEIRELES BAHIA CONCEIÇÃO

**MULHERES E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O GRUPO
DE MULHERES BRASILEIRAS (GMB) DO BAIRRO DO
BENGUÍ – BELÉM - PARÁ**

Dissertação apresentada na Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais do Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como exigência final para obtenção do título de Mestre em Educação, construída sob a orientação do Prof^o. Dr^o. Gilmar Pereira da Silva.

Defesa: Belém (PA), 28 de julho de 2011.

Banca Examinadora

Prof^o. Dr^o. Gilmar Pereira da Silva
Orientador

Prof^o. Dr^o. Ronaldo Marcos de Lima Araujo (UFPA)
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira (UEPA)
Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

A Deus, por ter me concedido esse imenso presente que foi meu Curso de Mestrado Acadêmico em Educação.

À minha maravilhosa mãe, Luzanira Meireles.

Ao meu marido, Washington Hertz.

Ao meu querido orientador, Profº. Drº. Gilmar Pereira da Silva.

Aos meus estimados irmãos Mark Clark, Renee Carol e Cinara Ciberia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me concedeu essa oportunidade única na vida, por ter sido presente durante toda a caminhada, fortalecendo-me em momentos difíceis e me presenteando com inesquecíveis momentos bons.

A Jesus Cristo, seu único filho e nosso senhor, a quem recorri diversas vezes para pedir ou para agradecer as situações que vivenciei no decorrer do curso.

A Nossa Senhora de Nazaré, mamãezinha amorosa, que guia meus caminhos e em quem, em muitos momentos, busquei refúgio e consolo.

Ao Santo Expedito, que também procurei por muitas vezes, solicitando ajuda para resolver as adversidades e causas urgentes que precisavam ser solucionadas.

Agradeço muito à minha maravilhosa mãe Luzanira Meireles, essa grande mulher que Deus me presenteou como genitora, por ser guerreira, heroína, chefe de família, exemplo de mulher, amiga, incentivadora incondicional de todos os meus projetos de vida. Obrigada, mãe! Sem a senhora, não conseguiria chegar aqui. Amo-te muito!

Ao meu maridão, Washington Hertz, grande homem, companheiro, estimulador de meus projetos de vida. Obrigada “paizão”! Sem você, também não chegaria até aqui. Você foi um verdadeiro companheiro nessa jornada, cuidou de mim em todos os momentos, do nosso lar, do nosso casamento, da minha família. Amo-te muito!

Ao meu querido orientador Prof^o. Dr^o. Gilmar Pereira da Silva, que considero um grande e inesquecível presente desta caminhada de dois anos. Agradeço-te por tudo: por me aceitar como orientanda, por acreditar que eu era capaz, por acreditar na minha proposta de pesquisa, pela autonomia que me concedeu no decorrer do percurso, por ser um incentivador sempre de meu crescimento e superação de adversidades; por ter, sem nem perceber, me ensinado tantas lições que extrapolam os conhecimentos da academia e que influenciaram na minha formação pessoal e profissional; pela relação franca e fraterna que estabelecemos enquanto orientador e orientanda. Reitero meu muito obrigada; pois, em minha opinião, o senhor é um verdadeiro “Educador”.

Agradeço o apoio incondicional da minha família, que em momentos tortuosos estavam ao meu lado; e que, nos momentos de calma e conquistas, riam e faziam graça das situações. São eles: meus irmãos Mark Clark, Renee Carol e Cinara Ciberia; minha cunhada Vanessa; meu tio Jurandir, minha tia Deuzite, meus tios Benito e Sebastião.

Aos meus avós maternos, Raimundo Meireles (*in memoriam*) e Raimunda Delgado Meireles (*in memoriam*), que certamente estariam muito felizes com mais essa conquista. Saudades de vocês vovó e vovô, os quais estão vivos no meu dia-a-dia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou uma bolsa de estudos no período de março de 2009 a fevereiro de 2010; e à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), que financiou nova bolsa desde maio de 2010 até a conclusão desse curso.

Aos profissionais da saúde que me prestaram atendimento durante um período de um ano e cinco meses, em que estive acometida de uma enfermidade. Muito obrigada pelo estímulo e apoio de vocês, pois foi fundamental para que entrasse de alta médica, ficasse “novinha em folha” (conforme fala das médicas) e concluísse meu curso. São eles: Mauro Costa, Ercy Ferreira, Valdirene Pinto, Elizabete Abreu e Fabíola de Sá.

À minha querida madrinha de batismo Tetê, que é uma pessoa muito importante na minha vida desde criança, tem decisiva influência na minha educação. Obrigada madrinha pelo incentivo sempre e em tudo que faço.

Aos meus queridos companheiros de turma, na linha de Políticas Públicas Educacionais, Klener Brito e Claudionor Araújo, hoje grandes amigos. Obrigada por compartilharem comigo aqueles momentos de aulas, de trabalhos, de cumplicidade, de estímulo, de desabafos, de sorrisos, de desafios, de apoio e do café com tapioca depois das aulas.

Aos meus estimados colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE), que faço parte desde 2009. Obrigada pela inesquecível acolhida, pelas diversas experiências compartilhadas e pelas novas aprendizagens que obtive com a participação neste grupo que tem compromisso com a pesquisa no Estado do Pará.

Às minhas eternas amigas de graduação e hoje companheiras de profissão, Sirléia Sodrê, Maely Silva e Raquel Brito. Sei que torceram e se alegraram com mais esta conquista em minha vida.

Aos professores do PPGED, que me deram apoio, incentivo e orientações para resolver questões importantes para os rumos da minha trajetória no curso: Josenilda Maués, Salomão Hage, Paulo Sérgio Almeida, Genilton Odilon e Ronaldo Araujo e a professora do Curso de Pedagogia/ ICED Almira Teixeira.

À equipe de funcionárias e bolsistas do PPGED, que trabalham bastante para atender às necessidades de alunos (as) e professores (as) do programa. Obrigada pelas orientações e dedicação com que me trataram, em especial, à minha querida amiga e ex-funcionária do programa Conceição Mendes.

Agradeço a três pessoas maravilhosas que surgiram na minha vida durante essa caminhada: a querida amiga Ana Maria Raiol, a querida professora Belém Feitosa e a querida professora Ney Cristina Monteiro.

A Leinha, Cecília e dona Domingas, integrantes do GMB, onde realizei a pesquisa de campo para este trabalho. Obrigada pela disponibilidade em ajudar sempre, pelo bom humor e boa receptividade que tiveram comigo nas visitas à sede do grupo.

Tais agradecimentos eram necessários, pois precisava agradecer e registrar a participação dessas pessoas que estiveram presentes do início até a consolidação deste momento tão especial na minha vida. Desejo que Deus cuide carinhosamente de cada um de vocês.

Raul Seixas dizia “que sonho que se sonha só é apenas sonho, sonho que se sonha junto é realidade. O segredo da realização dos sonhos são os conspiradores, conspiradores são aqueles que juntos respiram o mesmo ar”. Vocês e muitas outras pessoas que não mencionei foram os conspiradores deste sonho pessoal, que passou a ser coletivo. Meu muito obrigada! E que venham novos sonhos pessoais, acadêmicos e profissionais.

Sonhos são bússolas do coração, são projetos de vida. Desejos não suportam o calor das dificuldades. Sonhos resistem às altas temperaturas dos problemas. Renovam a esperança quando o mundo desaba sobre nós. Os sonhos trazem saúde para a emoção, equipam o frágil para ser autor da sua história, renovam as forças do ansioso, animam os deprimidos, transformam os inseguros em seres humanos de raro valor. Os sonhos fazem os tímidos terem golpes de ousadia e os derrotados serem construtores de oportunidades. Por isso desejo sinceramente que você... Nunca desista dos seus sonhos!

Augusto Cury

RESUMO

O trabalho apresenta a pesquisa realizada no período de 2009-2010, que teve o propósito de estudar o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), buscando verificar a atuação deste como executor de práticas educativas para além das formalidades institucionais. O objetivo geral de pesquisa foi investigar como vem se processando as práticas educativas voltadas às linhas de ação (saúde da mulher, combate à violência, trabalho e renda) desenvolvidas pelo grupo, os objetivos específicos foram: identificar quais os fatores que levaram as mulheres que integram o grupo a escolherem as três linhas de ação para serem desenvolvidas; verificar se houve reflexos positivos ou negativos no bairro do Benguí após a criação do mesmo; conhecer os motivos que levaram mulheres do bairro a integrarem o grupo; analisar o processo educativo que envolve as práticas do grupo. Nosso problema de pesquisa se baseou na seguinte questão: De que forma se constituem as práticas educativas de ações de saúde da mulher, combate à violência, trabalho e renda desenvolvidas no GMB? A metodologia utilizada foi predominantemente de abordagem qualitativa. Realizamos uma pesquisa de campo e documental. Utilizamos observações não-participantes e aplicação de entrevistas semi-estruturadas com um roteiro pré-estabelecido. Utilizamos a estratégia chamada estudo. O recorte temporal da pesquisa foi o período de 2008-2010, que compreende o mandato da atual coordenadora do grupo, com término previsto para setembro de 2011. As análises revelaram que as práticas educativas voltadas às três linhas de ação estão sendo desenvolvidas por meio de palestras, campanhas, atos públicos, seminários, encontros, distribuição de cartilhas, cursos e oficinas de capacitação, orientação as mulheres vítimas de violência, etc. As opiniões das entrevistadas foram unânimes no que diz respeito “ao caráter educativo das ações desenvolvidas pelo grupo”. Elas afirmam que as atividades visam à formação de sujeitos, a capacitação para o mercado de trabalho, possibilita às pessoas o conhecimento dos seus direitos e deveres na sociedade, as oficinas e cursos ajudam a gerar trabalho e renda, etc. A falta de recursos financeiros é uma questão também apontada por todas as entrevistadas, pois relatam que precisam de apoio financeiro para realizar as ações, o grupo arrecada recursos por meio da elaboração de projetos que são enviados a várias instituições, e que, quando algum projeto é aprovado, o dinheiro é aplicado na oferta de cursos, oficinas, campanhas, entre outros. Deve-se destacar que, além da ação positiva na luta contra o preconceito imposto às mulheres, o GMB atua de forma compensatória no desenvolvimento de políticas que o Estado não dá conta de realizar. Assim, o processo educativo se materializa no cotidiano dos cursos e oficinas; mas, sobretudo no desenvolvimento cotidiano das práticas culturais, sociais e políticas.

PALAVRAS-CHAVE: GMB. Movimentos Sociais. Movimento de Mulheres. Educação.

ABSTRACT

The paper presents the research conducted in the period 2009-2010, which aimed to study the Brazilian Women's Group (GMB), seeking to verify the performance of an executor of educational practices in addition to the institutional procedures. The overall objective was to investigate how research have been ongoing educational practices geared to the lines of action (women's health, combating violence, work and income) developed by the group, the specific objectives were to identify the factors that led women in the group to choose three courses of action to be developed; whether there has been positive or negative consequences in the neighborhood of Bengü after creating it, to know the reasons why women of the neighborhood group to integrate, analyze the educational process that involves practices of the group. Our research problem is based on the following question: In what ways are the educational practices of the health activities of women, combating violence, employment and income in developed GMB? The methodology used was predominantly qualitative approach. We conducted a field survey and documentary. We use non-participant observations and application of semi-structured interviews with a pre-established. We use a strategy called study. The time frame of the research was the period of 2008-2010, which includes the mandate of the current coordinator of the group, with completion scheduled for September 2011. The analysis revealed that the educational practices aimed at three lines of action are being developed through lectures, campaigns, public events, seminars, meetings, distribution of textbooks, courses and training workshops, counseling women victims of violence, etc.. The opinions of the interviewees were unanimous with regard "to the educational nature of the actions developed by the group." They claim that the activities aimed at training subjects, training for the labor market, enabling people to understand their rights and duties in society, workshops and courses to help generate jobs and income, etc.. The lack of financial resources is an issue also mentioned by all interviewees, as reported in need of financial support to carry out the actions, the group raises funds through the development of projects that are sent to various institutions, and that when a project is approved, the money is spent on offering courses, workshops, campaigns, among others. It should be noted that in addition to positive action in the fight against prejudice imposed on women, the GMB acts to compensate the development of policies that the state does not hold account. Thus, the educational process is embodied in everyday courses and workshops, but primarily in the development of everyday cultural practices, social and political.

KEYWORDS: GMB. Social Movements. Women's Movement. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Cartilha Violência Contra a Mulher: Desafios e Lutas na Prevenção e Combate.....	28
Figura 2 Mapa do Bairro do Benguí.....	57
Figura 3 Sede do GMB.....	59
Figura 4 Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí.....	61
Figura 5 Cartilha: E a saúde como vai?.....	63
Figura 6 Oficina: Economia Solidária e Feminista ministrada para as mulheres do GPA.....	67
Figura 7 Imagem da produção de bijuterias do GPA	82
Figura 8 Imagem das bolsas produzidas no GPA.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o sexo 2008 - 2009.....	34
Tabela 2 Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade-2009.....	36

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
AEMBA - Associação das/os Empreendedoras/es do Benguí e Adjacências
CEDAW - Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CFÊMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CMCF - Conselho Municipal da Condição Feminina
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social
DABEN - Distrito Administrativo do Benguí
DEAMs - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
FASE - Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FUNPAPA - Fundação Papa João XXIII
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMAP - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense
GMB - Grupo de Mulheres Brasileiras
GPA - Grupo de Produção Amazônia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML - Instituto Médico Legal
MEC - Ministério da Educação
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD - Núcleo de Educação Ambiental Distrital
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PEAMB - Programa de Educação Ambiental para Belém
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PME - Pesquisa Mensal de Emprego
SEDIM - Secretaria dos Direitos da Mulher
SEPPIR - Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	7
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO	
1.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	8
1.2. O FEMINISMO E O MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL.....	13
1.3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	23
CAPÍTULO II.....	30
MULHERES, EDUCAÇÃO, TRABALHO, SITUAÇÃO ECONÔMICA E VIOLÊNCIA	
2.1. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES E NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	32
2.2. O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO.....	37
2.3. O AUMENTO DA POBREZA.....	43
2.4. A VIOLÊNCIA.....	46
CAPÍTULO III.....	51
O GRUPO DE MULHERES BRASILEIRAS (GMB): UM ESTUDO DE CASO	
3.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO.....	51
3.2. UMA CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DO BENGUÍ.....	57
3.3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO GMB.....	58
3.4. A PERCEPÇÃO DAS ENTREVISTADAS.....	65
3.4.1 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS REALIZADAS NO GRUPO.....	66
3.4.2 AS AÇÕES DO GMB NO BAIRRO DO BENGUÍ.....	70
3.4.3 A PARTICIPAÇÃO NO GMB.....	71
3.4.4 A EDUCAÇÃO FORMAL.....	75
3.4.5 SUGESTÕES DE MELHORIAS E IMPRESSÕES DO GRUPO.....	76
3.4.6 O GRUPO DE PRODUÇÃO AMAZÔNIA (GPA).....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	98
APÊNDICES.....	106

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta a pesquisa realizada no período de 2009-2010, cujo propósito foi o estudo do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), buscando verificar a atuação deste como executor de práticas educativas para além das formalidades institucionais.

A opção pelo estudo surgiu do nosso interesse em conhecer os Movimentos Sociais, sua história, sua diversidade, suas conquistas, suas reivindicações, etc. e as práticas educativas contidas nestes movimentos. A partir deste interesse e do estudo dos diversos tipos de movimentos sociais que surgiram no Brasil, optamos pelo “Movimento de Mulheres” como temática de nossa investigação. Desde a infância, nos deparamos com situações que serão mencionadas ao decorrer deste trabalho e que nos causam profundo sentimento de indignação, tais como: falta de oportunidades no mercado de trabalho para mulheres com baixa escolaridade, violência contra a mulher e famílias chefiadas por mulheres, entre outras. O interesse e a indignação foram os sentimentos motivadores que nos levaram a realizar o presente estudo.

A educação se dá em diversos espaços, que podem ser formais, informais e não-formais (Gonh, 2006). No interior dos movimentos sociais, acontecem práticas educativas (Arroyo, 2002). Dessa forma, também acontecem práticas educativas nas ações desenvolvidas no GMB. O grupo atualmente trabalha na direção de três linhas de ação que fazem parte do Projeto “Construindo a Cidadania”; e, a partir desta realidade, desenvolvemos nosso problema de pesquisa: de que forma se constituem as práticas educativas de ações de saúde da mulher, combate à violência, trabalho e renda desenvolvidas no GMB?

O GMB localiza-se na Rua Benfica, nº. 18, entre a Rua Betânea e a Rua São Pedro, no bairro do Benguí, no município de Belém/ PA; e foi fundado em 1986. A princípio, algumas mulheres se reuniam para realizar festas comemorativas, a exemplo do dia das mães, dia dos pais, festas juninas, festas de final de ano, etc.. Posteriormente, essas mulheres começaram a perceber que haviam dois problemas de maior ocorrência que afetavam grande parte das mulheres no bairro: a violência e a falta de acesso à saúde (falta de posto de saúde). A partir dessa constatação, iniciou-se a organização do Grupo de Mulheres do Benguí, que teve por objetivo inicial buscar soluções para os problemas mencionados. O grupo teve outras denominações, e desde o ano de 2007 passou a se chamar Grupo de Mulheres Brasileiras.

A escolha do grupo GMB para objeto de estudo deu-se pelas seguintes questões: 1) é um grupo que existe há vinte e quatro anos; 2) o desejo de conhecer as ações desenvolvidas

pelo grupo; 3) a possibilidade de alcançarmos nossos objetivos de pesquisa; 4) a boa receptividade que tivemos pela atual coordenadora e demais integrante do grupo; e 5) o interesse em conhecer um pouco a realidade vivenciada no bairro a partir de contatos com as entrevistadas.

O objetivo geral de pesquisa foi investigar como vem se processando as práticas educativas voltadas às linhas de ação (saúde da mulher, combate à violência, trabalho e renda) desenvolvidas pelo GMB. Os objetivos específicos foram: identificar quais os fatores que levaram as mulheres que integram o grupo a escolherem as três linhas de ação para serem desenvolvidas; verificar se existiram reflexos positivos ou negativos no bairro do Benguí após a criação do mesmo; conhecer os motivos que levaram mulheres do bairro a integrarem o grupo; e analisar o processo educativo que envolve as práticas do grupo.

Algumas questões nortearam a pesquisa, tais como: como vem se processando as práticas educativas voltadas às três linhas de ação desenvolvidas pelo grupo? Quais os fatores que levaram as mulheres que integram o grupo a escolherem as três linhas de ação para serem desenvolvidas? Houve reflexos positivos ou negativos no bairro do Benguí após a criação do grupo? Quais os motivos que levaram algumas mulheres do bairro a integrarem-se ao grupo? Qual o processo educativo que envolve as práticas do GMB?

A metodologia utilizada na pesquisa foi predominantemente qualitativa, na qual realizamos observações não-participantes, entrevistas semi-estruturadas com um roteiro pré-estabelecido. Em combinação com a pesquisa de campo e documental, também foi realizada uma revisão bibliográfica, visando dar sustentação teórica ao estudo. Utilizamos, neste trabalho, a estratégia chamada estudo de caso.

Segundo Martins (2004), a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de macroprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados; e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

Minayo (2008, p. 21) tece algumas informações acerca da pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com o nível da realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Para Silva (2001), a observação não-participante é aquela em que o pesquisador presencia o fato, mas não participa. Escolhemos este tipo de observação porque preferimos não nos envolver com as ações do grupo, manter certo distanciamento, para evitarmos a sobreposição de impressões subjetivas nos resultados da pesquisa. Observamos alguns momentos como: reunião de planejamento de ações no bairro, oficina para mulheres, produção de bolsas e bijuterias, entre outros.

Gil (1999) define a entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social.

Duarte (2002, p. 141) discorre a respeito da necessidade de entrevistas dentro das pesquisas de cunho qualitativo e da seleção dos sujeitos que serão entrevistados:

[...] pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi – estruturadas. Nestes casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que irão compor o universo de investigação é algo primordial. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo onde grande parte do trabalho será assentado.

As entrevistas foram fundamentais durante o processo de pesquisa, pois através das mesmas, conseguimos coletar diversas informações. Optamos pelas entrevistas semi-estruturadas, porque estas nos permitiram a incorporação de perguntas que não constavam no roteiro e que surgiram no decorrer da entrevista. Aplicamos entrevistas a oito mulheres que fazem parte do GMB. O tempo de participação de cada integrante no grupo varia de três a vinte e quatro anos. Foram entrevistadas as seguintes mulheres:

- Atual Coordenadora: É pedagoga, tem 58 anos, pela segunda vez é coordenadora, e está no grupo desde a fundação.
- Ex-Coordenadora: Tem ensino médio completo, faz Curso de Serviço Social à distância, tem 55 anos, foi coordenadora no período de 2005 a 2008, participa do grupo há onze anos, e faz parte do Conselho Fiscal.
- Tesoureira: É socióloga, tem 44 anos e participa do grupo há quinze anos.
- Coordenadora do Grupo de Produção Amazônia (GPA): Tem ensino médio completo, é artesã e costureira, tem 39 anos, integra há cinco anos o GMB e o GPA, e participa do Conselho Fiscal.

- Membro 1: É pedagoga, tem 42 anos, participa do grupo a dezoito anos, faz parte da Coordenação de Mobilização de Recursos.
- Membro 2: Tem ensino médio completo e faz cursinho pré-vestibular. É artesã e costureira, tem 41 anos, participa a seis anos do grupo, a quatro anos do GPA, faz parte do Conselho Fiscal.
- Membro 3: Tem ensino médio completo e faz cursinho pré-vestibular. É artesã e costureira, tem 30 anos, participa a seis anos do grupo, e do GPA há um ano.
- Membro 4: Tem ensino médio completo. É costureira, tem 40 anos e participa a três anos do GMB e do GPA.

Para preservação do anonimato das entrevistadas, decidimos nomear cada uma das mulheres entrevistadas com o nome de uma flor. Tal nomeação surgiu porque, em 2002 o grupo promoveu uma grande campanha intitulada “Violência contra a mulher nem com uma flor!” no bairro do Benguí.

Ficaram nomeadas da seguinte forma: Atual Coordenadora: Rosa; Ex-Coordenadora: Flor de Lis; Tesoureira: Orquídea; Coordenadora do GPA: Margarida; Membro 1: Lírio; Membro 2: Girassol; Membro 3: Tulipa; Membro 4: Violeta.

De posse das entrevistas, realizamos um trabalho de análise e sistematização, na busca por responder nossos objetivos, o problema e as questões norteadoras da pesquisa.

A revisão bibliográfica, desde o início do curso, mostrou-se muito positiva, pois nos forneceu um grande número de materiais já elaborados, a obtenção de livros, teses, dissertações, artigos científicos, periódicos, entre outros materiais disponíveis em bibliotecas e na internet em sites confiáveis.

Na opinião de Gil (1998, p. 5), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens:

Primeiramente, há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a fonte mais importante de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise de documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativo baixo, quando comparado com de outras pesquisas.

Há vantagens na pesquisa documental; todavia, nem sempre o acesso a alguns documentos são de fácil obtenção por parte de algumas instituições, ou até mesmo, pela inexistência dos mesmos.

Evangelista (2008) afirma que o pesquisador tem uma posição ativa e intencional, o mesmo lê, interpreta, ordena, sistematiza segundo interesses políticos e econômicos que precisam estar esclarecidos para ele. O seu trabalho, na relação com o documento, é o de não desistir de encontrá-lo e selecioná-lo segundo suas escolhas – que devem ser objetivas, mas que jamais serão neutras. Em nossa pesquisa de campo, foram coletados documentos com informações da história do GMB, da oficialização do grupo, das ações, de recursos recebidos, atas de reuniões, entre outros.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa, que objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre o objeto; dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores (CHIZZOTTI, 2008).

Delimitamos o período de 2008-2010 para o recorte temporal da pesquisa, que compreende o mandato da atual coordenação do GMB, em vigor até setembro de 2011. Realizamos no período de junho a dezembro de 2010 a coleta de dados.

Durante o período mencionado, realizamos levantamento de documentos na sede do grupo (atas, estatuto, cartilhas, materiais de oficinas, cronograma de atividades para jovens, etc.) e estivemos presente em alguns momentos, durante a realização de algumas atividades, realizando observações não-participantes (reunião de planejamento de ações no bairro, oficina para as mulheres, produção de bolsas e bijuterias no GPA).

A eleição das categorias é fundamental para atingir os objetivos que se pretende, pois devem estar claramente definidas e serem pertinentes aos objetivos pretendidos na pesquisa, a fim de condensar um significado a partir de unidades vocabulares (CHIZZOTTI, 2008). Informamos que trabalhamos as categorias: Movimentos Sociais, Movimento de Mulheres e Educação Não-Formal.

Os Movimentos Sociais são todos os tipos de movimentos que acontecem na sociedade civil, que não tenham vínculo estrutural com instâncias governamentais. Esta expressão é usada para designar Movimento Popular (ZANIRATTI, 1990).

Os Movimentos de Mulheres são formados por uma coletividade feminina que se mobilizam para protestar ou ir em busca de objetivos em comum. São movimentos sociais que apresentam uma heterogeneidade de objetivos e formas de associação (OUTHWAITE E BOTTOMORE, 1996).

A Educação Não-Formal é aquela que se aprende no mundo, por meio de processos de compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas cotidianas (GONH, 2006).

Os dados iniciais nos levaram a afirmar que esta pesquisa possui uma relevância social porque se propôs investigar o GMB; sua história; ações; reivindicações; conquistas; parcerias; as mulheres integrantes; a articulação com outros grupos de mulheres do município de Belém e nos demais municípios do interior do Estado do Pará; a relação do grupo com os governos Municipal e Estadual, com a Sociedade Civil, com Organizações Não-Governamentais. A pesquisa ainda aponta a efetivação de reflexão a respeito das mudanças negativas ou positivas ocorridas no bairro do Benguí após a criação do grupo.

Tem também uma relevância acadêmica por, ao ter como objeto de estudo o GMB, socializar como vem acontecendo à educação não-formal no interior do grupo por meio de suas ações; e ter buscado averiguar se há algum tipo de estímulo as mulheres que integram o grupo a elevarem seu nível de escolarização.

Apresenta uma relevância pessoal porque contribuiu em nossa formação acadêmica e profissional ao nos proporcionar um contato mais direto com mulheres que fazem parte do grupo, entender os motivos que as levaram a ingressar no grupo; conhecer um pouco da realidade do bairro; e verificar a educação não-formal existente no interior do grupo; além de recebermos um rico acúmulo teórico por meio de leituras de artigos, livros, dissertações, teses, revistas, documentos oficiais, entre outras fontes que tratam da questão dos Movimentos de Mulheres e Educação.

Almejamos que nosso estudo contribua para pesquisas e discussões acerca dos Movimentos de Mulheres existentes no Brasil, no município de Belém e em outros municípios no Estado do Pará. E que essas discussões possam contribuir para a geração de Políticas Públicas voltadas às mulheres.

Nosso trabalho está organizado em três capítulos: no primeiro capítulo, elaboramos considerações acerca dos Movimentos Sociais, do Feminismo e o Movimento de Mulheres no Brasil, elaboramos também reflexões acerca das Relações de Gênero. No segundo capítulo, discorreremos a respeito de quatro situações vivenciadas pelas mulheres brasileiras atualmente, a educação das mulheres e nível de escolaridade, acesso ao mercado de trabalho, aumento da pobreza e violência. E no terceiro e último capítulo, descrevemos os resultados da pesquisa. Trabalhamos com as seguintes discussões: uma breve caracterização do bairro do Benguí, onde está localizado o GMB nosso objeto de estudo; considerações acerca do grupo; destacamos as percepções das oito mulheres entrevistadas a respeito de questões que julgamos importante apontar no trabalho de investigação e as questões que nos permitiram responder nossos objetivos, problema e questões norteadoras estabelecidas para a pesquisa.

I CAPÍTULO

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Os movimentos sociais têm importante relação com a educação. No que tange a educação formal, há essa relação pois, em nossa opinião, quanto mais pessoas tiverem acesso ao conhecimento, maior sua capacidade de organização em grupos para realizarem reivindicações em todos os níveis. Isso não quer dizer que as pessoas menos instruídas não sejam capazes de se organizar e formular reivindicações e/ou propostas. É a educação não-formal que compreendemos ser desenvolvida no interior dos diversos movimentos sociais que surgiram e surgem no Brasil.

Segundo Brandão (1995), a educação ocorre em todos os espaços:

Ninguém escapa da educação: em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender – e ensinar, para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida a educação. Com uma ou com várias: Educação? Educações. (p. 7)

Gohn (2006) descreve acerca dos espaços nos quais acontecem três tipos de educação.

Para ela:

A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, no clube, amigos, etc., de pertencimentos e sentimentos herdados: e a educação não – formal é aquela que se aprende “no mundo”, via os processos de compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas cotidianas. (p. 28)

Quando Gohn (2006) trata da educação não-formal, nos reportamos àquela desenvolvida no interior dos diversos movimentos sociais; mas, em especial, nos movimentos de mulheres, que é nossa temática de investigação; e ainda sim, particularmente o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), localizado no bairro do Benguí, no município de Belém/ PA.

Após observarmos as citações de Brandão (1995) e Gohn (2006), percebemos que há uma semelhança entre ambos os pensamentos em relação aos espaços em que se desenvolve a

educação/prática educativa: rua, casa, clube, escola, amigos, igreja, espaços e ações coletivas cotidianas, etc.

Podemos afirmar, com base na fala de oito mulheres entrevistadas que integram o GMB e também em algumas atividades promovidas pelo grupo em que estivemos presente realizando observações não-participantes, que as ações desenvolvidas pelo grupo são educativas, pois visam à aprendizagem de sujeitos.

O GMB promove, em parcerias com outras instituições, cursos, oficinas, seminários, encontros na sede do grupo etc.; cujo público alvo é especialmente formado por mulheres moradoras do bairro, mas contemplam também adolescentes e homens. O grupo é convidado a ministrar palestras nas escolas do bairro sobre violência contra a mulher e saúde da mesma. Também é convidado a participar de parcerias com as igrejas católicas do bairro. As atividades mencionadas não são realizadas na esfera da escola, lócus da educação formal. Essas ações são educativas e fazem parte da educação não-formal. No terceiro capítulo, trataremos destas ações de forma mais detalhada.

Neste capítulo, faremos considerações baseadas em autores (as) acerca dos movimentos sociais, do movimento de mulheres, do movimento feminista, das relações de gênero e da educação, pois entendemos que tais discussões foram fundamentais para nossa pesquisa.

1.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O objeto de estudo desta pesquisa foi o GMB, que é um “movimento de mulheres” criado no ano de 1986, no bairro do Benguí, no município de Belém/ PA; e, portanto, se constitui como um dos diversos tipos de movimentos sociais existentes atualmente no Brasil e no mundo.

É importante tecer algumas considerações acerca dos movimentos sociais neste trabalho, pois se caracteriza como uma das nossas categorias de análise.

A história dos movimentos sociais foi e, até nossos dias, continua sendo de suma importância para as reivindicações dos segmentos de nossa sociedade, que, em suas manifestações, buscam soluções para seus problemas e reúnem-se segundo seus interesses comuns.

Na história antiga da Europa, há marcas de inúmeros registros de movimentos sociais; a exemplo da revolta de escravos espartíacos, as Cruzadas, as diversas guerras religiosas que aconteceram em Roma, as guerras camponesas na Alemanha no século XVI, os conflitos étnico-raciais no continente europeu, o movimento de mulheres que trazia em seu bojo ideias

revolucionárias – o que culminou numa verdadeira perseguição às participantes, e que ficou conhecida como Caça às Bruxas.

Vários movimentos se configuraram como agentes de resistência e transformação social ao longo da história. Vale ressaltar que esses movimentos sociais não aconteceram apenas na Europa, mas também na Ásia, no mundo árabe, na África e na América Latina (LIMA, 2008).

Segundo a autora, foi constatado que os movimentos sociais tiveram origem desde os primórdios da civilização, mas sem data precisa. Somente no final da década de 60, no século XX, mais precisamente no ano de 1968, os movimentos sociais deixam de ser contemplados como organização e ação dos trabalhadores em sindicatos para dar papel de destaque aos chamados *novos movimentos sociais*. Afirma que qualquer discussão feita sobre movimentos sociais recai na formulação de um conceito, pois apesar de todo desenvolvimento alcançado pelos pesquisadores para traçar uma definição, não há consenso entre os estudiosos do tema. Os movimentos sociais passaram a ser vistos como conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que manifesta preferência pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou da distribuição de recompensas numa sociedade.

Os movimentos sociais são sinais da (na) sociedade que podem provocar impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, dependendo de sua organização e das suas relações de forças com o Estado e com os demais atores coletivos de uma sociedade. Cada um dos movimentos possui uma reivindicação específica; no entanto, todos expressam as contradições econômicas e sociais presentes na sociedade brasileira, contradições econômicas perversas aos trabalhadores no contexto do modelo de produção capitalista (SOUZA, 2004).

Silva (2003) conceitua os movimentos sociais como respostas coletivas de um grupo de pessoas aos problemas que vivenciam, procurando lutar por suas reivindicações, construindo e refazendo sua própria história em determinado tempo.

Zaniratti (1990) faz algumas considerações acerca da expressão Movimentos Sociais:

Movimentos Sociais esta expressão, usada para designar Movimento Popular todos os tipos de movimentos que acontecem na sociedade civil, que não tenham vínculo estrutural com instâncias governamentais. Dentro deste conceito cabem os movimentos assistenciais, sindicais, de bairro, rurais, negros, mulheres, etc. Um conceito que não explica o caráter de classe do movimento e generaliza em demasia, podendo inclusive, abranger TFP, UDR, MDU, que são movimentos claramente identificados com a classe dominante, pois não deixam de ser movimentos sociais. Este conceito não deixa claro a diferença de interesses de classe, existe entre os vários tipos de organização da sociedade civil. Por outro lado, é claro, que nem todas as pessoas que estão nos movimentos estão comprometidas com a classe

dominante ou são de operários, entretanto o movimento não deixa de ser popular. Não mostra em que lado esta organização atua enquanto movimento. Outros usam a expressão “Movimentos Urbanos”. Neste caso apresenta-se outro problema, pois o movimento popular como movimentos sociais urbanos significa que problema da discriminação do Negro, da Mulher, de Portadores de Deficiência, etc., um problema URBANO e que não ocorre nos espaços rurais. Não adequado classificar o Movimento Popular em URBANO e RURAL por várias razões. (p. 1-2)

Os movimentos de cunho popular estão presentes na História do Brasil desde as rebeliões de escravos, as lutas operárias, as ligas camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a luta pela democracia, Os Sem-Teto e muitos outros (Volanin, s/d). Para Dias (2001), pode-se concluir que os *movimentos populares tradicionais* sempre se constituíram em enfrentamentos constantes à escassez de “direitos” nas sociedades Colonial, Monárquica e Republicana.

A existência de movimentos sociais no Brasil – quer para a conservação, quer para a transformação – tornou-se mais evidente a partir do período nacional desenvolvimentista (1945-1964), o qual coincide com governos de características populistas. Tais governos começam a lançar iniciativas com o intuito de absorver para seus projetos alguns desses movimentos. O período trouxe uma grande quantidade de estudos sobre raça, cultura, gênero, etc. Na luta por hegemonia, os movimentos sociais populares se consubstanciam em expressão de luta no espaço nacional, contribuindo para uma maior socialização da participação política dos indivíduos. Já no período da ditadura civil-militar (1964-1985), em especial o período que vai de 1964 a 1974, os movimentos são obrigados a silenciar e, portanto, buscam se expressar representados por outros sujeitos políticos coletivos, como a Igreja Católica, especialmente através de seus grupos progressistas. No Brasil pós 70 do século XX, os movimentos sociais começam a se expressar com maior visibilidade social e, passam a se denominar por “movimento popular” (OLIVEIRA, 2006).

Na década de 70 e início dos anos 80, deparamo-nos com movimentos sociais diversos que começaram a emergir, foram crescendo, criando espaços mais abertos para manifestações sócio-culturais e a crítica social – o que inaugurou um período de transição, de lutas sociais e políticas, que constroem a lenta volta à democracia (GATTI, 2002).

Os movimentos populares tradicionais passaram por duas exclusões: 1) pelas análises marxistas, 2) pela teoria dos movimentos sociais:

A exclusão pela teoria marxista deu-se por não apresentar os indicadores de antagonismos de classe centrados no conflito entre capital e trabalho: os movimentos religiosos, indígenas, quilombolas e todas as rebeliões populares, que ao longo dos períodos colonial, monárquico e republicano

formaram-se por complexa composição ética, social e ideológica – índios, negros, caboclos, agricultores, escravos, ferreiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, barqueiros, liberais, elites políticas, faltariam atributos de polarização de classes antagônicas, tal como requerida pela perspectiva ortodoxa do marxismo. A partir da década de 70, a teoria dos movimentos sociais desaloja a teoria marxista da posição de quadro de referência para o estudo dos conflitos sociais, mas por sua vez, também deixa de fora os movimentos populares tradicionais (DIAS, 2001, p. 2).

Picolotto (2008) discorre acerca da abordagem marxista, dos neomarxistas e das influências do novo paradigma dos movimentos sociais:

Considera-se que o estudo dos movimentos sociais sob a abordagem clássica marxista centra-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente a burguesia e o proletariado em uma luta ininterrupta: a luta de classes. [...] Com a crise da abordagem marxista a partir dos anos 60 (principalmente da corrente ortodoxa), surgiram concepções heterodoxas do marxismo, com variados graus de abandono dos pressupostos originários e interpretações que propõem novos referenciais para entender os novos fenômenos políticos e sociais. Muitos autores continuaram referenciando-se em elementos teóricos-chaves do marxismo, passando a ser chamados de neomarxistas. Seus estudos sobre os movimentos sociais vão, paulatinamente, abrandando o peso das determinações estruturais e assumindo pressupostos teóricos que dão maior autonomia de ação aos atores sociais. Essa transição recebeu influências do emergente paradigma dos novos movimentos sociais. (p. 77)

Com o surgimento de organizações e coletivos que lutavam pelas causas mais diversas, foi criado então o termo “novos movimentos sociais” que representava uma coletividade que não encontravam uma interpretação satisfatória na maioria das interpretações predominantes. Eram compostos por movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e outros. Estes manifestantes, na grande maioria, eram de base urbana; e bem afastados do caráter classista dos movimentos sindical e camponês (MACHADO, 2007). Os atores dos novos movimentos sociais não reivindicavam mais uma identidade de classe nem bandeiras de luta do movimento operário ou sindicalista, mas princípios identitários ligados a causas, temáticas, lugares, gêneros e minorias (PICOLOTTO, 2008).

Podemos apontar como características da ação de um movimento social as passeatas, manifestações em praça pública, difusão de mensagens via internet, ocupação de prédios públicos, greves, marchas, entre outros. A ação em praça pública é o que dá visibilidade ao movimento social, principalmente quando este é focalizado pela mídia em geral (SOUZA, 2004).

As tecnologias de informação, com especial atenção à Internet, proporcionaram novos horizontes para o ativismo político e o engajamento nas lutas sociais. A “apropriação” de espaços na rede mundial de computadores pelos movimentos sociais tem contribuído para o fortalecimento das demandas sociais ao oferecer certos tipos de organização e de formas de articulação de ações e de se fazer política, que não existiam antes. Para Machado (2007, p. 278):

Tal forma de organização e tais instrumentos têm permitido não apenas a constituição, mas também a existência de novos entes políticos. [...] vários atores sociais surgem e se formam apoiados em redes e sub-redes menores, espécies de células “dormentes”, que podem ser ativadas a qualquer momento, segundo uma lógica relacionada a elementos identitários, valores e ideologias. Trata-se de um jogo em que as múltiplas identidades sociais, interesses e idéias se articulam e se combinam com grande dinamismo em torno de objetivos e fins específicos e determinados. O que chamamos de “forças dormentes”, nada mais são do que pessoas conectadas que, ainda que individualmente pouco possam fazer além de se indignar ante uma injustiça, quando organizadas em uma rede, sentem-se encorajadas para participar de ações e desencadeá-las. Os movimentos sociais articulados em rede têm o poder de agregar essas “identidades individuais”, freqüentemente anônimas e dispersas, ativando os elementos identitários de solidariedade.

Neste sentido, o autor chama atenção que tais mudanças nas estruturas e formas de atuação dos movimentos sociais ainda estão em uma etapa inicial, que ainda existe um grande horizonte de transformações para acontecerem, pois há uma dificuldade de conexão em muitos países do mundo – como o analfabetismo digital e o predomínio de setores da classe média em tais organizações – e porque se trata de transformações operadas, em sua maioria, por uma geração que ainda há de assumir posições mais importantes na sociedade. As transformações dependem da assimilação de novas práticas culturais, que são presentes apenas em setores minoritários da sociedade global e da emergência de uma nova geração majoritariamente habituada ao uso de tais ferramentas.

Para Gohn (2008), o século XX, desde seu início, imprimirá um novo caráter às lutas sociais no Brasil. O caráter urbano passa a ter tonalidades próprias, criadas a partir de uma problemática que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades. Os movimentos sociais do período contemporâneo têm buscado produzir alternativas para propiciar a sobrevivência de setores sociais excluídos da sociedade de mercado ou para negar as relações econômicas de mercado (PICOLOTTO, 2008).

Silva (2003) afirma que enquanto o Estado não combater efetivamente os problemas sociais brasileiros com políticas públicas e a sociedade civil não ver suas reivindicações

totalmente contempladas nestas políticas, esta procurará se organizar e lutar para que seus ideais e/ou projetos políticos sejam concretizados.

Os diversos movimentos sociais que surgiram no decorrer das décadas, no Brasil, são de suma importância na luta em busca de uma sociedade mais justa. Com os atores sociais envolvidos, muitas conquistas foram alcançadas nos dias atuais. Sem a existência desses coletivos, a sociedade atual estaria marcada pelo atraso em diversos campos.

No tópico seguinte, faremos considerações acerca do feminismo e a relação com o movimento de mulheres no Brasil.

1.2 O FEMINISTA E O MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL

A história do movimento de mulheres no país tem suas origens no movimento feminista desenvolvido inicialmente na Europa e nos Estados Unidos, na década de 60. Neste momento, faremos um breve apanhado acerca do Feminismo, antes de discutirmos nossa segunda categoria de análise “movimento de mulheres”.

Utilizaremos os conceitos de feminismo desenvolvidos por Soares (1995), Duarte (2003), Costa (2005) e Franzoni (2008).

O feminismo é a ação política das mulheres que engloba teoria, prática, ética e as toma como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo (SOARES, 1995).

Poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo (DUARTE, 2003).

Enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos (COSTA, 2005).

É uma corrente filosófica de reflexão, uma ideologia, mas também um movimento social dinâmico e cambiante, visto que sempre foi um espaço de contestação e resistência que desafiou (e desafia) o status (FRANZONI, 2008).

O feminismo, como movimento social visível, passou por duas ondas. A “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita – e nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. Já a “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o

patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres (PEDRO, 2005).

No Brasil, o feminismo se iniciou nas camadas médias e expandiu-se por meio de uma articulação peculiar com as camadas populares. Foi um movimento circular de mútua influência. As feministas que se organizaram no país estavam ligadas, em sua maioria, às organizações e partidos de esquerda. Politicamente, atuaram articuladas ao conjunto das mobilizações femininas, cuja atuação teve uma coloração particular. Elas influenciaram e sofreram influências das demandas das camadas populares no tocante às mudanças no comportamento sexual e aos padrões de reprodução e fecundação (SARTI, 1988).

Pitanguy (2002, p. 4) discorre acerca do feminismo desenvolvido em outros países e seu surgimento no Brasil:

O feminismo, que já na década de 1960 constituía um ator social relevante na Europa e nos Estados Unidos, surge no Brasil, enquanto movimento social e proposta política, a partir de 1975, expandindo o debate público sobre poder, igualdade e democracia. Para as mulheres que integraram as primeiras filas deste movimento, reunindo-se em grupos e coletivos, fundando centros e associações, lançando jornais, o conceito de democracia incorporava também as esferas da família, do trabalho, da educação, da violência e da saúde, indo além da esfera dos direitos civis e políticos.

Eva (2003, p. 87) relata as transformações que ocorreram na vida de homens e mulheres no Brasil no fim do século XIX e começo do século XX:

Desde a metade do século XIX até depois da Primeira Guerra Mundial, o panorama econômico e cultural do Brasil mudou profundamente. A industrialização e a urbanização alteraram a vida cotidiana, particularmente das mulheres, que passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar, etc. Vale a pena ler a análise de Susan Besse (1999) para se compreender o quanto essa transformação da infraestrutura econômica, mais a alfabetização das mulheres, o cinema, os meios de transporte, a substituição de bens produzidos em casa pelos oferecidos pelas casas comerciais, alterou inteiramente o ritmo de vida e os contatos que as mulheres e homens passaram a desfrutar. Essas mudanças trouxeram o contato com comportamentos e valores de outros países, os quais passaram a ser confrontados com os costumes patriarcais ainda vigentes, embora enfraquecidos.

A primeira reivindicação do movimento feminista brasileiro foi à busca do direito das mulheres à educação:

Quando começa o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura

de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever (DUARTE, 2003, p. 152–153).

Costa (2005, p. 26) afirma que o movimento feminista brasileiro foi exitoso, pois extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito; que foi muito além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. A autora trata também da relação do movimento feminista com o Estado:

[...] Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios, etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas. O resultado da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres é a demonstração da força, da capacidade de mobilização e articulação de novas alianças em torno de propostas transformadoras, não só da condição feminina, mas de toda a sociedade brasileira. Até chegar aí foi um longo e, muitas vezes, tortuoso caminho de mudanças, dilemas, enfrentamentos, ajustes, derrotas e também vitórias.

Costa (2005) alerta que o feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira. A implantação de políticas especiais para mulheres enfrenta ainda hoje resistências culturais e políticas.

Segundo Franzoni (2008), o feminismo faz alianças com outros movimentos, variados grupos, como por exemplo, lésbicas, negras, indígenas, gays, transsexuais, entre outros. A autora acredita que a teoria feminista funcionará na transformação da realidade prática quando as pesquisadoras visualizarem que as múltiplas identidades sofrem ações de inúmeras hierarquias de discriminação que imprimem marcas cruéis em quem as vivencia.

Rago (2003) e Schumacher e Brazil (2007) discorrem acerca de uma conquista importante para as mulheres brasileiras, que foi o direito ao voto concedido em 1932. A partir de então, as mulheres passaram a ser consideradas cidadãs, e por meio do voto, poderiam indicar seus representantes para os cargos políticos de todos os níveis.

A conquista do direito feminino de votar no Brasil e a emergência de um expressivo movimento feminista:

Quarenta anos depois da conquista do direito feminino de voto no Brasil, em 1932, mas também da vitória dos padrões normativos da ideologia da domesticidade, entre os anos trinta e sessenta, assistimos à emergência de um expressivo movimento feminista, questionador não só da opressão machista, mas dos códigos da sexualidade feminina e dos modelos de comportamento impostos pela sociedade de consumo (RAGO, 2003, p. 2).

As primeiras eleições que as mulheres participaram após a conquista do direito de voto em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945):

As primeiras eleições após a conquista do voto feminino foram para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. Buscando dar apoio específico às mulheres na nova condição de cidadania, a FBPF¹ criou a liga eleitoral Independente do Distrito Federal, proposta logo seguida pelos núcleos estaduais. Intensificou também suas articulações políticas com outros setores, estimulando, por exemplo, a formação de associações profissionais de mulheres com o objetivo de conquistar um espaço para o segmento feminino na elaboração da nova Constituição (SCHUMAHER E BRAZIL, 2007, p. 316 - 317).

O feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar construindo novos espaços públicos democráticos, ao mesmo tempo em que se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, e também no Estado. Descobriu-se então que não era impossível manter a autonomia ideológica e organizativa e interagir com os partidos políticos, com os sindicatos, com outros movimentos sociais, com o Estado e até mesmo com organismos supranacionais. Romperam-se fronteiras com a criação, em especial, de novos espaços de interlocução e atuação, e possibilitando o florescer de novas práticas, novas iniciativas e identidades feministas. Mas esse não é o ponto final do movimento. A cada vitória, surgem novas demandas e novos enfrentamentos (COSTA, 2005).

Segundo Eva (2003), ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar, e intelectuais se somaram a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. Certamente, unia-as a uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. Sousa (2009) relata que a mulher era totalmente identificada com o espaço doméstico, com os papéis e limitações

¹ A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) nasceu em 1922, era uma organização apartidária e se tornou a entidade mais aguerrida na luta pelo sufrágio feminino no Brasil. Com estratégia mais voltada da luta para a luta na imprensa e nas casas legislativas, manteve um perfil legalista em suas ações. A FBPF mantinha filiais em vários estados brasileiros e contava com expressivas lideranças locais, seu núcleo central era sediado no Rio de Janeiro (Schumacher e Brazil, 2007, p. 316).

colocadas a partir de sua relação com o marido e com os filhos. É esta imagem o alvo de adesões e de contestações nos anos 70 e 80 do século passado.

O ano de 1975 é frequentemente citado como aquele em que os grupos feministas reapareceram nos principais centros urbanos. Naquele ano, quando muitas vozes dissidentes eram sistematicamente silenciadas pelos militares brasileiros, a proclamação da Década da Mulher pelas Nações Unidas ajudou a legitimar demandas incipientes de igualdade entre homens e mulheres. As mulheres souberam aproveitar a brecha e organizaram encontros, seminários, conferências, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir daí, comemorações públicas do Dia Internacional da Mulher (8 de março) passaram a ocorrer em vários estados, várias organizações feministas tomaram forma, e vários jornais feministas apareceram (SOARES, 1995). A autora discorre acerca das contribuições do feminismo no Brasil o que elencamos abaixo:

- Apontou para a exclusão das mulheres na sociedade, criou novos paradigmas para a análise dessas situações e inscreveu-se como tema das pesquisas acadêmicas. As idéias do feminismo se instalaram em diversos espaços do social e do teórico;
- O feminismo identificou o Estado como a concretização material e simbólica do poder político central, aquele que sintetiza e globaliza as relações de exclusão, dando uma dimensão institucional e uma generalidade ao conjunto da sociedade. Mas mostrou também que o poder se estende e está presente em todas as instâncias do cotidiano. Trouxe reflexões à política, no sentido de sua ampliação e da incorporação de novos sujeitos, e debateu com as esquerdas a não-hierarquização das lutas;
- Nas lutas pela democracia, tratava-se de incorporar as mulheres como sujeitos portadores de reivindicações e de direitos;
- Trouxe para as agendas dos movimentos as questões da igualdade na educação, dos direitos reprodutivos e da saúde, da participação política das mulheres, da discriminação no trabalho e das políticas de emprego, do cuidado com as crianças, da pobreza e do bem-estar, da violência contra a mulher;
- Mais recentemente, colocou em debate as ações afirmativas e as propostas de cotas mínimas de participação nos lugares de decisão;
- Contribuiu para manter a coalizão das mulheres e constituir um movimento de massa, mas enfrenta dificuldades para instalar-se na política;
- Contribuiu para o questionamento, compartilhado por muitos, da crise de representatividade e legitimidade da representação dos partidos políticos; e em vários

momentos, como no processo constituinte, participou junto com outros movimentos nas emendas populares criando novos mecanismos de democracia direta;

- Trabalhou com conceitos de ação coletiva e direta, a partir da negação da representação por delegação, e manteve fóruns com as diferentes vertentes do movimento.

Trataremos, a partir deste momento, do movimento de mulheres que é nossa segunda categoria de análise, utilizando como embasamento as ideias discorridas por autores (as) como Sarti (1988), Soares (1995), Macedo (2001), Carneiro (2003), Melo e Bandeira (2010), Miranda (2009), com ênfase no desenvolvimento do movimento no Brasil.

Em diversas regiões do mundo no século XIX, mulheres começaram a se organizar contra as desigualdades baseadas no sexo e passaram a exigir reformas jurídicas que tinham por objetivo remover os controles patriarcais no interior das famílias e na sociedade. As iniciativas realizadas em vários países partiram de indivíduos ou grupos independentes, algumas elaboradas em associações com movimentos mais amplos por mudanças sociais, outras com partidos políticos. Tais ideias de emancipação das mulheres eram especialmente atraentes aos influenciados pelas ideias iluministas (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

Os movimentos de mulheres, assim como outros tipos de movimentos sociais, são movimentos não-clássicos, pois acontecem nas esferas não-tradicionais de organização e ação política. A novidade é que se tornaram visíveis à prática e à visão de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social; apresentaram aspectos da vida e dos conflitos sociais que, em geral, estavam obscurecidos e ajudaram a questionar velhos paradigmas da ação política. Aponta-se como uma das principais contribuições do movimento de mulheres o papel de evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando seu caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito (SOARES, 1995).

Existem diversas vertentes do movimento de mulheres:

[...] As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face. Cada uma das vertentes do movimento de mulheres poderia ser analisada como um movimento social, enfocando suas dinâmicas próprias, suas formas de expressão etc. Mas como estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição, utilizaremos a expressão movimento de mulheres, reconhecendo que este é uma pluralidade de processos (SOARES, 1995, p. 39).

No movimento de mulheres do Brasil, é importante enfatizar a presença das feministas como expressão de uma das vertentes do movimento, que traduziram a rebeldia das mulheres

na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscaram construir uma proposta ideológica que reverteria a situação de marginalidade, que se concretizasse a partir da construção de uma prática social que negaria os mecanismos que impediam o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e capazes de superar a exclusão. Elas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres (SOARES, 1995).

A década de setenta constituiu um marco para o movimento de mulheres no país. Com suas vertentes de movimento feminista, grupos de mulheres lutaram pela redemocratização do país e pela melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira. No ano de 1975, comemorou-se, em todo o planeta, o Ano Internacional da Mulher, e realizou-se a I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU², instituindo-se a Década da Mulher (<http://www.redemulher.org.br/luta.htm>).

O movimento de mulheres, a partir de 1978, se consolidou no quadro das forças políticas emergentes no país. Com a consolidação do processo de abertura no final dos anos 70, novos caminhos vão surgindo e as diferenças aparecem mais claramente. Novos espaços são abertos para as discussões políticas de interesse geral e a velha oposição luta geral versus luta específica, que marcou o início do movimento, embora atuante, perde força e as mulheres conseguem voltar-se mais para seus próprios problemas (SARTI, 1988).

Segundo Carneiro (2003), o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor desempenho dentre os movimentos sociais do país. Um fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplaram cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder.

A autora aponta alguns indicadores que levam ao destaque do movimento de mulheres no Brasil:

² A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional (http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php).

Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina³ [...]. A violência doméstica tida como algo da dimensão do *privado* alcança a esfera *pública* e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams⁴), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres [...] (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Na cena social brasileira, nas últimas décadas, tem sido inquestionável a presença de mulheres, segundo Soares (1995, p. 34):

Durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres estiveram a frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização. O movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário. Os movimentos de mulheres constituem a novidade. [...] mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações da sociedade civil e partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras. As mulheres, novas atrizes, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches. Criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram.

Melo e Bandeira (2010, p. 24) fazem um resumo das conquistas do movimento de mulheres no Brasil, no período de 1937- 1975:

Do silêncio dos anos de 1937 a 1945, pelo cerceamento político dos movimentos sociais, as mulheres tiveram papel importante na redemocratização do país naqueles anos, foram ativistas da luta pela anistia nos anos de 1940, participaram do esforço de guerra e esta mobilização continuou depois da redemocratização, Em 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil [...]. Nos anos de 1940 e 1950, algumas conquistas femininas podem ser destacadas. Na área da educação, houve o ingresso das

³ Conselhos da Condição Feminina são órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres (Carneiro, 2003, p. 2).

⁴ Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) - Política pública pioneira no Brasil e na América Latina no enfrentamento à violência contra a mulher, a primeira DEAM foi implantada em 1985, em São Paulo. As delegacias se caracterizam como uma porta de entrada das mulheres na rede de serviços, cumprindo o papel de investigar, apurar e tipificar os crimes de violência contra a mulher. As DEAMs vinculam-se aos sistemas de segurança pública estaduais e nossa ação junto a elas se dá em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=85>).

mulheres, da alfabetização à educação superior. Na esfera do trabalho, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei de 1/05/1943, assegurou a proteção à maternidade, embora não tenha contemplado as empregadas domésticas, assim como os/as trabalhadores/as rurais. Em relação a família, as mulheres lutaram pela alteração do Código Civil que tornava as mulheres casadas incapazes, tal como os menores de idade. Só em 1962, esta legislação foi mudada com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121) que as igualava aos maridos. [...]. A efervescência política dos anos de 1960 acabou com o golpe militar de 1964, ano em que novamente a sociedade brasileira foi silenciada. Na resistência aos governos militares, as mulheres participaram ativamente de organizações de esquerda que, frente à opressão e perseguição sofrida acabaram mortas ou exiladas na América Latina e na Europa. Só no início dos anos 1970, repercutindo a luta internacional das mulheres européias e norte-americanas, as brasileiras levantaram suas vozes.

Durante os anos 70 e início dos 80, surgiram no país os grupos feministas e os movimentos populares de mulheres. As comemorações do Dia Internacional da Mulher se constituíram em momentos-chave para a organização de fóruns das mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações que consolidaram uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade. Atualmente essas comemorações se constituem em um dos momentos privilegiados de encontro do movimento de mulheres (SOARES, 1995).

Macedo (2001, p.274), em sua tese, faz um comentário acerca da “Marcha Mundial pelas Mulheres” que ocorreu em outubro de 2000 em mais de 100 países:

Em mais de 100 países a Marcha Mundial das Mulheres arrasta o que foi certamente o maior contingente já mobilizado. As reivindicações giram em torno da principal bandeira do movimento – igualdade de direitos e deveres para homens e mulheres, explica o órgão de imprensa que divulga o evento, mas, no entanto agora abrange também novos (novos?), aspectos: combate a pobreza, a corrupção, a luta pelo fortalecimento do terceiro mundo, a preocupação com as crianças.

Em 29 de agosto de 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) através da Lei nº. 7.353, com o objetivo de promover, em âmbito nacional, políticas que visam eliminar a discriminação da mulher; assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Foi também estabelecido um Fundo de Desenvolvimento da Mulher, que assegurava condições de operacionalidade a este órgão, alojado no Ministério da Justiça, mas respondendo diretamente ao Presidente da República. O CNDM se insere no contexto das recomendações da Conferência Internacional de Mulheres realizada em Nairóbi, em 1985, no sentido de que os governos nacionais empreendessem esforços para criar mecanismos governamentais voltados para a condição da mulher (PITANGUY, 2003).

Em âmbito nacional, podemos apontar ainda a criação de duas secretarias voltadas às políticas públicas para as mulheres no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010).

A Secretaria dos Direitos da Mulher (SEDIM), subordinada ao Ministério da Justiça, foi criada no dia 8 de maio de 2002. Ao finalizar a gestão, Fernando Henrique Cardoso, por meio de uma medida provisória, lhe foi atribuído o status de Ministério. Em quatro de setembro do mesmo ano, fruto da ação unitária da bancada feminista no Congresso, foi aprovada por unanimidade na Câmara a criação da SEDIM como Secretaria de Estado. Como reconhece a própria memória da SEDIM, a esta medida se atribui um grande valor para as políticas da mulher. Ela foi elogiada e criticada, tanto por sua importância como pelo atraso com que foi adotada. O contexto eleitoral no qual ela foi adotada não impediu que se produzisse uma unanimidade enquanto o próprio movimento de mulheres debatia as consequências da medida. As mulheres compreenderam que a existência de SEDIM favorecia a possibilidade de avançar no posicionamento, legitimidade e institucionalização das políticas públicas de gênero (MONTAÑO, 2003).

No primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi criada, através da Medida Provisória nº 103, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, que tinha como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. A referida Secretaria estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do Governo Federal com as mulheres do país. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o governo federal, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias governamentais, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes. (http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/sobre/).

Em 2007, foi publicado o documento intitulado O Contra-Informe da Sociedade Civil ao VI Relatório Nacional Brasileiro à CEDAW relativo ao período 2001-2005, que é uma contribuição do movimento feminista e de mulheres para garantir o cumprimento efetivo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) pelo Estado Brasileiro. O objetivo central do documento foi subsidiar o Comitê CEDAW em sua análise e manifestação sobre o relatório oficial encaminhado pelo Estado Brasileiro em 2005, bem como fundamentar as políticas e as ações governamentais orientadas às mulheres ao que se associa à finalidade de dimensionar o impacto dos aspectos

econômicos, políticos, civis, sociais e culturais no cotidiano das mulheres brasileiras. Para tal fim, partiu-se do acúmulo resultante das reflexões teóricas sobre as questões de gênero e da prática política do movimento feminista e de mulheres.

Miranda (2009) chama atenção que, é notável que, em praticamente todos os países, os organismos encarregados das políticas públicas para as mulheres são resultados de pressões, negociações e alianças promovidas pelos movimentos feministas e por organizações não governamentais feminista. Em países como Brasil, nota-se a existência de órgãos especializados e políticas públicas empenhados em garantir os direitos das mulheres. Todavia, mesmo com a existência dos aparatos governamentais, o desafio de garantir todos os direitos humanos a todas as mulheres ainda está presente, o que mostra que as demandas feministas não se esgotam na transformação do Estado.

No Brasil, os movimentos feministas e os movimentos de mulheres enquanto movimentos sociais buscam mudanças nas condições de vida das mulheres. Alguns movimentos de mulheres não compartilham de todas as reivindicações do feminismo, outros sim, e se denominam como movimentos de mulheres e feminista. Informamos que, segundo a fala da atual coordenadora do GMB, o grupo também é feminista.

No tópico seguinte, faremos uma abordagem acerca das relações de gênero existentes na sociedade, uma das bandeiras mais antigas dos movimentos feministas e de mulheres: a conquista da equidade entre homens e mulheres. É também uma bandeira de luta do GMB, segundo afirma sua coordenadora.

1.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Antes de iniciarmos as considerações sobre relações de gênero, primeiramente trataremos do tema gênero, do conceito de gênero e da categoria gênero.

Maués (2007, p. 28), em sua dissertação, relata que o tema *gênero* foi inicialmente desenvolvido na esfera das Ciências Humanas e Sociais e que o tema trouxe para discussão o estudo das relações de gênero:

[...] trouxe à baila o estudo das relações de gênero, travando uma discussão nos espaços capilares da sociedade a respeito de mulheres e homens. Essa interseção foi traçada ao abrigo das teorias críticas feministas no começo dos anos de 1980 e nos legaram um importante construto analítico, através do qual abordar o feminino sem relacioná-lo ao masculino (o sentido inverso é igualmente aplicável) é uma atitude cáustica aos estudos dessa natureza.

Para Maués (2007), o conceito de *gênero* foi adotado para afirmar algo mais amplo que sexo, e também como uma invenção social que tem o poder de ser legitimado e

transmitido para várias gerações. Segundo a autora, a categoria gênero engloba duas afirmações: a primeira diz respeito à ineficiência de uma explicativa biológica para dar conta do diferenciado comportamento de femininos e masculinos; a segunda parte, da constatação de que o poder é distribuído de forma não semelhante entre os sexos.

Barbosa (2001, p. 82) em sua tese discorre acerca do conceito de gênero:

A originalidade e o potencial crítico do conceito de gênero devem-se, em parte, ao fato de ter sido gerado no bojo de um movimento de mulheres, em um contexto de lutas sociais. Foi a partir da consciência coletiva de opressão, inicialmente sobre o corpo e sexualidade, estendendo-se, posteriormente, para a crítica à ciência ocidental.

Já Silva (2008), em sua dissertação, afirma que gênero é um conceito que vem sendo utilizado há quase três décadas por feministas que enfatizam o caráter social das diferenças fundadas sobre o sexo – o que indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito presente nos termos como "sexo" ou "diferença sexual".

O uso da palavra “gênero” tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas; possui uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito (PEDRO, 2005).

Segundo Franzoni (2008), o feminismo criou o gênero como categoria de análise, porém não há consenso do que é ou não gênero. A autora aponta três vertentes que pensaram sexo e gênero na teoria feminista:

A primeira corrente - sexo x gênero- atrelada ao determinismo biológico, adotava uma postura dicotômica que definia a diferença entre homem e mulher a partir da oposição entre natureza (essencialismo) e cultura (culturalismo); 2. A segunda corrente é fundacionista – rompe com o determinismo, porém mantém o sistema binário -sexo e/ou gênero- ainda que o gênero seja cultural, o sexo continua determinando comportamentos, e os corpos são visualizados como 'naturais'. No entanto, existe uma terceira corrente filosófica - as feministas pósmodernistas - que opera com a noção de que sexo é uma construção social como o gênero, ou seja, sexo=gênero, rompendo com a idéia de natural, segmentado, dicotomizado. Esta perspectiva marca um novo momento de ruptura teórica, 'a queda final do determinismo biológico', visto que visualiza o corpo como invento das idéias, dos discursos, das representações que constroem novas realidades: surge a pluralidade de gêneros - um novo sujeito do feminismo - multifacetado. (p. 30)

A autora diz que as pesquisas antropológicas mostram que há uma enorme diversidade de condutas dos gêneros, embora houvesse uma aparente universalidade quanto à subordinação das mulheres; pois, independente das tarefas a elas designadas em diferentes culturas, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Com a teoria feminista, foi possível compreender as diferentes formas de construção da identidade social e individual da

mulher, mas também tornou-se possível refletir sobre as relações de gênero, como se criam, se transformam, se mantêm os padrões de gênero na sociedade, ou melhor, para além desse sujeito “mulher”, fixo, universal, visualizando novos sujeitos.

Scott (1995, p. 72) trata do termo gênero em seu uso mais recente:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado.

Pedro (2005, p. 78-79) discorre acerca da palavra gênero e a relação com o feminismo:

Para o feminismo, a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. Mas para mostrar como a palavra foi usada, é interessante narrar um pouco da trajetória dos movimentos feministas e de mulheres. Foi justamente na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. Estes movimentos feministas e de mulheres passaram a ganhar visibilidade nos anos 60, nos Estados Unidos. Entretanto, neste início do movimento feminista de “segunda onda”, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada na época era “Mulher”.

Segundo Louro (2008, p. 45), a princípio, tentou-se explicar a diferença entre os gêneros por meio das distinções biológicas e foram construídas teorias para provar:

Relacionada, a princípio, às distinções biológicas, diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferenças habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero.

Louro (1996, p. 4) discorre acerca dos termos sexo e gênero:

Então, nossas primeiras afirmações: gênero não pretende significar o mesmo que **sexo**, ou seja, enquanto sexo se refere à **identidade biológica** de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Uma decorrência imediata para o trabalho prático: agora não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos. O conceito parece acenar também imediatamente para a idéia de relação; os sujeitos se produzem em relação e na relação.

A autora afirma que, se a distinção entre gênero e sexo pareceu extremamente necessária num contexto de luta contra as interpretações biologistas, que viam nas diferenças biológicas uma explicação e uma justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres, a mesma também pode ter auxiliado a promover uma forte separação entre essas duas categorias.

Louro (2008, p. 49) escreve sobre as identidades de gênero e as identidades sexuais:

Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que uma oposição entre dois pólos; pretendemos dizer que várias formas de sexualidade e de gênero são interdependentes, ou seja, afetam umas às outras.

Pedro (2005, p. 78) discorre acerca da diferença entre gênero e sexo na língua portuguesa:

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura.

Louro (2008, p. 64) afirma que os currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação; são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores.

A autora fala da necessidade de questionar todas as dimensões descritas acima:

Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao problema. Atrevimento é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas”). Temos que estar atentas/os, sobretudo para nossa linguagem, procurando perceber o sexíssimo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui. (LOURO, 2008, p. 64).

Blay (2003, p. 97) diz que os Programas Escolares – desde o Ensino Fundamental até o Universitário precisam incluir a dimensão gênero:

Nos programas escolares – desde o ensino fundamental até o universitário – precisa haver a inclusão da dimensão gênero mostrando como hierarquia existente na cultura brasileira de subordinação da mulher ao homem traz desequilíbrios de todas as ordens – econômico, familiar, emocional e incrementa a violência. Mas a escola não pode ficar isolada de um processo amplo de transformação para alcançar a equidade de gênero.

Em 2005, foi idealizado no Brasil o Curso “Gênero e Diversidade na Escola” pela SPM em parceria com o British Council, Ministério da Educação e Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O curso forma profissionais de educação básica da rede pública na abordagem transversal de temáticas de gênero, sexualidade e relações ético-raciais. Com o curso, os profissionais adquirem instrumentos para refletir e lidar com as atitudes e comportamentos discriminatórios de gênero, étnico-raciais e sexualidade, que alimentam a desigualdade e a exclusão social. Até 2009, foram formados aproximadamente 30 mil professores de quinta a oitava séries em vários estados; cuja meta é formar, até 2011, no mínimo, mais 30 mil profissionais da área da educação (BRASÍLIA, p. 110).

Maués (2007, p. 51) chama a atenção para a necessidade de discussão acerca das relações de gênero:

É preciso discutir as relações de gênero sob uma ótica que rejeite definitivamente explicações de cunho essencialista, pretensiosamente apresentada como imutáveis e universais e, portanto a - históricas. Não é fácil um exercício nessa direção, principalmente quando nesse jogo social, mulheres e homens vêm sendo forjadas/os como pessoas destinadas, por força da inegável evidência de seus respectivos sexos a assumirem papéis considerados “normais” para cada gênero.

Na cartilha *Violência Contra a Mulher: Desafios e Lutas na Prevenção e Combate* (2001), estão contidas várias informações, inclusive a respeito do tipo de educação diferenciada, que leva as crianças a se identificarem com modelos do que é feminino e masculino, desvalorizando o papel da mulher e contribuindo para uma visão de inferioridade e subordinação das mulheres em relação aos homens. Neste sentido é bem claro que, as relações de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Elas são uma construção social, não determinada pelo sexo. Desta forma, essas relações podem ser transformadas, pois as pessoas não nascem com elas.



Figura 1. Cartilha Violência Contra a Mulher: Desafios e Lutas na Prevenção e Combate

No documento Contra-Informe da Sociedade Civil ao VI Relatório Nacional Brasileiro à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW - período 2001 – 2005 (BRASIL, 2007, p. 19), o seu artigo 5º trata de disposições acerca das desigualdades e equidade de gênero:

Conclame o Estado - Parte a promover o desenvolvimento de padrões culturais democráticos por meio de políticas sociais públicas e de ação junto aos meios de comunicação, **visando construir novos papéis e valores sociais que promovam uma educação não-discriminatória e estimulem a desnaturalização das desigualdades fundadas em gênero e o compartilhamento das responsabilidades domésticas e familiares com base na equidade de gênero** e no exercício da maternidade e da paternidade conscientes (art. 5º, 11) (grifo nosso).

Silva (2008, p. 64) relata que estudos atuais tentam compreender a condição feminina por meio do gênero:

Estudos atuais buscam compreender, através do gênero, a condição feminina, inserida numa trama de relações sociais, dentro de uma conjuntura histórica, onde o feminino se reporta necessariamente ao masculino, uma vez que é impossível compreender o feminino isoladamente. Sendo assim, a noção de gênero define a mulher enquanto ser histórico, gerado a partir de relações sociais, e, portanto, ligado a questão da desigualdade e do poder.

Segundo Machado e Barros (2009), é no segmento das mulheres economicamente ativas e com maior nível de instrução que as representações de gênero tradicionais tendem a ser mais questionadas, e é onde existe a maior probabilidade de revisões nas identidades femininas.

As relações de gênero foram estabelecidas com base na desigualdade entre homens e mulheres, na ideia de poder do homem e de inferioridade da mulher, conceitos que foram construídos socialmente há muitas décadas. Entretanto, como tais construções foram realizadas por pessoas, podem ser assim desconstruídas; e é necessário que os diversos segmentos da sociedade brasileira e mundial estejam envolvidos na tarefa de uma efetiva reconstrução.

No capítulo seguinte, trataremos a acerca de situações vivenciadas pelas mulheres atualmente, e que julgamos necessário destacar pela relevância das questões e porque foram mencionadas nas entrevistas realizadas com as oito mulheres que integram o GMB.

II CAPÍTULO

MULHERES, EDUCAÇÃO, TRABALHO: SITUAÇÃO ECONÔMICA E VIOLÊNCIA

Neste capítulo, tratamos de quatro situações vivenciadas atualmente pelas mulheres na sociedade: a educação das mulheres e nível de escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho, o aumento da pobreza e a violência contra a mulher. A escolha dessas situações para serem discutidas neste trabalho deu-se por terem sido pontuadas nas entrevistas realizadas com oito mulheres que integram o GMB e também por acreditarmos que são questões importantes nos dias atuais, que precisam ter soluções emergenciais.

É importante mencionar que as situações vivenciadas atualmente por muitas mulheres não se esgotam nas citadas. Podemos apontar também o precário acesso aos serviços de saúde pública, tráfico ilegal de mulheres, homicídios, pequena participação das mulheres em cargos políticos, etc.

Em todos os países do mundo, durante muitos anos, as mulheres foram excluídas na sociedade, não usufruíam de vários direitos como o direito a educação, que lhe foi negado por muitos anos e que, quando se iniciou, era de nível desigual àquela que os homens recebiam; não podiam trabalhar, e quando ingressaram no mercado de trabalho, os cargos e salários tinham grande disparidade em relação aos dos homens; não podiam votar nem ser votadas, entre outros. As mulheres eram vistas apenas como figuras voltadas para o lar, cuidado com marido e filhos, sem outras necessidades ou aspirações; ou seja, elas estavam reclusas à família, a casa e aos raros espaços da esfera privada. Todo um contexto de exclusão das mulheres do cenário social demonstra as desigualdades que muitas vivenciam ainda hoje.

Perrot (1988, p. 178) discorre acerca da divisão entre homens e mulheres no século XIX:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predominado, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, sua família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867.

No início do século XX, existiu, mesmo que timidamente, um esboço para a inversão de papéis em busca da “mulher emancipada”; que reivindica a igualdade dos direitos civis e

políticos, o acesso às profissões intelectuais e recusa-se principalmente a confinar-se na “vocação” materna (PERROT, 1988).

Segundo Hobsbawm (1988), a “emancipação feminina” era ainda modesta, mesmo tendo um pequeno número de mulheres ativas em espaços até então restritos exclusivamente aos homens, como Rosa Luxemburgo, Madame Curie, Beatrice Webb. Elas foram as pioneiras dentro dos meios burgueses, modelos de uma “nova mulher” que emergiu a partir de 1880. O autor aponta uma mudança inicial e crucial na vida das mulheres do chamando mundo “desenvolvido”:

Na condição da grande maioria das mulheres do mundo, das que viviam na Ásia, na África, na América Latina e nas sociedades camponesas do sul e do leste europeu, ou mesmo na maioria das sociedades agrícolas, não havia ainda nenhuma mudança. Havia ocorrido uma pequena mudança na condição da maioria das mulheres das classes trabalhadoras em toda parte, exceto, é claro, sob um aspecto crucial. De 1875 em diante as mulheres do mundo “desenvolvido” visivelmente começaram a ter menos filhos. (p. 272)

Quando os homens não conseguiam provir as despesas com família, entra em cena o trabalho das mulheres e crianças, que serviam como auxílio no sustento do lar. Todavia, os salários e cargos eram desiguais em relação aos homens.

[...] os ganhos dos demais membros da família eram, na melhor das hipóteses, concebidos como complementares, e isso reforçava a tradicional crença de que o trabalho da mulher (e o dos menores, é claro) era inferior e mal pago. Afinal, a mulher devia receber menos, desde que não era dela que provinha a renda familiar. Uma vez que os homens, mais bem pagos, teriam seus salários reduzidos pela competição das mulheres, mal pagas, a sua estratégia lógica era a de excluir, se possível, tal competição, compelindo ainda as mulheres à dependência econômica e aos empregos perenemente mal pagos (HOBSBAWM, 1988, p. 279).

Perrot (1988, p. 212) afirma que as mulheres não são passivas nem submissas e que procuraram reencontrar uma nova história:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - á hierarquia, á disciplina uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

A seguir, faremos as discussões mencionadas focalizando a realidade brasileira em quatro tópicos, utilizando embasamento em autores (as) e em pesquisas realizadas.

2.1 A EDUCAÇÃO DAS MULHERES E NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Antes de iniciarmos a discussão acerca do nível de escolaridade das mulheres brasileiras atualmente, faremos um breve apanhado sobre a história da educação que elas receberam desde o período colonial. Nossa pesquisa discute a temática “Movimento de Mulheres e Educação”; e, por este motivo, é necessário destacar, mesmo que brevemente, um pouco da história da educação das mesmas.

A educação no Brasil teve início em 1549 com a vinda de seis jesuítas, que aportaram em companhia do primeiro governador-geral, Tomé de Souza. A partir deste momento e por mais de duzentos anos, ensino público em nosso país ficou praticamente entregue aos padres da Companhia de Jesus. Atendendo aos propósitos missionários da Ordem e à política colonizadora inaugurada por D. João III, os jesuítas dedicavam-se especialmente à catequese e à instrução de gentio, criando escolas de primeiras letras e instalando colégios destinados a formar sacerdotes para a obra missionária na terra (HAIDAR E TANURI, 2004).

No Período Colonial, a educação feminina esteve voltada, na maior parte das vezes, para as funções domésticas, aprendizagem dos cuidados com a casa, com o marido e os filhos, o bordado era uma das únicas “prendas” permitidas sem maiores inquietações. As mulheres brancas, negras ou indígenas não eram alfabetizadas, com raros casos isolados, quando os jesuítas interessavam-se pela instrução religiosa de umas poucas índias, ou algumas famílias mais abastadas mandavam suas filhas para conventos portugueses. Nem sempre os motivos que levavam as moças aos conventos eram a boa fé de seus pais ou tutores. Nos conventos, muitas viviam como prisioneiras, forçadas ao claustro pela rebeldia, pelo adultério ou por espólios familiares. A partir de 1678, com a criação do convento de Santa Clara do Desterro, na Bahia, e de outras instituições semelhantes, o número de meninas que viajavam para se instruir em Portugal foi aos poucos diminuindo (SCHUMAHER E BRAZIL, 2007).

Para as mulheres, a presença dos padres jesuítas significou possibilidades de refúgio, não lhes ofereceu nenhum instrumento de libertação e insinuou a submeter-se à Igreja e ao marido – segundo os preceitos escritos pelo apóstolo Pedro. É importante destacar que, o princípio da segregação sexual imposto pelos homens às suas filhas e esposas no período colonial influenciou profundamente na formação da personalidade feminina; fazendo da mulher um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita participação cultural. A falta de instrução era quase absoluta, pois raramente aprendiam a ler e escrever. A instrução feminina era considerada verdadeira “heresia social”. O ideal da instrução relacionava-se exclusivamente às prendas domésticas, o que, para as mulheres da colônia, não era diferente, nem considerado discriminação (SAFFIOTI, 1969).

No período Imperial, com a chegada da corte portuguesa no Brasil, surgem algumas pontuais oportunidades de instrução laica para a mulher:

[...] Tratava-se na época, de senhoras portuguesas e francesas ensinando costura e bordado, religião e rudimentos de aritmética e de língua nacional às moças que recebiam em suas casas como pensionistas. É a vinda dessas senhoras francesas e portuguesas e, mais tarde, alemãs que amplia um pouco o acanhado horizonte intelectual da mulher brasileira. Durante o Império elas contribuíram para a ilustração primária do espírito feminino nacional. Os colégios para moças, entretanto, não parecem ter-se desenvolvido amplamente nem mesmo na capital do país. Frequentemente, as educadoras estrangeiras exerciam suas atividades como professoras domiciliares, residindo na casa dos educandos (SAFFIOTI, 1969, p.202).

A autora afirma que a Lei de 1827, que discorria acerca da organização do ensino primário público do Império, constitui-se num verdadeiro instrumento de discriminação dos sexos:

Embora fosse a primeira legislação concedendo à mulher o direito de instrução e daí constituir um marco histórico, só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, ou seja, nas pedagógicas, reservando os níveis mais altos – liceus, ginásios e academias – para a população masculina. Não se admitindo a co-educação, fenômeno de difícil penetração nos países essencialmente católicos, continuava-se a valorizar, no *currículum* das escolas femininas, muito mais a educação da agulha do que a instrução (SAFFIOTI, 1969, p. 204).

Durante o Império, a inferioridade qualitativa do ensino feminino era combinada com a inferioridade numérica de escolas e conseqüentemente do número de alunas. Ainda neste período, surgem as primeiras Escolas Normais, com a finalidade de acabar com a improvisação de professores. Essas não foram adiante. Já o ensino secundário era voltado para quem quisesse prosseguir nos estudos, o que não era almejado obviamente pela maioria das mulheres. Acrescenta-se também que não havia estímulo algum para a realização de cursos superiores para as mesmas. As condições sociais da época impediam a profissionalização feminina em todos os setores, pois eram vistos como espaços de ocupação exclusivamente masculinos. As raras iniciativas por parte do governo que visavam oportunizar educação às meninas estavam voltadas a profissionalizá-las em professoras primárias, ou seja, ao magistério feminino. A educação secundária feminina acontecia exclusivamente em colégios confessionais (protestantes ou na maioria católicos). Em 1881, registra-se a primeira matrícula feminina em um curso de nível superior; e em 1930, as mulheres ainda não tinham conquistado seu espaço no ensino superior (SAFFIOTI, 1969).

Na República, os dados estatísticos confirmam a semelhança em relação ao período Imperial no que diz respeito à concentração de mulheres em certos ramos do ensino menos

valorizados socialmente (SAFFIOTI, 1969). Schumacher e Brazil (2007, p.221) apontam os critérios para uma jovem ingressar no magistério em 1932:

Em 1932, os requisitos para uma jovem ingressar no magistério público passavam tanto pela comprovação da ausência de doença contagiosa ou repugnante, de defeito físico ou psíquico, como de hábitos higiênicos e de personalidade – boa conduta social e vocação individual e familiar, isto é, pais, tios ou irmãos no magistério.

Percebe-se que a trajetória das mulheres nos períodos históricos brasileiros acima mencionados, no que diz respeito ao acesso à educação, foi realizada por meio de lentos avanços e discriminação entre os sexos; e que conseqüentemente deixou muitas mulheres à margem deste direito que hoje é fundamental ao ser humano.

Atualmente, a realidade das mulheres brasileiras ao acesso à escolaridade é muito diferente do que aconteceu no Brasil durante muitos anos. Pesquisas mostram o avanço das mulheres em relação à educação formal, ao acesso às escolas/universidades/ instituições de nível superior.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008 aponta que as mulheres com 15 anos ou mais de idade têm escolaridade média de 7,6 anos de estudo, comparados a 7,3 entre os homens. Em 1999, esta diferença já era presente, pois as meninas e mulheres tinham 5,9 anos de estudo, e os meninos ou homens 5,6 anos.

Nas últimas três décadas, verificou-se que a desigualdade de gênero na educação brasileira foi reduzida em relação ao acesso e à permanência no processo educacional. Os meninos deixaram de freqüentar a escola no Ensino Médio em proporção maior que as meninas. No ensino superior, as mulheres também são maioria, tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação. O analfabetismo no Brasil vem diminuindo também em maior proporção entre as mulheres em comparação com os homens. Os rapazes superam as moças nas taxas de analfabetismo e repetência (BRASÍLIA, 2010).

As tabelas que utilizaremos a seguir foram retiradas do site: <http://www.ibge.gov.br>

Tabela 1 Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o sexo - 2008-2009

Grupos de idade e sexo	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)				
	Brasil	Grandes Regiões			
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
2008					

Total	9,2	9,7	17,7	5,4	5,0	7,4
Homens	9,4	10,2	19,3	4,9	4,7	7,5
Mulheres	9,0	9,2	16,1	5,8	5,4	7,4
10 a 14 anos	2,8	3,5	5,3	1,3	1,3	1,4
Homens	3,8	4,3	7,5	1,6	1,8	2,0
Mulheres	1,8	2,7	3,0	1,0	0,9	0,8
15 anos ou mais	10,0	10,7	19,4	5,8	5,5	8,2
Homens	10,2	11,2	21,1	5,2	5,0	8,2
Mulheres	9,8	10,3	17,9	6,3	5,9	8,1
15 a 17 anos	1,7	1,7	3,4	0,7	0,8	1,4
Homens	2,2	2,4	4,4	0,8	0,9	2,1
Mulheres	1,2	1,0	2,4	0,6	0,7	0,6
15 a 24 anos	2,2	2,5	4,3	1,0	1,0	1,2
Homens	2,8	3,4	5,7	1,2	1,3	1,7
Mulheres	1,5	1,7	2,9	0,7	0,7	0,7
18 anos ou mais	10,6	11,7	20,8	6,2	5,8	8,7
Homens	10,8	12,1	22,7	5,6	5,3	8,8
Mulheres	10,4	11,2	19,2	6,7	6,2	8,7
25 anos ou mais	12,4	14,0	24,8	7,1	6,7	10,4
Homens	12,6	14,4	27,0	6,5	6,1	10,4
Mulheres	12,1	13,6	22,9	7,7	7,2	10,3
2009						
Total	8,9	9,6	17,0	5,2	5,0	7,3
Homens	9,1	10,4	18,6	4,6	4,6	6,9
Mulheres	8,8	8,8	15,5	5,8	5,4	7,6
10 a 14 anos	2,5	3,4	4,7	1,1	1,2	1,0
Homens	3,3	4,4	6,4	1,5	1,5	1,2
Mulheres	1,6	2,4	2,8	0,8	0,8	0,8
15 anos ou mais	9,7	10,6	18,7	5,7	5,5	8,0
Homens	9,8	11,4	20,4	5,0	5,0	7,6
Mulheres	9,6	9,7	17,1	6,3	5,9	8,3
15 a 17 anos	1,5	1,9	2,7	0,8	0,6	0,5
Homens	2,1	2,8	3,8	1,3	0,6	0,4
Mulheres	0,8	1,0	1,5	0,4	0,5	0,6
15 a 24 anos	1,9	2,2	3,9	0,9	0,9	0,7
Homens	2,6	3,1	5,4	1,2	1,1	0,8
Mulheres	1,3	1,4	2,5	0,7	0,8	0,7
18 anos ou mais	10,3	11,4	20,1	6,0	5,8	8,6
Homens	10,5	12,3	22,0	5,2	5,3	8,2
Mulheres	10,2	10,5	18,5	6,7	6,3	8,9
25 anos ou mais	12,0	13,8	23,8	6,9	6,7	10,2
Homens	12,1	14,7	25,9	6,1	6,1	9,8
Mulheres	11,9	12,9	22,0	7,7	7,2	10,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009.

Percebe-se na tabela acima que, nos anos de 2008 e 2009, o índice de analfabetos era maior entre homens nas cinco regiões brasileiras – o que confirma os dados informados anteriormente.

Tabela 2 Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2008-2009

(continua)

Sexo e grupos de idade	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2008						
Total	7,1	6,5	5,9	7,7	7,5	7,3
10 a 14 anos	4,1	3,7	3,8	4,3	4,6	4,3
15 anos ou mais	7,5	7,1	6,2	8,1	7,9	7,7
15 a 17 anos	7,3	6,9	6,5	7,8	7,9	7,6
18 anos ou mais	7,5	7,1	6,2	8,1	7,9	7,7
18 ou 19 anos	9,0	8,3	8,1	9,5	9,5	9,3
20 anos ou mais	7,4	7,0	6,1	8,0	7,8	7,7
20 a 24 anos	9,5	8,8	8,4	10,2	10,1	9,8
25 anos ou mais	7,1	6,7	5,7	7,7	7,5	7,3
25 a 29 anos	9,2	8,5	7,9	10,0	10,0	9,5
30 a 39 anos	8,2	7,7	6,8	8,9	8,7	8,5
40 a 49 anos	7,5	6,8	6,0	8,2	8,1	7,6
50 a 59 anos	6,3	5,5	4,8	7,0	6,7	6,3
60 anos ou mais	4,1	3,0	2,7	4,9	4,4	3,8
Homens	6,9	6,2	5,5	7,6	7,4	7,0
10 a 14 anos	3,9	3,5	3,5	4,2	4,4	4,1
15 anos ou mais	7,3	6,7	5,9	8,1	7,8	7,5
15 a 17 anos	7,0	6,6	6,1	7,6	7,7	7,3
18 anos ou mais	7,3	6,8	5,8	8,1	7,9	7,5
18 ou 19 anos	8,6	8,1	7,7	9,2	9,2	9,0
20 anos ou mais	7,2	6,7	5,7	8,1	7,8	7,4
20 a 24 anos	9,1	8,5	7,9	9,9	9,7	9,4
25 anos ou mais	6,9	6,3	5,3	7,8	7,5	7,1
25 a 29 anos	8,9	8,2	7,3	9,7	9,7	9,0
30 a 39 anos	7,7	7,2	6,1	8,6	8,4	8,0
40 a 49 anos	7,3	6,4	5,5	8,1	8,0	7,4
50 a 59 anos	6,3	5,3	4,5	7,1	6,8	6,1
60 anos ou mais	4,3	2,9	2,7	5,3	4,7	4,0
Mulheres	7,2	6,9	6,3	7,7	7,6	7,6
10 a 14 anos	4,3	4,0	4,0	4,4	4,8	4,5
15 anos ou mais	7,6	7,4	6,6	8,1	7,9	8,0
15 a 17 anos	7,7	7,2	7,0	8,1	8,2	8,0
18 anos ou mais	7,6	7,4	6,5	8,1	7,9	8,0
18 ou 19 anos	9,3	8,6	8,5	9,9	9,8	9,6
20 anos ou mais	7,5	7,3	6,4	8,0	7,8	7,9
20 a 24 anos	9,9	9,1	8,9	10,5	10,5	10,2
25 anos ou mais	7,2	7,0	6,0	7,7	7,5	7,6
25 a 29 anos	9,6	8,8	8,3	10,2	10,2	9,9
30 a 39 anos	8,5	8,3	7,4	9,2	8,9	8,9
40 a 49 anos	7,8	7,2	6,5	8,3	8,3	7,9
50 a 59 anos	6,3	5,6	5,0	6,9	6,6	6,6

60 anos ou mais	3,9	3,1	2,8	4,6	4,2	3,6
-----------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009.

Segundo informações da tabela acima, se observa que, em todas as regiões brasileiras, na comparação entre homens e mulheres acerca do número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, conclui-se que as mulheres têm mais tempo de estudo que os homens no ano de 2008.

A mudança do acesso das mulheres à educação é bastante significativa se comparada há décadas atrás; entretanto ainda falta muito para se alcançar à chamada “educação pública, gratuita e de qualidade” pregada na Constituição de 1988, que deve acontecer independente das diferenças entre os sexos.

O que se observa é que, com o aumento do acesso à educação pelas mulheres brasileiras, muitas outras mudanças em sua trajetória de vida na sociedade vem ocorrendo, inclusive o acesso ao mercado de trabalho, e o compartilhamento de melhores cargos e salários com os homens – temática a ser tratada no tópico seguinte.

2.2 O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Ferreira (2010) relata que, a partir do final da década de 1970 e já na década de 1980, o crescimento industrial contribuiu para um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho e da crescente inserção das mulheres nos cursos superiores. A participação feminina no mercado de trabalho foi uma das mais significativas mudanças na trajetória das mulheres nas últimas décadas. Todavia, ainda permanecem desigualdades e discriminações nos espaços de trabalho (MELO E BANDEIRA, 2010).

Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2006, p. 62) tecem considerações acerca da situação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho:

As mulheres brasileiras estão cada vez mais qualificadas, têm mais tempo de estudo que os homens, começam a ingressar em profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de comando, ainda que lentamente. Nos últimos anos, elas também vêm sendo beneficiadas por um conjunto de normas legais e ações governamentais que tentam promover a igualdade de gênero no trabalho. No entanto, as trabalhadoras ganham salários inferiores aos dos homens em quase todas as ocupações, têm sido devastadoramente afetadas pelo desemprego, são maioria no mercado informal, nas ocupações precárias e sem remuneração.

Os dados da PNAD/IBGE de 2008 em relação às mulheres e ao mercado de trabalho no Brasil apontam:

A inserção econômica das 40 milhões de mulheres ocupadas continua precária: em torno de 16% eram trabalhadoras domésticas, 13,7% eram empregadas sem carteira assinada, 6, 4% trabalhavam na produção para próprio consumo/ construção para próprio uso e 6, 8% em outros trabalhos não remunerados. Isso significa que 43% da população feminina ocupada (equivalente a 17 milhões de mulheres) estava em postos de trabalho com menor nível de proteção social, portanto, mais vulneráveis, seja pela falta de carteira assinada ou até mesmo pela falta de remuneração pelo trabalho realizado. Já entre homens o conjunto destas ocupações não alcançava 28% do total de ocupados.

As mulheres enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho; e quando estão inseridas; realizam suas atividades, em maior número, em postos de trabalho vulneráveis, representados pelo assalariamento sem carteira assinada, trabalho doméstico, autônomos que trabalham para o público e trabalhadores familiares. A situação das mulheres no mercado de trabalho é revelada por três indicadores, que são: 1) os de inserção; 2) de qualidade dos postos ocupados e 3) de nível de remuneração. Há uma desigualdade na remuneração entre os sexos, ou seja, os rendimentos da mulher no mercado de trabalho são sempre inferiores aos dos homens, mesmo quando exercem a mesma função (SANCHES E GEBRIM, 2003).

Ferreira (2010, p.75) relata que a história que foi delegada as mulheres por várias décadas influenciou nos tipos de mercado de trabalho que foram delegados as mesmas:

O fato de a sociedade ter historicamente atribuído às mulheres papéis diferentes daqueles dos homens ao domesticá-las e atribuir-lhes práticas e serviços domésticos, tem não somente desqualificado como também desprezado sua atuação profissional, à medida que a aprisiona a um tipo de trabalho estressante, rotineiro, repetitivo e invisível, não partilhado pelos homens e nem mesmo reconhecido como trabalho. O não reconhecimento da força de trabalho das mulheres fortalece no imaginário feminino sua condição de inferioridade, reforça em grande parte das mulheres a ideia de exclusão dos espaços de decisão e de representação política.

Leta (2003, p. 280) discorre sobre a desigualdade presente entre homens e mulheres em relação a cargos de chefia em instituições importantes:

[...] se por um lado, as mulheres têm participado cada vez mais das atividades de C&T no Brasil, por outro, elas ainda não avançam em cargos e posições de destaque e reconhecimento, com raras exceções, como a Dra. Döbereiner⁵. Mitos, discriminações, o que está por trás desse quadro? Os

⁵ Johanna Döbereiner nasceu em 28 de novembro de 1924 na Tchecoslováquia. Estudou Agronomia na Universidade de Munique, emigrando para o Brasil em 1951 quando começou a trabalhar no Laboratório de

números certamente não dão conta de responder a essa questão, mas fornecem medidas objetivas do status das mulheres na ciência em nosso país: elas ainda estão em desvantagem num sistema controlado predominantemente por homens. Quantas mulheres são reitoras de universidades públicas (as mais importantes para o sistema de C&T)? Quantas ocupam altos cargos no Ministério de Ciência e Tecnologia ou em suas agências, como o CNPq⁶? Quantas estão nos comitês científicos que decidem para onde e para quem vão os recursos e bolsas? As respostas a essas (e a muitas outras) mostrarão valores que podem variar, mas para todas encontraremos uma presença muito reduzida de mulheres nesses postos.

Nos últimos trinta anos, crescem as taxas de atividade feminina, porém a inserção da mulher no mercado de trabalho é bipolarizada, de modo que apenas um pequeno número de profissionais são altamente qualificadas, ocupam posições de prestígio e são relativamente bem remuneradas. Há uma imensa maioria de trabalhadoras ditas não qualificadas, mal remuneradas e não valorizadas socialmente (ÁVILA, SILVA E ALMEIDA, 2006).

Rosa (2009, p. 8) relata, por meio dos dados sobre a diferença de renda, que existe uma discrepância entre homens e mulheres no interior dos domicílios referente à renda e que pode ser um importante indicador das relações sociais e das iniquidades de poder existentes na sociedade.

Segundo Machado e Barros (2009, p. 2), pesquisas recentes na sociedade brasileira revelam as transformações nas percepções do lugar da mulher no mundo do trabalho e na esfera privada, e associam tais transformações com o grau de escolaridade e o engajamento das mulheres no mercado de trabalho.

Schumacher e Brazil (2007, p. 229) discorrem acerca de dados do IBGE⁷ sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres em nossos dias, que levam em consideração o quesito cor:

Microbiologia de Solos do antigo DNPEA do Ministério da Agricultura, localizado em Seropédica. Tornou-se cidadã brasileira em 1956, e completou sua pós-graduação na universidade de Wisconsin, em 1963. Seu trabalho tem sido reconhecido mundialmente de várias maneiras, como atesta a ampla lista de prêmios, homenagens e distinções, tanto em nível nacional como internacional: Doutor *honoris causa* pelas Universidades da Flórida e UFRRJ, membro das Academias Brasileira de Ciências, de Ciências do Vaticano e de Ciências do Terceiro Mundo, prêmio Frederico de Menezes Veiga, prêmio Bernard Houssay-OAS, prêmio de Ciências da UNESCO, prêmio México de Ciências e Tecnologia, Ordem do Rio Branco, Ordem do Mérito Judiciário Nacional, Ordem do Mérito da Republica Federal da Alemanha. Em 1997, Johanna Döbereiner foi indicada para o Prêmio Nobel de Química (<http://www.cnpab.embrapa.br/aunidade/johanna.html>)

⁶ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Sua **história** está diretamente ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil contemporâneo (<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>).

⁷ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como

[...] De acordo com o IBGE, as diferenças salariais entre homens e mulheres podem chegar a 40%. Quando se inclui o quesito cor nessa comparação, observa – se que os negros e negras ocupam a base da pirâmide econômica. Essa parcela da população não é homogênea; existe nela uma hierarquia em que mulheres negras ocupam postos mais desvalorizados e recebem os menores salários.

Segundo Oliveira (2006), a mulher negra vende sua força de trabalho em mercados depreciados, como no serviço doméstico, na limpeza e manutenção da higiene, tanto no setor público quanto no privado, e nas casas de famílias abastadas, geralmente brancas ou embranquecidas. O trabalho doméstico remunerado é, em sua maioria, ocupado por mulheres negras que se dedicam aos cuidados com as pessoas e com tarefas domésticas, como por exemplo, limpeza e alimentação (MELO E BANDEIRA, 2010).

Ávila (2007, p. 115) tece algumas considerações relevantes acerca do trabalho das mulheres negras no Brasil:

No Brasil, o salário das mulheres, na média geral, equivale a 68% do salário dos homens. Quer dizer, que a mulher faz o mesmo trabalho que o homem faz, ela recebe só 68% do que o homem ganha. Isso é uma média geral mas, tomarmos o trabalho das mulheres negras, esse percentual é menos de 50%. Então, essa hierarquia e essa valorização do trabalho está marcada por relação de classe, por relação de gênero e por relação de raça, no Brasil e em outros lugares do mundo. Nesta hierarquia do valor do trabalho são as mulheres negras que têm, no Brasil, o valor de trabalho na esfera produtiva com menos valor, portanto, lugar estruturante de desigualdade de raça e de gênero. Por outro lado, as empregadas domésticas, que são a segunda maior categoria de trabalhadoras mulheres no Brasil (a primeira é das trabalhadoras rurais), é a categoria com menos direitos sociais, com níveis de exploração do trabalho dos mais bárbaros, e é também composta majoritariamente pelas mulheres negras. Portanto, no Brasil, há confluência desses três elementos, a hierarquia de classe, raça e gênero. É parte da formação social do Brasil.

Rosa (2009, p. 8) afirma que a pobreza no Brasil tem cor, e que os avanços econômicos e sociais experimentados pelo país nos últimos anos não têm apresentado uma resolução para as desigualdades entre brancos e negros.

Machado e Barros (2009, p. 2) relatam acerca de pesquisas recentes realizadas no Brasil sobre as mulheres que demonstram um crescimento da participação de mulheres pobres na população economicamente ativa:

[...] estudos demonstram o crescimento acentuado da participação das mulheres pobres na população economicamente ativa. Esse é um fenômeno novo, uma vez que nas décadas anteriores tal segmento apresentava taxas de

dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. É uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais (<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtml>).

representação significativamente inferiores às das mulheres dos estratos médios e altos da sociedade brasileira.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), implantada desde 1980, que produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; o rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua sendo inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que, em média, as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era 70,8%. Considerando um grupo mais homogêneo, com a mesma escolaridade e do mesmo grupamento de atividade, a diferença entre os rendimentos persiste. Tanto para as pessoas que possuíam 11 anos ou mais de estudo quanto para as que tinham curso superior completo, os rendimentos da população masculina eram superiores aos da feminina. Verificou-se que, nos diversos grupamentos de atividade econômica, a graduação superior não aproxima os rendimentos recebidos por homens e mulheres – pelo contrário, a diferença acentua-se. No caso do Comércio, por exemplo, a diferença de rendimentos para a escolaridade de 11 anos ou mais de estudo é de R\$ 616,80 a mais para os homens. Quando a comparação é feita para o nível superior, ela é de R\$ 1.653,70 para eles.

A taxa de desemprego entre as mulheres é historicamente superior a de homens, em grande parte, devido ao ciclo de reprodução feminina, que causa uma participação intermitente das mulheres no mercado de trabalho (MELO E BANDEIRA, 2010).

Dados do desemprego no país entre mulheres e homens:

[...] taxa de desemprego masculina foi de 5,2%, em 2008, a feminina atingiu 9,6%, o que representa um contingente de mais de 1,2 milhões de mulheres desempregadas em comparação aos homens. Importante destacar que tais taxas vêm caindo significativamente desde 2003, movimento que foi um pouco mais favorável para as mulheres, mas não o suficiente para reverter o quadro de desigualdade (PNAD/ IBGE, 2008).

Segundo dados da PME, a população feminina desocupada (1.057 mil mulheres, em 2009) estava concentrada na população de 25 a 49 anos. Em 2003, as mulheres pertencentes a esta faixa etária correspondiam a 49,3% da população feminina desocupada. Em 2009, este percentual passou para 54,2%, ou seja, mais da metade delas. A participação das mulheres na faixa etária de 50 anos ou mais de idade também cresceu neste período, de 4,7% para 5,8%. Na população feminina em idade ativa, a única faixa etária que apresentou aumento na participação foi esta última.

Já em 2010, a população ocupada estava distribuída entre 54,7% de homens (12,0 milhões de pessoas) e 45,3% de mulheres (10,0 milhões de pessoas). Como já observado em anos anteriores, as mulheres continuam sendo minoria na população ocupada e maioria na população em idade ativa. Contudo, a trajetória de crescimento da participação da mulher na população ocupada foi mantida em 2010, com aumento de 0,3 ponto percentual em relação a 2009. A elevação da participação feminina na ocupação ocorreu em todas as seis regiões metropolitanas, principalmente em Salvador (0,7 ponto percentual) e Recife (0,5 ponto percentual). Comparada à participação feminina na população ocupada em 2003, quando era de 43,0%, o crescimento em 2010 correspondeu a 2,3 pontos percentuais. A região metropolitana de São Paulo mostrou crescimento da ocupação feminina em 2,6 pontos percentuais, ou seja, próximo, mas acima do registrado para o total das seis regiões metropolitanas entre 2003 e 2010 (PME, 2003- 2010).

Na comparação de 2010 com 2009, o nível da ocupação cresceu para todos. Na população feminina, passou de 43,8% em 2009 para 44,9% em 2010. Entre os homens, houve variação de 61,7% para 63,0%, na mesma comparação. Dentre as pessoas ocupadas nestas atividades de educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social, a participação das mulheres aumentou de 62,1% em 2003 para 63,7% em 2010. Com relação à idade, foi apurada a seguinte distribuição: 10,9% de 18 a 24 anos, 64,2% de 25 a 49 anos, enquanto aqueles com 50 anos ou mais de idade alcançaram os 24,1%. Frente a 2003, esse último grupo etário cresceu 6,2 pontos percentuais (PME, 2003-2010).

A partir das informações fornecidas pelos (as) autores (as), é claro visualizar que a situação das mulheres no mercado de trabalho ainda não é a desejada, pois apresenta ainda muitas desigualdades, apesar de já verificarem-se alguns lentos avanços. Elas estão presentes no mercado de trabalho, conforme mostram os dados estatísticos, mas precisam atingir uma equidade no mercado de trabalho em relação aos homens. Nesse sentido, várias diferenças podem ser destacadas, como: as mesmas ocupam postos de trabalho menos desfavorecidos, recebem menores salários, na grande maioria, não ocupam cargos de chefia, mesmo com nível superior; recebem salários menores, encontra-se em maior número nas marcas do desemprego; e se forem de cor negra, a situação se agrava.

A seguir, trataremos do aumento da pobreza no universo feminino, fenômeno também conhecido como Feminização da Pobreza, que possui relação com o mercado de trabalho e a falta de oportunidades de cargos e salários.

2.3 O AUMENTO DA POBREZA

Atualmente, muitas mulheres são, para suas famílias, as únicas pessoas que trabalham e sustentam economicamente os filhos (as), maridos, mães, pais etc.; pagam despesas como escola, alimentação, vestuário, contas de água/ luz/ telefone, entre outras. Com as atribuições mencionadas, há um aumento na pobreza.

A Feminização da Pobreza é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas e por várias questões sociais e econômicas, se tornando mais pobres do que os homens. Consiste numa elevação da proporção de mulheres ou elevação de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres. É o crescimento da pobreza no universo feminino ao longo do tempo (BERRO, 2008).

Segundo Schumacher e Brazil (2007, p. 229), um grupo significativo de mulheres são os pilares de sustentação familiar:

[...] Em boa parte, são as únicas provedoras de inúmeras famílias. Foram e são os pilares de sustentação econômica e social que asseguram a existência e o bem – estar de sucessivas gerações. Assim é verdade que “uma imagem vale mais do que mil palavras”, esse espaço é reservado para o reconhecimento deste bravo e heróico, vasto e anônimo segmento feminino de nosso país.

Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2006, p. 67-68) discorrem acerca de estudos realizados sobre a questão das mulheres que são chefes de família no período de 1992-2002:

[...] fenômeno que marcou o período entre 1992 e 2002 foi o aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres. Se em 1993 elas comandavam 22,3% do total de residências do país, em 2002 eram responsáveis por mais de um quarto. Um recorte de raça/cor permite observar que, em grande parte das unidades da Federação, as chefes de domicílio em sua maioria são pretas ou pardas, exceção feita aos estados do Sul e a alguns do Sudeste [...]. Diversos estudos recentes têm revelado que a associação da cor da pele com o sexo feminino é motivo de dupla discriminação. E os dados do IBGE comprovam essa tendência. Em 2002, o rendimento domiciliar mensal das chefes de família mostrava-se inferior ao dos chefes do sexo masculino: 36% delas e 28% deles tinham renda de até dois salários mínimos [...]. Outro estudo referenda a associação de maior pobreza às casas comandadas por mulheres e por afrodescendentes. Em 2002, enquanto a média da renda domiciliar per capita encontrada em residências chefiadas por mulheres afrodescendentes era 202 reais e naquelas chefiadas por homens da mesma etnia era 209 reais; nas casas com chefes brancas atingia 481 reais e naquelas com chefia masculina branca era 482 reais [...].

Nos últimos dez anos, a chefia feminina na família aumentou cerca de 35%, de 22,9%, em 1995, para 30,6% em 2005. O crescimento foi maior em Santa Catarina (64,1%) e Mato Grosso (58,8%). A chefia feminina é mais expressiva entre as idosas (27,5%), reflexo da

maior expectativa de vida das mulheres e da maior presença delas em domicílios unipessoais (com um só morador). Em relação a 1995, cresceu também a proporção de famílias chefiadas por mulheres que tinham cônjuge. Em 2005, do total das famílias com parentesco, em 28,3% a chefia era feminina. Em 18,5% desse universo, as mulheres eram chefes, apesar da presença do cônjuge. Em 1995, essa proporção era de 3,5%. O indicador aponta não somente para mudanças culturais e de papéis no âmbito da família, como reflete a idéia de chefia "compartilhada", isto é, uma maior responsabilidade do casal com a família (<http://www.ibge.gov.br>).

A proporção de mulheres na chefia das famílias com parentesco nas áreas metropolitanas era maior do que a média nacional (28,3%), variando de 31% na Grande Porto Alegre a 42% na Grande Salvador. Nas regiões metropolitanas, onde o acesso à informação e ao mercado de trabalho é mais fácil, as mulheres têm mais condições de assumir a chefia familiar. A chefia feminina, porém, ainda é fortemente representada nas famílias onde não há cônjuge, principalmente no tipo de arranjo familiar onde todos os filhos têm 14 anos ou mais de idade. Neste caso, é possível encontrar mães solteiras ou separadas com filhos já criados ou até mesmo viúvas, cujos filhos permanecem em casa por opção ou necessidade. De 1995 a 2005, a percentagem de famílias chefiadas por mulheres com filhos e sem cônjuge passou de 17,4% para 20,1% no Nordeste, e no Sudeste, de 15,9% para 18,3% (<http://www.ibge.gov.br>).

É importante destacar as quatro conferências mundiais sobre as mulheres, pois nas mesmas, foram discutidas várias questões relacionadas às mulheres, tomadas decisões e assumidos compromissos de ação, inclusive acerca do combate à pobreza no universo feminino.

A I Conferência Mundial sobre as Mulheres foi realizada no México, em 1975, e coincidiu com o Ano Internacional da Mulher. Foram elaborados objetivos de futuro que guiaram a ação encaminhada a terminar com a discriminação da mulher e favorecer seu avanço social. Os três objetivos prioritários foram: 1) A igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por motivos de gênero; 2) A plena participação das mulheres no desenvolvimento e 3) Uma maior contribuição das mulheres á paz mundial. Foi aprovado um plano de ação que marcava as diretrizes aos governos e a toda a comunidade internacional para os dez anos seguintes, durante os quais se proclamou o Decênio das Nações Unidas para a Mulher (1975/1985). Houve um plano de ação que se constituiu numa série de metas que deviam ter sido alcançadas em 1980, e que tinham como objetivos principais garantir às mulheres o acesso, em igualdade com os homens, à educação, ao trabalho, à participação

política, à saúde, à vivenda, à planificação familiar e à alimentação (<http://www.escueladefeminismo.org>).

Em 1979, aconteceu a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que foi aberta à assinatura pelos Estados Partes e adotada (inclusive pelo Brasil), com a ratificação e adesão pela Resolução nº 34/180 da Assembléia Geral das Nações Unidas. Na referida Convenção, foram discutidos assuntos referentes à mulher (trabalho, educação, saúde, discriminação, exclusão baseada no sexo, previdência social etc.) e foram traçadas ações para serem colocadas em prática nos países.

A II Conferência Mundial sobre as Mulheres foi realizada em Copenhague (Dinamarca), em 1980. A segunda conferência marcou três esferas principais de atuação: 1) A igualdade no acesso à educação; 2) A igualdade de oportunidades no trabalho e 3) A atenção à saúde das mulheres. Houve o fechamento de um programa de ação que contemplava as causas e que provocavam a brecha entre a igualdade reconhecida e a possibilidade das mulheres de exercer esses direitos. Chamou-se a atenção os seguintes pontos: a falta de implicação e participação dos homens no processo de igualdade; uma vontade política insuficiente por parte dos Estados; falta de reconhecimento da contribuição das mulheres na sociedade; ausência da presença feminina nos postos de tomada de decisões; escassez de serviços sociais de apoio; falta de financiamento; e pouca sensibilização entre as próprias mulheres (<http://www.escueladefeminismo.org>).

A III Conferência Mundial sobre as Mulheres foi realizada em Nairóbi (Quênia), no ano de 1985. Houve uma avaliação do que tinha sido o decênio da mulher 1975-1985. Estiveram presentes 157 estados e um patamar de 15.000 representantes de organizações não governamentais, que se reuniram no Foro das organizações, de modo paralelo à conferência. Nesta conferência, já não se considerava somente que a incorporação das mulheres em todos os âmbitos da vida era um direito legítimo. Era colocado como necessidade das próprias sociedades se contar com a riqueza que supõe a participação das mulheres. Apontaram-se três tipos de medidas: medidas de caráter jurídico; medidas para alcançar a igualdade na participação social; medidas para alcançar a igualdade na participação política e nos lugares de tomada de decisões (<http://www.escueladefeminismo.org>).

A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, também conhecida como Conferência de Beijing, foi realizada em Setembro de 1995, na cidade de Beijing (Pequim) capital da China. Estiveram presente mais de 180 delegações governamentais, entre elas o Brasil, além da representação de mais de 2.500 Organizações Não Governamentais (ONG), que se reuniram para discutir uma série de questões relacionadas às mulheres. Na conferência, se

assumiu o compromisso de transformar o mundo usando as experiências das mulheres como principal força no desenvolvimento de uma nova agenda de atuação, colocando a mulher independente da sua classe social, idade, etnia, afiliação política, religião e orientação sexual no centro dos esforços para alcançar a igualdade plena da mulher na sociedade. No final da conferência, os governos assinaram dois documentos: 1º) A Declaração de Beijing e 2º) a Plataforma de Ação, se comprometendo a seguir suas diretrizes, estratégias e caminhos de mudança para ultrapassar os obstáculos e promover a igualdade entre os sexos (<http://www.adolescencia.org.br>).

Os dados confirmam que, a grande parte das mulheres brasileiras, nas cinco regiões do país, são chefes de família; e tem de arcar com todas as despesas do lar. Agrega-se este fator às situações de diferenças já mencionadas que as mulheres ainda enfrentam no mercado de trabalho, o que resulta em condições de pobreza entre elas e também para as pessoas que vivem do seu sustento. Políticas Públicas emergenciais são necessárias para modificar a situação.

No tópico seguinte, discorreremos acerca da violência contra a mulher, que atinge um elevado número de mulheres agredidas diariamente em todo o país.

2.4 A VIOLÊNCIA

A violência contra as mulheres é um crime que atinge significativo número de mulheres no Brasil e no mundo, independente de nível de escolaridade, cor, religião, idade, raça ou classe social.

Segundo nossas entrevistadas, a violência doméstica foi e continua sendo uma das linhas de atuação do GMB, pois no bairro do Benguí esta situação é vivenciada por significativa parcela das mulheres.

A expressão “Violência contra a mulher” se refere a qualquer ato de violência que tenha por base o gênero, e que resulta ou pode resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica. Coerção ou privação arbitrária da liberdade que se reproduzam na vida pública ou privada podem ocorrer como formas de violência. (IV Conferência Mundial Sobre a Mulher – Beijing, China 1996).

Um dos exemplos mais cruéis das desigualdades entre homens e mulheres e que demonstra a manifestação das relações de poder tem sido a violência contra a mulher, também chamada de violência de gênero, que acontece cotidianamente no espaço público (rua/ vias públicas) e especialmente no espaço privado (lar/casa). Esta violência é exercida geralmente

por alguém com quem a mulher teve ou tem uma relação afetiva. As formas como se manifesta a violência contra a mulher podem se caracterizar por insultos, ameaças, espancamentos, assassinatos, estupros, assédios, violência psicológica, as desigualdades salariais, o uso do corpo da mulher nas campanhas publicitárias, tratamento desumano que recebem nos serviços de saúde, exploração sexual de meninas e adolescentes, entre outras (Violência Contra a Mulher: Desafios e Lutas na Prevenção e Combate, 2001).

Blay (2003, p. 49) aponta os fatores que contribuem para a persistência deste tipo de crime contra as mulheres:

Reunindo-se os vários dados analisados, depreende-se que essa contradição perdura por várias razões, tais como: a persistente cultura de subordinação da mulher ao homem de quem ela é considerada uma inalienável e eterna propriedade; uma recorrente dramatização romântica do amor passional, sobretudo na televisão e no rádio, em que realidade e imaginário se retroalimentam; na facilidade com que os procedimentos judiciais permitem a fuga dos réus; na pouca importância que as instituições do Estado dão à denúncia e ao julgamento dos crimes contra as mulheres e meninas.

A autora discorre acerca dos programas escolares e do papel da escola no combate a violência contra a mulher:

Nos programas escolares – desde o ensino fundamental até o universitário – precisa haver a inclusão da dimensão gênero mostrando como a hierarquia existente na cultura brasileira de subordinação da mulher ao homem traz desequilíbrios de todas as ordens – econômico, familiar, emocional e incrementa a violência. Mas a escola não pode ficar isolada de um processo amplo de transformação para alcançar a equidade de gênero (BLAY, 2003, p. 49).

No Brasil, a partir dos anos 80, a violência contra a mulher ganhou força em sua denúncia, período que coincidiu com a abertura democrática na sociedade. Foi também um momento de ampliação dos espaços que as mulheres, articuladas nos diversos grupos feministas, passaram a ocupar-se na denúncia dos crimes contra as mulheres. Até então, haviam experiências pontuais não institucionalizadas para atendimento das vítimas de agressões físicas (IZUMINO, 2004).

Atualmente, quando se fala em violência contra a mulher, nos reportamos a diversos crimes que ocorreram (continuam ocorrendo) em cidades do Brasil, que foram amplamente noticiados na mídia; e também à promulgação da Lei Maria da Penha, que significa uma grande conquista no combate a este tipo de crise.

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Dispõe também sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, e dá outras providências. Em setembro de 2006, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) entrou em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixasse de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo. A Lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, além de englobar a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral; e não somente violência física e sexual. (http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha).

Em 2006, a SPM lançou o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; que tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência – conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. O documento apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno. Objetivos Específicos: 1) reduzir os índices de violência contra as mulheres; 2) promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; 3) garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional; e 4) proporcionar às mulheres, em situação de violência, um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento.

São diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres:

- Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao enfrentamento da violência contra as mulheres;
- Reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres; e que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça, educação, assistência social e saúde pública;

- Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres;
- Implementar medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial, nas áreas de saúde, educação, assistência, turismo, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça.
- Incentivar a formação e capacitação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial no que tange à assistência;
- Estruturar a Rede de Atendimento à mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Em 2008, no Brasil, 70% dos crimes contra mulheres acontecem no âmbito doméstico; e os agressores são os maridos ou companheiros. No nosso país, a cada minuto, quatro mulheres eram espancadas por um homem com quem mantinham, ou mantiveram uma relação afetiva. Ou melhor, a cada 15 segundos uma mulher sofria violência doméstica ou familiar (<http://www.spm.salvador.ba.gov.br>).

De acordo com os dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, o serviço de denúncia Ligue 180 (criado em 2005), específico para receber queixas de violência doméstica contra a mulher, registrou alta de 112% de janeiro a julho de 2010 na comparação com o mesmo período do ano passado. O disque - denúncia registrou 343.063 atendimentos nos sete primeiros meses de 2010 contra 161.774 nos mesmos meses de 2009 (<http://www.spm.rs.gov.br>).

No Brasil, existem mecanismos oficiais de combate à violência contra a mulher. Todavia, apesar dessas iniciativas governamentais (Lei Maria da Penha, Política Nacional de Combate a Violência contra Mulher, etc.), o índice elevado ainda é presente atualmente, o que significa que mais ações precisam ser desenvolvidas para combater esse crime que atinge as mulheres.

Pensamos que em relação à educação e o nível de escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho, o aumento da pobreza e a violência que percorremos, todas as situações precisam de soluções imediatas, de “Políticas Públicas Eficazes”, pois Políticas Públicas já foram e estão sendo realizadas (mostramos algumas), mas os índices continuam elevados. Essas questões não podem mais ser vistas de forma banal, sem importância; pois se trata de mulheres, e em muitos casos, são seus filhos que colhem os frutos da discriminação, da falta de igualdade de condições e da impunidade. Os movimentos sociais, em especial os movimentos de mulheres e outros segmentos da sociedade, precisam estar unidos nas reivindicações frente ao Estado.

A seguir, no terceiro capítulo deste trabalho, discorreremos acerca dos resultados que foram revelados na pesquisa.

III CAPÍTULO

O GRUPO DE MULHERES BRASILEIRAS (GMB): UM ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, apontamos os resultados da pesquisa. Trabalhamos com alguns tópicos tais como: considerações acerca da educação; uma breve caracterização do bairro do Benguí, onde está localizado o GMB nosso objeto de estudo; considerações acerca do grupo; destacaremos as percepções das oito mulheres entrevistadas a respeito de situações que julgamos importante apontar do trabalho de investigação e as questões que vão à direção de responder nossos objetivos, problema e questões norteadoras estabelecidas para a pesquisa.

A seguir, focaremos nossa discussão acerca do termo “educação”, os tipos e espaços onde se desenvolvem a prática educativa/ação educativa. Daremos maior destaque à educação não-formal que existe no interior dos diversos movimentos sociais.

3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO

A pesquisa de campo teve a seguinte questão problema: de que forma se constitui as práticas educativas de ações de saúde da mulher, combate à violência, trabalho e renda desenvolvidas no GMB? Neste sentido, procuramos ver essas práticas educativas no âmbito da educação não-formal, no espaço do movimento social investigado. Todavia, também tivemos o interesse de conhecer se existe algum incentivo para as mulheres que integram o grupo voltarem a estudar, aumentar seu nível de escolaridade, e, portanto, voltarem a frequentar a escola, que é um dos lócus da educação formal.

A partir deste momento, faremos uma abordagem acerca da educação; que é uma ação humana, em que um ser humano aprende com o outro, em diversos espaços e momentos da vida. Essa aprendizagem pode dar-se de forma intencional ou não.

Saviani (2008, p. 13) discorre acerca do trabalho educativo e do objeto da educação:

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Freire (1996, p. 97) descreve que a educação possibilita ao homem:

Uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar. Ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu” submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em contato distante com o outro. Que o dispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos.

Sousa Junior (2010, p. 20) fala da educação e a relação com as elaborações marxistas:

Se vista numa perspectiva mais ampla, entendida como momento essencial da vida humana, presente em toda atividade humana, articulada a toda práxis, como o próprio processo de constituição do ser social, a educação então pode ser considerada como elemento constitutivo das elaborações marxistas. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a educação está associada às elaborações marxianas como “*El musguito em la piedra*”. Ou seja, não é possível pensar o ser social, que vive porque trabalha e age-pensa-fala de constituição da sociabilidade humana, seja na perspectiva da “civilização”, seja na perspectiva da “barbárie” - dimensões indissociáveis que se complementam dentro do sociometabolismo do capital.

Para Libâneo (2005), as práticas educativas não se restringem à escola ou à família. Elas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de maneira institucionalizada ou não, de diversas modalidades.

Existem três tipos de educação: a formal, a informal e não-formal; que apresentam características específicas e discorreremos brevemente acerca delas neste momento.

Segundo Gaspar (2002), a educação com reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, costuma ser chamada de educação formal. É uma instituição muito antiga, cuja origem está ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e ao acervo de conhecimentos por ela gerados.

A educação formal ocorre nas escolas, nas instituições regulamentadas por lei, certificadas, organizadas segundo diretrizes nacionais. São ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais previamente definidos. Este tipo de educação tem seus objetivos voltados ao ensino e à aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, que estão normatizados nas leis, e que se destacam pela formação do indivíduo como cidadão ativo e desenvolvimento de diversas habilidades e competências como criatividade, percepção, motricidade, entre outras. São os professores os agentes de construção do saber (GOHN, 2006).

Gadotti (1997) afirma que a educação formal (o sistema educacional) é um mecanismo pesado, lento, resistente à mudança; que toda mudança que se opera na mesma é mais enraizada, mais duradoura.

A escola é um dos espaços onde acontece a educação, onde se dá a chamada educação formal ou oficial promovida pelo Estado (e também pela iniciativa privada). Arroyo (1999), Libâneo (2000), Cortella (2000), Paro (2007) e Louro (2008) discorrem sobre a escola.

Na escola, se realiza uma prática de produção de saberes, que se refere aos alunos, aos processos de aprendizagem, e ao professor – que produz saberes sobre sua disciplina, sua profissão, sua experiência. Há uma multiplicidade de saberes que intervêm e circulam na vida escolar (LIBÂNEO, 2000). Na escola, há a construção e reconstrução do conhecimento, que não está apenas em falar sobre coisas prazerosas, mas principalmente, em falar prazerosamente sobre as coisas. Ou seja, quando o educador exala gosto pelo que está ensinando, ele desperta também o interesse do aluno. Este não vai necessariamente apaixonar-se por aquilo, mas aprender o gosto, que é fundamental para passar a gostar (CORTELLA, 2000). O autor fala também da alegria, que é resultado de um processo de encantamento recíproco, no qual a transmissão de conhecimentos e preocupações não é unilateral. A sala de aula é simbolicamente um lugar de amorosidade, mas amorosidade não é símbolo: é sentir.

Paro (2007) explica que a escola é entendida como agência educativa em seu sentido mais radical, tomada a educação como apropriação da cultura, e entendida esta como o conjunto de conhecimentos, valores, crenças, arte, filosofia, ciência – enfim, tudo que é produzido pelo homem em sua transcendência da natureza e que o constrói como ser histórico.

Arroyo (1999, p. 157-158) discorre acerca das experiências que acontecem nas escolas e redes escolares com os educandos:

As experiências que acontecem nas escolas e redes escolares insistem também em reconhecer a tratar crianças, adolescentes e jovens, inclusive adultos, educandos, como sujeitos sociais e culturais inseridos em redes múltiplas de conhecimento, socialização e cultura, que passam tempos cada vez mais longos na escola em diálogo e interação com adultos e com seus pares e interagem por meio de rituais, saberes, tempos e espaços educativos. Essas experiências insistem em ver as crianças como sujeitos que, na escola, têm contato com outras matrizes culturais, confrontam seus conhecimentos, seus valores, sua cultura, sua ancestralidade e sua diversidade, redefinem e deformam sua identidade, sua auto-imagem.

Louro (2008, p. 57) afirma que a escola constrói diferenças, distinções, desigualdades:

Diferenças, distinções, desigualdades. A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma

ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquia. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou a por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

Na educação informal, os espaços educativos são demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, entre outros. A educação acontece em ambientes espontâneos em que as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados. Locais como a casa onde mora, rua, igreja, bairro, condomínio etc. Os agentes da construção do saber são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja, os meios de comunicação (GONH, 2006).

Gaspar (2002, p. 173) descreve algumas características da educação informal:

Na educação informal, não há lugar, horários ou currículos. Os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência.

Mészáros (2005, p. 53) chama atenção para a aprendizagem fora das instituições educacionais formais:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a nossa própria vida”. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada.

Daremos um destaque maior às considerações acerca da “educação não-formal”, pois é um tipo de educação que acontece no grupo de mulheres investigado na pesquisa realizada e elencamos como uma das categorias de análise deste estudo.

Segundo Libâneo (2005), a educação não-formal é a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação.

Gadotti (2005, p. 2) faz algumas considerações acerca da educação não-formal:

A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”.

Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. [...] São múltiplos os espaços da educação não-formal [...] temos as Organizações Não-Governamentais (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. Na educação não-formal, a categoria **espaço** é tão importante como a categoria **tempo**. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços.

Existem várias dimensões da educação não-formal, tais como:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. (GOHN, 2006, p. 28).

Este tipo de educação acontece em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, com uma participação dos indivíduos optativa; todavia poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Existe uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Os espaços educativos situam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, onde há processos interativos. O educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos (GOHN, 2006).

A autora destaca os objetivos da educação não-formal:

- a) Educação para cidadania;
- b) Educação para justiça social;
- c) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.);
- d) Educação para liberdade;
- e) Educação para igualdade;
- f) Educação para democracia;
- g) Educação contra discriminação;
- h) Educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais.

Gohn (2006) afirma que, em hipótese alguma, a educação não formal substitui ou compete com a educação formal, escolar; que poderá ajudar na complementação dessa última

via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizada no território de entorno da escola (esta situação foi relatada pelas entrevistadas, pois há uma relação entre as práticas educativas realizadas pelo GMB com as escolas públicas do bairro). Destaca ainda que a educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno. No entanto, tem a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, por meio da forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas – como, por exemplo, um conselho ou a participação em uma luta social contra as discriminações, a favor das diferenças culturais, etc.

Libâneo (2005) diz que há uma interpenetração contínua entre as três modalidades de prática educativa (educação informal, não formal e formal), que, embora distintas, não devem ser consideradas isoladamente. Se existe muitas práticas educativas, em muitos lugares e sob diversas modalidades, existem conseqüentemente, várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, etc., e também a pedagogia escolar.

O autor fala do poder pedagógico de vários agentes educativos:

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos (LIBÂNEO, 2005, p. 27).

Arroyo (2002, p. 82) discorre acerca de outros espaços que também são educativos além do espaço legitimado pela Constituinte e dos sujeitos que exercem a tarefa de educar:

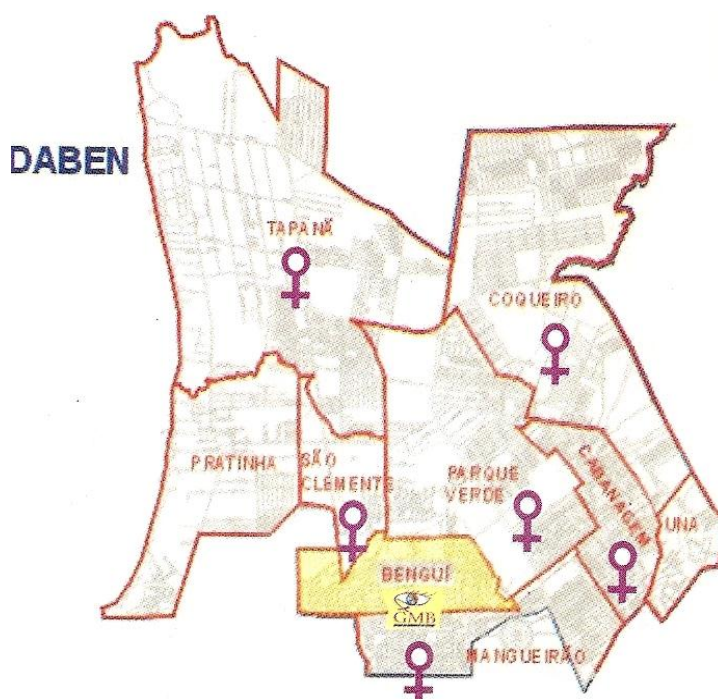
[...] o educativo maior a que nos referimos é deixado como tarefa de militantes convertidos em pedagogos ocasionais nas periferias nos finais de semana, enquanto são estudantes e não se assentam numa profissão. Preocupar-se com a educação popular, a educação dos trabalhadores, a educação e os movimentos sociais, o partido, o sindicato, as associações como educativos é ainda um pensar e fazer não legitimado, algo marginal ou à margem da legítima e normal preocupação e prática dos profissionais da educação voltados para o seu campo.

Segundo Arroyo (2003), as experiências não formais de educação, mais próximas da dinâmica popular, tiveram grande sensibilidade para captar a presença dos sujeitos. A literatura sobre educação popular, desde seu início nos anos 60, destaca sua centralidade na ação educativa. Sujeitos em movimento, em ação. A educação é como um processo de humanização de sujeitos coletivos diversos.

Verifica-se uma ação pedagógica múltipla na sociedade. O pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapola o âmbito escolar, abrange esferas mais amplas da educação informal e não-formal (LIBÂNEO, 2005).

Freire (1996) fala da prática educativa do professor ou da professora. Entendemos que esta prática educativa referida pelo autor faz-se presente em outros espaços, desenvolvida por outros atores sociais, não exclusivamente os mencionados. Nos diversos movimentos sociais, essa prática educativa acontece nos interior de discussões, das ações etc.

3.2 UMA CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DO BENGUÍ



Fonte: Cartilha Grupo de Mulheres do Benguí - GMB (s/d)

Figura 2 Mapa do Bairro do Benguí

No mapa visualizamos os bairros que fazem parte do Distrito Administrativo do Benguí (DABEN) e na cor amarela está o bairro do Benguí onde se localiza a sede do GMB, o mesmo está situado às margens da Rodovia Augusto Montenegro, na periferia de Belém.

Tem suas origens na década de 40 do século passado. O nome procede da junção das primeiras sílabas de Benedito e Guilherme, filhos de uma família que residia às margens da estrada onde outrora passava a linha do trem que ligava o centro de Belém à antiga Vila Pinheiro (atual distrito de Icoaraci). Uma placa com as inscrições “Ben e Gui” ficava exposta

à entrada da residência, sinalizando para o maquinista a presença dos rapazes. O lugar acabou se tornando ponto fixo de parada do trem (BELÉM, 2003).

A história do crescimento do bairro está intimamente ligada ao processo da expansão urbana desordenada de Belém, com todas as peculiaridades que esse fenômeno acarreta: falta de infraestrutura, alto índice de violência, falta de segurança; precariedade nos serviços de saúde, desemprego ou subemprego; alto índice de trabalhadores no mercado informal, e precariedade do sistema educacional. Com o processo de migração entre as regiões Norte-Nordeste, também se verifica o perfil dos moradores do bairro: além de belenenses, há bastantes pessoas procedentes dos Estados do Maranhão, Ceará e Piauí. Mas é exatamente a precariedade do bairro que tem estimulado a organização da sociedade civil. Existe uma intensa mobilização social em torno de temas críticos, como segurança, saúde, educação, moradia, emprego e transporte (BELÉM, 2003). Veremos a seguir que o GMB tem participado nesta mobilização social no bairro.

3.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO GMB

O levantamento inicial nos indica que o GMB surgiu da preocupação de um grupo de mulheres com a situação que o bairro sofria na época. Com a falta de qualidade de vida, começaram a desenvolver soluções criativas para superar essa realidade que atingia mais de 40 mil pessoas. As mulheres decidiram trabalhar e iniciar ações concretas, levando em consideração entre outros segmentos, as mulheres que possuíam problemas específicos que exigiam tratamento. Segundo informações colhidas durante a pesquisa, foi dessa iniciativa que surgiu, no ano de 1986, o grupo.

A pesquisa nos apontou que inicialmente o grupo tinha como objetivo garantir a capacitação de jovens e mulheres, preparando-os para o mercado de trabalho formal e informal, e assim buscando a geração de trabalho e renda; além de realizar, ao mesmo tempo, discussões sobre temas como: Saúde da Mulher, Prevenção às DST/ AIDS, Sexualidade e Drogas.

Com o passar do tempo, o GMB começou a desenvolver atividades de formação sócio-política e ambiental com enfoque em gênero, com o propósito de construir a cidadania feminina.

Observamos nos documentos e por meio das falas das mulheres entrevistadas que o grupo hoje vem atuando em três linhas de ação: Saúde da Mulher, Combate à Violência

Contra a Mulher, Trabalho e Renda. Possui parcerias com organizações locais, nacionais e internacionais.

Em 2003, adquiriu sua sede própria, localizada na Rua Benfica, nº. 18, entre Rua Betânea e Rua São Pedro, no bairro do Benguí.



Fonte: Fotografia retirada pela autora

Figura 3 Sede do GMB

A primeira visita à sede do GMB ocorreu no dia 16 de junho de 2010. Neste momento, nos foram cedidas duas cartilhas que trazem diversas informações acerca do grupo. Delas foram retiradas as informações que discurremos abaixo. São as seguintes cartilhas: Grupo de Mulheres do Benguí - GMB (s/d) e E a Saúde Como Vai? Pesquisa Mulheres do Benguí de Olho na Saúde (2004).

As informações que conseguimos captar em documentos do grupo apontam que a missão do GMB é contribuir na construção de uma sociedade solidária, humana, democrática; sem exclusão social, racial, sexual, política, econômica e cultural, com a perspectiva da equidade e igualdade nas relações de gênero, e baseada no desenvolvimento sustentável ampliado.

Em documentos do grupo os dados nos mostram que, nos últimos anos, o GMB ampliou seu raio de atuação, articulando-se com outros Grupos de Mulheres de Belém, no

interior do Pará e Fóruns Amazônicos. Essa articulação e mobilização no Distrito Administrativo Benguí – DABEN ocorreu com organizações como o Grupo de Mulheres do Carmelândia, Grupo de Mulheres do Pantanal, Grupo de Mulheres do Tapanã, Grupo de Mulheres do Satélite e Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida.

O grupo atua em espaços de planejamento e controle social de políticas públicas, com assento no Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF); no Conselho da Cidade, representando a setorial de mulheres; e no Núcleo de Educação Ambiental Distrital NEAD/PEAMB.

É possível verificar que o grupo aponta resultados significativos, tais como: 2.000 pessoas atendidas em diversas esferas, 05 escolas, 06 organizações comunitárias e igrejas, duas feiras e mercado; envolvidos diretamente nas atividades da Campanha pela Não Violência Contra a Mulher, com palestras, oficinas, debates, panfletagem nas feiras do bairro com distribuição de flores e material informativo. No grupo, aumentou a procura de mulheres vítimas de violência, que desejavam informar-se sobre como e onde fazer denúncias e ou buscar apoio. Também foi significativo o aumento de homens e mulheres do Benguí participando nos encontros bienais do grupo (Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí – GMB, s/d).

As principais atividades desenvolvidas pelo grupo têm a base no Projeto “Construindo a Cidadania”, que trabalha as três linhas de ação: Combate à Violência Contra a Mulher, Saúde da Mulher, Trabalho e Renda (Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí – GMB, s/d).

Foi detectado que, na linha de Combate à Violência Contra a Mulher, foram realizadas as seguintes atividades: debates, oficinas, encontros e reuniões; Campanha “Violência Contra a Mulher, Nem Com Uma Flor” no período de 2002 a 2003; atendimento e encaminhamento de mulheres vítimas de violência aos órgãos competentes, e proposição e monitoramento de políticas públicas de combate à violência (Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí – GMB, s/d).

Na linha de Saúde da Mulher, foram realizadas atividades como encontros, oficinas, debates acerca de temas como sexualidade da mulher, DST/ AIDS, direitos reprodutivos, com a proposição de políticas públicas; levantamento/ diagnóstico sobre o atendimento público de saúde da mulher, e inclusão da demanda do hospital materno infantil no Congresso da Cidade no ano de 2003 (Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí – GMB, s/d).

Na linha Trabalho e Renda, as atividades realizadas foram a organização e realização de cursos profissionalizantes para mulheres e jovens gerando trabalho e renda; encontros, debates e reuniões sobre gênero e “sócio-economia” solidária; mulher, trabalho e relações de

gênero; divisão sexual do trabalho, participação na coordenação da Associação das/ os Empreendedoras/es do Benguí e Adjacências, entre outros (AEMBA) (Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí – GMB, s/d).

O grupo possui articulação em Fóruns e Redes, a citar: Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP); Fórum Paraense de Economia Solidária; Grupo de Trabalho Economia Solidária; Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) e na AEMBA (Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí – GMB, s/d).



Figura 4 Cartilha: Grupo de Mulheres do Benguí

A escolha das três linhas de ações mencionadas para serem desenvolvidas pelo grupo deu-se porque as situações já vinham sendo trabalhadas pelo grupo devido à percepção da falta de apoio às mulheres e da necessidade de estabelecer em estatuto as linhas de ação. A coordenadora relatou como se deu o processo de escolha das três linhas de ações:

Na verdade elas acabaram se definindo porque era em cima do que a gente fazia o processo do nosso trabalho no GMB acabou definindo as ações pra

nós, porque a gente chegou num momento que a gente tinha que definir a nossa linha pra poder fazer o estatuto à gente tinha que ter um projeto a gente tinha que ter, porque a gente trabalhava com a questão da saúde a gente fazia toda essa luta essa questão de caminhar junto com as mulheres muito preocupada com essa questão, chegamos até fazer uma pesquisa sobre depressão essas coisas todas e também outra tese no final ele nos deu, a nossa linha na verdade é essa que a gente tem que ter focado mais o nosso foco tem mudado e o fórum de mulheres que é o segundo movimento que a gente é atrelado que trabalha nisso geral o foco também é o mesmo principalmente no combate a violência, na saúde da mulher, do direito da mulher, no empoderamento da mulher estão muito nesse processo, e isso também acabou definindo nosso caminho, assim nós vamos pra esse foco vamos escolher três e vamos trabalhar nesses três, aí como é que gente faz. Neste processo está incluso o GPA, que é um grupo que surgiu a partir do processo de discussão de informação, da questão da geração de renda que acabou tendo o GPA (**Rosa**).

Com certeza aquilo que a gente trabalha aqui é em cima da necessidade. A gente vivenciava nas nossas vidas, e nas vidas das mulheres, outros. O estado das mulheres, a questão da saúde das mulheres, e isso continua, nós fizemos inclusive pra ajudar nessa questão do convênio da prefeitura daquela época, a gente fez aqui uma agricultura de quintal, com as mulheres. Mulheres e homens pra fazer nas suas vidas, fazer nas suas casas, nessa época foi muita boa. Nós conseguimos assim, tinha mais facilidade de projeto naquela época, hoje tem muito mais dificuldade hoje as grandes entidades podem trazer menos problemas pra nós. Era sempre então o problema da necessidade da situação que cobra de nós uma posição a respeito disso, apesar de tudo da gente discutir, da gente denunciar. Hoje a gente tá conseguindo muito mais, as denúncias, as denúncias a gente tá conseguindo com que as pessoas façam, melhorou tudo então parece que aumentou agora tem mais denúncias nunca foi diferente, pra mim assim hoje já reduz um pouco por que antes tinha muita mulher que era oprimida, hoje devido os acontecimentos que tem ela vai pra mídia, a questão da violência ela vai pra mídia, isso é um grande avanço na luta por que hoje a mulher vai em busca por que se mulher não denuncia ninguém denuncia, hoje é só a mulher que denuncia a violência ela vai lá. Denuncia, liga, anonimamente liga, denuncia o conselho chega lá, se for com criança ele chega, aperta, por quê? Porque hoje a sociedade de certa forma ela se mexe pra esse primeiro passo, querendo entender, é complicado, porque é muito complicado mesmo, e a gente trabalha em cima dessa questão a idéia é que chegue a um ponto que venha a não praticar a questão da violência [...] (**Rosa**).

Em 2003, foi feita uma pesquisa em parceria entre o GMB e a Fundação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Amazônia / Programa Pará), realizada com mulheres usuárias dos serviços públicos de saúde no bairro do Benguí e Adjacências. A pesquisa faz parte da linha de ação Saúde da Mulher, que vem sendo implantado pelo grupo. Após a finalização da pesquisa e de mãos dos resultados, foi publicada a cartilha chamada “E a Saúde Como Vai? Pesquisa Mulheres do Benguí de Olho na Saúde”.

A finalidade da cartilha foi subsidiar as organizações populares, fornecendo informações que contribuam para o “empoderamento” das linhas dos movimentos sociais,

especialmente o de mulheres, na luta por políticas públicas, no exercício da participação popular com controle social, junto às instituições públicas da área de saúde, educação, saneamento ambiental; além de subsidiar uma campanha pela saúde da mulher no Benguí e Adjacências.

A pesquisa revelou os fatores que mais afetavam a saúde das mulheres: a depressão (33,80%), a falta de dinheiro (15,5%), a violência (13,8%), o desemprego do marido (12,7%) e a bebida alcoólica (7,7%). No aspecto renda mensal das mulheres, revelou-se que 58,7% das mulheres entrevistadas são chefes de família; apenas 24, 1% trabalham com carteira assinada e 69% trabalham sem carteira assinada. Participaram da pesquisa 180 mulheres que responderam a entrevistas e questionários (Cartilha: E a Saúde como vai? Pesquisa Mulheres do Benguí de Olho na Saúde, 2004).



Figura 5 Cartilha: E a saúde como vai?

Na cartilha resultante da pesquisa, há orientações sobre noções de saneamento básico, como realizar o exame de mama, o que é a depressão, escolaridade, o que é o Sistema Único de Saúde (SUS); endereços e contatos de órgãos como, por exemplo, o CMCF, etc.

O grupo atualmente conta com a participação efetiva de vinte mulheres. O mesmo já possui outras denominações, todavia, desde o ano de 2007, chama-se Grupo de Mulheres Brasileiras. A ex-coordenadora e a atual tesoureira nos explicaram a razão da mudança:

Grupo de Mulheres do Benguí, hoje é Grupo de Mulheres Brasileiras, por causa, a gente manteve a sigla, mas por causa que as meninas colocavam na reunião pra mudar o estatuto, tinha que mudar o nome, por causa que gente não trabalhava mas só com o bairro, mas foi colocado vários nomes, da mesma sigla, mas a gente optou por ser mulheres brasileiras, por ele enxergar todas as mulheres do Brasil inteiro (**Flor de Lís**).

[...] eu acho que já faz uns 4 anos, que se tornou o Grupo de Mulheres Brasileiras, faz 3 anos, Grupo de Mulheres Brasileiras, não é mais Grupo de Mulheres do Benguí, no estatuto jurídico é Grupo de Mulheres Brasileiras, a idéia de transformar em mulheres brasileiras era que desse maior abrangência do grupo pra fora do Benguí, e hoje tem: Cotijuba e outros municípios aonde as mulheres tem interesse em fazer essa discussão (**Orquídea**).

O GMB tem um Estatuto que foi reformado em 2010. Este é dividido em quatro capítulos, que dispõem a respeito da denominação, da sede, da finalidade, dos princípios, das associadas, dos direitos e deveres das associadas, da estrutura organizativa, das fontes de recursos, do patrimônio, da prestação de contas e das disposições gerais.

Destacamos os artigos 1º e 2º que dispõem acerca da denominação, sede, finalidade do grupo:

Artigo 1º - O Grupo de Mulheres Brasileiras - GMB é uma associação de direito privado, sem fins econômicos, com finalidade pública, não partidária, democrática sem exclusão social, racial, econômica, de gênero, religião ou qualquer outro tipo de discriminação aos direitos humanos, com sede na Rua Benfca, 18 bairro Benguí, CEP 66.630-175 e foro no município de Belém, Estado do Pará.

Parágrafo Único - O GMB terá duração por tempo indeterminado e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero religião.

Artigo 2º - O GMB tem por finalidade contribuir na construção de uma sociedade solidária, humana, democrática, sem exclusão social, racial, sexual, política, econômica, e cultural com a perspectiva da equidade e igualdade nas relações de gênero, garantindo assim os direitos humanos a partir do protagonismo social. Deverá: planejar, instrumentar, executar, monitorar e avaliar programas, projetos e serviços voltados aos interesses dos direitos humanos e em especial os direitos das mulheres, em suas necessidades sócio-econômicas tais como: educação, saúde, cultura, trabalho, lazer, habitação, transporte bem como realizar cursos e programas de capacitação, palestras, oficinas, campanhas de combate a violência contra a mulher, fomentar a geração de trabalho e renda, bem como defesa e promoção dos direitos humanos sócio-ambientais. Para tanto estabelecendo convênios com entidades públicas e privadas nacionais e internacionais. (p. 1)

Existe um planejamento das ações do GMB que vigora por um período de três anos. Posteriormente, há a avaliação do mesmo (das ações realizadas) e a elaboração de um novo para outro período, segundo a coordenadora:

Na verdade nós temos um planejamento de 3 anos, a gente só vamos adequar pra 2011, nós fizemos pra três anos, aí vamos readequando. Nós temos também um processo de monitoramento, nós fizemos aqui ano passado devido a nossa captação no FAO. O FAO tem uma pessoa, esqueci agora o nome, uma pessoa que acompanha o FAO, que é internacional, e ela vem nos dar umas oficinas de três meses basicamente de monitoramento pra gente poder fazer o processo de monitoramento do GMB. Aí a gente vai treinar, como é que vai ser o processo daí pra frente, muito bom, foi um trabalho muito bom pra nós porque a gente conseguiu revisar nossas falhas, onde a gente tinha que melhorar, o que a gente tinha que fazer e nós acabamos descobrindo essa questão dos recursos né. Porque vontade tem, planos tem, trabalhos tem, programas tem, agora falta o dinheiro [...] o que foi feito?, Por que não foi feito?, E como é que nós vamos revender? Por que que nós não fizemos tais ações? Qual é o nosso sinal daí? Porque nós temos que fazer isso, isso, isso, isso. Nós não fizemos isso. Mas fizemos outras coisas que não estavam no projeto. Ele já existia e vai sendo moldado de três em três anos, a gente vai moldar ele sim da fase de planejamento e todo ano na verdade ele muda. Nós temos um geralzão, e desse geralzão a gente vai vendo o que não fez e depois vai sustando. No ano de 2012 nós precisamos fazer de novo outro planejamento por que vai trocar de coordenação. Aí já troca de coordenação, já faz tudo, agora, este ano nós temos que fazer nosso planejamento e adequar o nosso planejamento pro ano de 2011, ver o que nós vamos fazer.

Todas as entrevistadas relataram que as reuniões do grupo são registradas em atas, que nem sempre é possível realizar com a regularidade de 15 em 15 dias devido à incompatibilidade de horários das mulheres. Todas são avisadas da reunião por meio de comunicados pessoais, telefonemas, quadro de aviso; ou, na reunião anterior, há o agendamento da próxima reunião.

O grupo recebe cartilhas e materiais de Fóruns que integram (FMAP, FAOR, Fórum Metropolitano de Reforma Agrária), do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea), da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Rede Feminista e de diversos eventos que as mulheres participam. A coordenadora afirma que o GMB é um Movimento de Mulheres e Feminista.

3.4 A PERCEPÇÃO DAS ENTREVISTADAS

A partir deste momento trabalharemos tópicos com embasamento na fala das oito mulheres entrevistadas acerca dos resultados da pesquisa e ainda de questões que julgamos relevante e que merecem destaque.

3.4.1 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS REALIZADAS PELO GRUPO

Como já mencionamos, o GMB trabalha três linhas de ações, que são saúde da mulher, combate a violência, trabalho e renda. Todas as entrevistadas souberam responder quais as linhas de ações desenvolvidas pelo grupo.

Por intermédio das falas das entrevistadas, percebemos que as práticas educativas voltadas às três linhas de ação estão sendo desenvolvidas por meio de palestras, campanhas (saúde da mulher e combate a violência), atos públicos, seminários, encontros, palestras, distribuição de cartilhas, cursos e oficinas de capacitação, orientação as mulheres vítimas de violência, etc.

Listaremos alguns cursos ofertados na sede do grupo:

- 1) Artesanato de bolsas
- 2) Embalagem e cartunagem
- 3) Gerenciamento e marketing
- 4) Operador de caixa
- 5) Garçom/ garçonete
- 6) Garrafa pet
- 7) Grafitagem
- 8) Reciclagem
- 9) Estofador
- 10) Informática
- 11) Pró-jovem
- 12) Pintura
- 13) Manicure e pedicure

Entre outros.

Podemos citar como exemplos de oficinas ministradas: Economia Solidária e Feminista, Empreendedorismo e Feminismo, Formação de Multiplicadores, Liderança de Organizações, Capacitação de Lideranças, etc.

Tais oficinas objetivam capacitar as mulheres no seu trabalho como lideranças nas comunidades e movimentos; a terem conhecimento de economia e empreendedorismo nos grupos de produção que fazem parte; a terem conhecimento acerca do feminismo, entre outras aprendizagens.

As atividades citadas em alguns casos são realizadas em parcerias com outras instituições (Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Movimento República de Emaús (Belém), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Só Direitos,

Guayí, Issar, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Fundação Curro Velho, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), etc.) e também são realizadas em outros espaços.



Fonte: Fotografia retirada pela autora

Figura 6 Oficina: Economia Solidária e Feminista ministrada para as mulheres do GPA

A fotografia foi retirada durante uma oficina de Economia Solidária ministrada as mulheres que fazem parte do GPA, que é um grupo de produção que existe no GMB desde 2002.

As opiniões foram unânimes no que diz respeito “ao caráter educativo das ações desenvolvidas pelo grupo”. Elas afirmam que as atividades visam à formação de sujeitos, a capacitação para o mercado de trabalho, que possibilitam às pessoas o conhecimento dos seus direitos e deveres na sociedade, que as oficinas e cursos ajudam a gerar renda, entre outros. Vejamos as seguintes falas:

Com certeza, a educação ela não é só formal ela é dia-a-dia, na informalidade a gente contribui pra educação (**Lírio**).

A entrevistada diz que a educação não esta apenas na formalidade, que acontece no dia-a-dia por meio também da informalidade, que o grupo contribui para essa educação na informalidade.

Com certeza, hoje a mulher que eu sou, eu vim começar aprender aqui, assim os meus direitos, o meu respeito e aprender a escutar, o jeito de falar, eu sei que a gente ainda precisa melhorar a língua, a gente precisa melhorar um pouco, eu às vezes ainda estou apelidando gente, mas eu tenho certeza que isso com a decorrência vai mudar. Mas ele tem essa forma educativa de atender, até porque a gente atende muito as mulheres que são às vezes violentadas, então você tem que tá preparada, então o GMB ele vai preparando as mulheres [...] **(Flor de Lis)**.

Segundo a entrevistada com a participação no grupo houve uma mudança na sua personalidade, ela passou a adquirir vários conhecimentos acerca de direitos, respeito e mudanças no jeito de falar, que precisa estar preparada para atender outras pessoas que chegam ao grupo. Afirma que o grupo tem uma ação educativa.

Sim. Toda ação que o GMB faz é educativa por que a gente atua, pra fazer com que as mulheres principalmente, mas também os homens tenham uma nova forma de ver a sociedade, ver a relação entre homens e mulheres, então pra isso gente precisa fazer ações de informação, de capacitação, pra mim toda e qualquer ação que a gente faz é educativa, seja uma atividade no dia internacional das mulheres, vai resgatá-la ao que foi, o que é o dia internacional, qual o conflito das mulheres, seja uma campanha pela não violência contra a mulher. A gente tá fazendo um projeto agora que vai fazer uma campanha, pela mulher, mais escolas, são duas escolas aqui no bairro pra chegar na juventude, então a gente tem objetivos, como diria? essencialmente educativos **(Orquídea)**.

A entrevistada afirma que todas as ações desenvolvidas no grupo são de caráter educativo. Cita o exemplo de uma atividade realizada no dia internacional das mulheres e outra que será realizada em duas escolas, a mesma diz que ambas tem objetivos essencialmente educativos.

São eu percebo que elas são assim, porque assim, são educativas, e porque é assim você dá uma educação pro seu filho ele vai, claro que ele vai procurar uma coisa boa né, então os trabalhos que o grupo faz aqui, no caso os cursos, a gente vê, jovens que faz aqui saem muito bem no convívio social, arrumou um serviço, um emprego alguma coisa, eu acho que é bom né, bem educativo **(Violeta)**.

No relato a entrevistada trata dos cursos oferecidos no GMB para jovens e que posteriormente os mesmos arranjam emprego, que por meio dos cursos houve sim um caráter educativo.

Nós temos, eu acredito. Eu acho que são esses encontros, nesses encontros você fala pras pessoas, pra sociedade, quando fazemos um projeto, quando fazemos um trabalho com a juventude então nós falamos pra juventude,

quando nós trabalhamos a educação e cidadania com a juventude tem duas ações que nós não podemos deixar de fazer, essa questão de você falar da cidadania de trabalhar os direitos humanos e de você trabalhar essa questão do combate à violência, então quando eu falo de educação e cidadania eu estou trabalhando essas ações justamente pra formar cidadãos nessa linha, pra ele pode ser um cidadão respeitador, que cumpra com suas obrigações que possa fazer cobrar dos seus direitos. Como é que se diz? ter dever, mas ter direitos, direitos e deveres na sociedade ele tem um papel nessa sociedade, ele precisa saber que ele também é um integrante e quando nós fazemos nossos cursos essa é uma das linhas que o nosso grupo fala, é um dos conteúdos que a gente não deixa fora, sempre que a gente trabalha aqui nós temos essas linhas justamente pra que a gente possa cumprir. Até um seminário que a gente vai fazer, quando a gente faz um seminário pra debater o papel da mulher a gente já está fazendo essa questão, da educação a gente tá trabalhando essa questão de mundo, tá trabalhando transformação. Eu duvido que uma mulher que venha pra reunião ela não saia daqui com alguma pulga atrás da orelha e claro que com alguma coisa, alguma inquietação que lá na frente vai ajudar. Tem muitas mulheres que falam: - olha hoje eu sou a mulher que eu sou por conta do GMB, se hoje eu sou uma mulher feliz é porque o GMB me ajudou enxergar. Então pra nós isso é resultado, e resultado sem monitoramento que a gente deveria fazer, que deveria ter alguém fazendo monitoramento pra gente saber até onde a gente tá alcançando, o fato das mulheres procurarem o GMB, é uma prova de que gente tá contribuindo nesse sentido, nas ações afirmativas, nas ações educativas com as mulheres **(Rosa)**.

Segundo a entrevistada o trabalho nos encontros, na atividade com a juventude, quando estão ensinando sobre educação e cidadania, nas reuniões no grupo, essas situações também são ações educativas.

Os resultados da pesquisa apontaram a educação não-formal existente nas práticas educativas desenvolvidas pelo GMB, tanto nos seus trabalhos realizados na sede; como também nas Igrejas, Escolas, Associação de Moradores do bairro do Benguí e outras instituições parceiras. Percebemos, por meio das falas das entrevistadas, que o grupo não faz mais atividades porque esbarra na escassez de recursos, que são conseguidos prioritariamente por projetos aprovados. As ações desenvolvidas são voltadas à capacitação e à formação continuada. Há também ações voltadas à conscientização de problemas sociais (combate à violência doméstica e à mulher, as DST's, etc.), orientações as mulheres e ainda ações voltadas ao lazer, tais como: capoeira, dança de hip-hop, rua de lazer, dança, entre outras. Deve-se destacar que, além da ação positiva da luta contra o preconceito imposto às mulheres, o GMB atua de forma compensatória no desenvolvimento de políticas que o Estado não dá conta de realizar. Assim, o processo educativo se materializa no cotidiano dos cursos e oficinas; mas, sobretudo no desenvolvimento cotidiano das práticas culturais, sociais e políticas.

As práticas educativas desenvolvidas no GMB são semelhantes às relatadas por Arroyo (2002), Libâneo (2005) e Gohn (2006), pois acontecem num espaço não-formal e constitui-se em ação/ ato educativo.

3.4.2 AS AÇÕES DO GMB NO BAIRRO DO BENGUÍ

Todas as entrevistadas revelam que percebem as ações no GMB no bairro do Benguí.

A realidade do bairro do Benguí, porque assim, o que a gente conquistou aqui nesse bairro foi luta do movimento social, ultimamente que o movimento tá meio parado, mas a luta pelo transporte foi muito forte na década de 80, a luta por água, pela saúde e a gente perdeu algumas conquistas, por exemplo: aqui no Benguí tinha uma maternidade, foi luta do movimento, mas como a maternidade era muito mal aparelhada, foi no governo do... ainda do Edmilson Rodrigues que eles resolveram fechar, acabar. Então o Benguí, o GMB colabora assim pra mudar a realidade, talvez a gente não tenha feito tanto a questão da violência. A gente tem feito campanha pra lutar contra a violência da mulher e da juventude, a violência mesmo no bairro, então eu penso que as campanhas que ocorreram no bairro ela tiveram colaboração também da gente, principalmente no campo da: saúde, do transporte que agora tá parado, educação; não sei te dizer bem, acho que a gente tem colaborado sim (**Orquídea**).

No relato acima percebemos que as mulheres que integram o grupo participaram na luta por melhores condições de vida para o bairro no Benguí no que diz respeito à conquista pelo direito ao transporte, a água, a maternidade. Atuando no combate a violência contra a mulher, a juventude e no bairro.

Já teve bastantes melhoras com as ações do GMB, por exemplo, no centro de saúde né, nas ruas, nas linhas de ônibus, de vez em quando a gente tem uma briga aqui ali, porque se não for assim a gente não consegue, e ai caminha devagar, mas a gente vai vendo mudanças, quando tem algum problema, a água, com relação à água aqui do bairro né, a gente já teve acho que no começo deste ano a gente teve algumas ações, ir lá conversar, fazer, se organizar pra fazer reunião lá com eles, e ai deu uma melhorada e agora voltou de novo esse problema com água ai a gente tá se organizando pra ir lá novamente na Cosanpa, pra ver com é que fica e ai de vez em quando, quando tem algum problema a gente tá ali vendo o que a gente pode fazer (**Tulipa**).

Num outro relato a entrevistada afirma que a ação do GMB no bairro trouxe algumas melhoras no centro de saúde, nas linhas de ônibus, na situação da falta de água e afirma que quando surge um problema as integrantes do grupo de organizam para conseguir uma solução.

Melhorou, melhorou assim, melhorou muito, isso a gente sente, ultimamente a gente faz trabalho mesmo assim nas ruas, nas comunidades, não é só interno mesmo e a gente faz muito projetos, ai esse ano a gente ta só com um projeto que ta terminando, mas a gente faz projetos grandes, que é na

capacitação de jovens pro mercado do trabalho, o GMB em 2008, ele ficou em 2º lugar, no programa consórcio da juventude, ele participou da primeira e segunda versão e que era um consórcio que era com 16 instituições e na última versão nos ficamos em 2º lugar, colocando os jovens, nos tinha 200 jovens, e nos colocamos 160 jovens no mercado de trabalho, 150, 140 jovens no mercado de trabalho, os que não entraram era por que não tinha idade suficiente pra entrar e a escolaridade tava incompleta, os outros jovens, que eram os jovens de Cotijuba, eles formaram um grupo de produção, o Cotijuba a gente (...) então hoje, isso chamou tanto atenção que qualquer programa, qualquer coisa já vem procura, olha não tem curso, olha quando tiver curso avisa a gente, e de vez em quando eles ficam passando pra perguntar, por que se você coloca uma placa tem curso pra jovem e ta ra ra, você tem que ter um limite, por que se não você termina escrevendo, se pra jovem escrevendo mais de 1000 e é assim entendeu. Então isso teve uma visibilidade que levantou a auto-estima da instituição e da população também, por que a gente termina levando pra comunidade, clamando pra comunidade (**Flor de Lis**).

Segundo a entrevistada acima houve melhoras devido o trabalho realizado nas ruas, nas comunidades e dá um maior destaque na capacitação de jovens realizada pelo grupo.

O grupo participa nas ações do bairro na luta por melhores condições de vida para a população, tais como: direito a água diariamente; qualidade de atendimento nos postos de saúde; combate à violência doméstica e contra a mulher, segurança pública, etc. Como pode observar, parte das ações é atribuição do Estado. Como este não as garante, as instituições não-governamentais passam a atuar na produção de Políticas Públicas.

3.4.3 A PARTICIPAÇÃO NO GMB

As entrevistadas revelaram os diversos motivos que as levaram a integrarem o GMB: foram os seguintes:

- Depressão;
- Tempo ocioso em casa;
- Participação em cursos oferecidos pelo grupo;
- Convites;
- Curiosidade;
- Vontade de participar de um grupo de mulheres;
- Envolvimento com grupo de jovem da igreja;
- Divórcio;
- Perda de ente querido;
- Afinidade com a discussão do grupo.

A seguir destacaremos as falas acerca dos motivos:

[...] eu decidi participar do GMB porque foi assim uma fase muito difícil da minha vida, em dois mil e cinco eu entrei aqui em dois mil e cinco, eu tinha perdido a minha mãe e também em dois mil e cinco eu tava separando do meu ex-marido, que eu me separei e eu tava precisando de algo pra viver, precisava de algo, uma ocupação principalmente, eu não encontrei tudo isso no GMB, mas sim no GPA, por que aqui a gente faz atividades que vai te ocupar, quando eu chegava na minha casa eu só chegava pra dormir, dormir no outro dia vinha pra cá. Aí então quer dizer que preencheu, eu não ficava pensando no problema que eu tava lá, só que eu passei uma fase muito difícil da minha vida, então quer dizer que foi aqui que eu encontrei soluções pra esse problema que eu passei por essas dificuldades imensas na minha vida e tinha o apoio das minhas colegas que eu já conhecia algumas daqui, e assim foi o remédio pra minha doença, o GPA foi o remédio pra minha doença. O GPA hoje na minha vida é a minha segunda família, tenho a família dos meus filhos e dos meus irmãos, mas o GPA é minha outra família **(Margarida)**.

A entrevistada relata que com a morte de sua mãe e também a separação do marido a mesma precisava de alguma ocupação, pois estava passando por uma fase muito difícil na vida. Afirma que encontrou uma ocupação não no GMB, mas no GPA, que é o de produção onde as mulheres realizam atividades de artesanato, costura, bijuterias, pinturas, etc. O que se pode observar é que para além do processo educativo estritamente falando o grupo atua no sentido de articular o espaço de valorização da mulher.

Bom, a minha entrada pro GMB foi através de, porque eu caí em depressão, porque eu tive um princípio de derrame e aí eu entrei pro grupo, foi quando eu conheci de perto a (...), já ouvia falar muito no nome dela, e aí foi quando o grupo de mulheres, elas participaram de um projeto, jovens e comunidade e aí foi, se estalou na frente da minha casa e aí foi que eu, a (...) me viu muito abatida, muito depressiva e começou a me levar, e eu entrei em 1999, eu já tenho 10 anos, estou completando 11 anos, junto a coordenação. O GMB pra mim foi uma porta que se abriu na minha vida, porque através do GMB fiz muitos cursos, fiz capacitação, participei de vários momentos, viagens e hoje eu estou fazendo parte pela terceira vez da coordenação, já fui a coordenadora, mas já fiz parte de outras coordenações da instituição e também através da instituição eu apresento a instituição em fóruns, em encontros, eu represento no fórum do ECA, que é um fórum da criança e do adolescente, eu estou no segundo mandato de conselho do direito da criança e do adolescente e estou concorrendo também uma eleição ao pleito de conselheira tutelar e pra mim a entidade ela sempre estimulou as mulheres a tá se capacitando, tá se empoderando, conhecendo seus direitos seus deveres, o direito de ir e vir, seu direito quanto mulher **(Flor de Lis)**.

A entrevistada revela que estava em depressão e tinha sofrido um derrame, já tinha ouvido falar do grupo, posteriormente recebeu um convite da coordenadora na época e começou a participar. Afirma a importância que o grupo teve em sua vida, diz que foi “uma

porta que se abriu”, enumera as oportunidades que teve desta experiência, tais como: viagens, participação em eventos, capacitação, fez e faz parte da coordenação do grupo, representa o grupo em fóruns. Diz que o grupo desempenha um papel estimulador, que capacita, empodera, proporciona as mulheres o conhecimento dos seus direitos e deveres. Como podemos observar o espaço também se apresenta como elemento motivador para a convivência das mulheres, que encontra no espaço a possibilidade de se sentirem valorizadas.

E comecei assim, eu fiz cursos, comecei aqui no grupo fazendo curso de customização e também fiz o curso de pintura, aí como eu estava em casa sem fazer nada, tem festas né, as mulheres sempre fazem alguma coisa, eu tava em casa, aí gostaria de construir alguma coisa e daí eu fazendo esse curso, eu conheci as mulheres do grupo e vi que o trabalho delas era um trabalho cansado e eu me motivei a fazer, a participar do grupo, eu já vinha pras reuniões, aí já participava de outras coisas até que eu fui ficando e se inserindo no grupo (**Girassol**).

A entrevistada relata que iniciou participando de cursos ofertados no GMB. Diz que tinha tempo ocioso em casa, se sentiu estimulada pelos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres e começou a participar. Mais uma vez pode se constatar a necessidade que as mulheres em particular as que estamos trabalhando como sujeitos de nossa pesquisa necessitam de espaços de atuação que se apresentem para além dos trabalhos domésticos.

[...] e assim foi um convite, primeiro foi um convite da (...) e depois o convite da (...), eu fui convidada várias vezes e como eu tava em casa sem ter muito o que fazer, aí eu resolvi vim, a minha filha já tinha passado por aqui alguns meses, não ficou muito tempo e aí eu comecei ver o trabalho que ela levava pra casa, o artesanato que ela fazia, que ela fazia algumas coisas, que ela não tinha nem noção né como fazer, como a costura, ai eu disse eu vou, eu já sabia costurar mas bem pouquinho né, mas falei “ah, eu vou , eu acho que vou”, aprendi muita coisa e realmente eu aprendi, três anos que eu tô aqui, eu já aprendi muita coisa já, já contribui com o grupo muitas vezes e até pra mim mesmo, no caso eu já tirei bastante benefícios do que eu já aprendi aqui (**Violeta**).

Segundo a entrevistada recebeu vários convites para ingressar no GMB, já conhecia um pouco o trabalho do grupo e também estava com o tempo ocioso em casa e decidiu participar, constatamos que a necessidade de ocupar tempo ocioso é um elemento significativo para o engajamento das mulheres no GMB.

Eu ingressei no GMB em 1992, a partir do momento em que eu comecei a participar do grupo de jovem, né eu não conseguir mais sair do movimento social, ai do grupo de jovem fui pra um movimento popular, a associação de moradores do Benguí e logo e paralelo a este eu entrei no grupo de mulheres né a (...) me convidou, comecei a participar do grupo de mulheres, era um grupo que, no caso que havia cursos profissionalizantes

com as mulheres, mas o nosso, o principal foco não era o curso profissionalizante em si, a gente sabia que isso era algo que somava pras mulheres pra vim pro grupo né, e paralelo ao curso a gente trazia outros conteúdos, que era a questão do combate a violência contra a mulher e a questão da saúde da mulher e aí todo curso profissionalizante até hoje a gente sempre trabalha esses conteúdos, além do específico que é o profissionalizante, mas a gente coloca no conteúdo, na carga horária essas questões né, violência contra a mulher, saúde da mulher, gênero e raça, sempre a gente trabalha nisso (**Lírio**).

A entrevistada revela que já existia um envolvimento com grupo de jovens da igreja, da associação de moradores do bairro, recebeu um convite e participa do grupo desde então. Ou seja, o envolvimento anterior com o movimento social também se constitui num elemento motivador para o ingresso no grupo.

Eu comecei a me envolver no movimento comunitário, que era um movimento que tinha na rua da minha casa, que era o movimento de luta pela água, como a gente não tinha água ia pro centro comunitário pra discutir o direito a água e conseguir, enfim, o Benguí não era abastecido pela Cosanpa, só era 10% abastecido pela Cosanpa, tinha a oportunidade da gente fazer um abastecimento alternativo de água, com o Poema, que é da UFPA e aí eu comecei a participar do movimento. Lá tinha companheiros da associação de moradores que participavam apoiando a gente e eles nos convidavam a participar das reuniões de associação de moradores, aí na reunião de associação de moradores foi que comecei também a participar do grupo de mulheres e sempre gostei de participar de movimentos, participava do movimento da Igreja, então eu já tinha interesse assim e me afirmei com essas discussões do movimento de mulheres (**Orquídea**).

Segundo a entrevistada já tinha um envolvimento com movimentos no bairro (centro comunitário, associação de moradores, movimento da igreja) e também porque teve afinidade com as discussões dos movimentos de mulheres foi o que a levou a ingressar no grupo. Isto reafirma nossa tese acima com relação ao envolvimento anterior das mulheres em outros movimentos como que impulsiona o envolvimento com o grupo.

No momento que eu vim pra cá foi mais pela curiosidade, saber o que se fazia aqui, quando eu passava aqui pela frente, também eu tinha vontade de participar de um grupo de mulheres, quando eu era criança a minha mãe participava de um grupo de mulheres, lá onde a gente morava e aí eu tinha essa vontade e curiosidade e vontade de participar e saber um pouquinho mais, saber o que nós mulheres podemos fazer e ajuda pra melhorar as coisas e aí quando eu vim pro GMB automaticamente eu conheci o GPA e me identifiquei com o que elas faziam aqui e fui ficando (**Tulipa**).

O que levou a entrevistada a participar foi à curiosidade e a vontade de participar de um grupo de mulheres.

Por meio das falas acima, podemos afirmar que o ingresso no grupo ofereceu a algumas das mulheres um novo sentido a suas vidas, novas perspectivas de futuro, novos aprendizados, passaram a mudar sua rotina diária, conseguiram uma ocupação para o tempo ocioso, começaram a se sentir ocupadas e úteis, e obtiveram cura para doenças. Por outro lado pode se refletir as limitações que o grupo tem quando se trata de traçar horizonte, parece que boa parte das ações ainda estão muito nas questões específicas do bairro, a nosso ver carecendo de perspectivas mais ousadas que extrapole as exceções das campanhas, por outro lado ainda deve se destacar que o momento histórico em que o grupo está colocado não lhe permitiu ir além.

3.4.4 A EDUCAÇÃO FORMAL

Queríamos conhecer se nas reuniões do GMB havia alguma forma de estímulo para as mulheres voltarem a estudar e aumentar seu nível de escolaridade, ou seja, estímulo para elas concluírem a educação formal, oferecida nas escolas/ universidades/ instituições de nível superior. Nas falas, percebemos que não existe uma ação concreta neste sentido. O que acontece é a orientação, nos momentos de reuniões, para que as mulheres tenham consciência da importância da educação atualmente em suas vidas. A participação no grupo estimulou algumas delas voltarem a estudar. Entre as oito entrevistadas, quatro voltaram a estudar. Vejamos os relatos abaixo:

Essa é uma das nossas tarefas com essas mulheres, por exemplo, a (...) não tava fazendo faculdade, ela tava parada e nos ajudava, se tivéssemos recurso na entidade, nós botávamos ela pra estudar e ajudar a formar as mulheres porque nós precisamos formar essas mulheres, nem que a gente tenha que formar aos trancos e barrancos, mas já é um incentivo, vamos estudar, vamos estudar, vamos estudar a (...) tá estudando, a (...) tá estudando, tem várias mulheres estudando (**Rosa**).

Com certeza existe, porque assim a gente, quanto mais mulheres no poder, a gente estimula assim as mulheres, porque elas não vão ser umas mulheres submissas né, elas vão tá sempre ajudando, isso daí não é, pra que ela se empodere e depois vá cair no mundo não, tudo isso é pra engrandecer os conhecimentos dela, a família dela e aprender várias coisas e aí mulheres sabias, pelo menos pra administra as suas casas (**Girassol**).

Percebemos nos dois relatos que há o interesse em formar as mulheres, que as mesmas estudem e possam se empoderar do conhecimento, os argumentos são importantes, pois permite as mulheres demonstrar a importância do conhecimento para que possam avançar em lutas e conquistas como cidadãs.

Na questão da escolaridade formal, não temos um planejamento pra isso, mas eu acho que a participação das mulheres no GMB, eu acho que estimula elas a buscar escolaridade. Nós temos alguns exemplos, a (...), por exemplo, que ela começou aqui no GMB. Eu pessoalmente dizia: - poxa vai lá tu tem que estudar, e ela tá terminando o Nível Médio dela. A (...) voltou a estudar depois de muitos anos e concluiu o Nível Superior (**Orquídea**).

Sim, por exemplo, as mulheres do grupo de produção, por exemplo, elas têm muita dificuldade em aumentar o seu desenho na produção, por conta das dificuldades com a informática né, da inclusão digital, aí nós fizemos curso em parceria com a escola no bairro, de informática para as mulheres e aí atendia não só as mulheres daqui do grupo de produção, mas outras mulheres também do bairro né, incentivar a mulher que nunca foi a escola a começar a estudar né, e as que pararam por alguns motivos né, situações da vida e tal a gente reforça pra que volte a estudar, o conhecimento ajuda pra que ela se liberte dessas situações né (**Lírio**).

Nos relatos as entrevistadas afirmam que o grupo estimula sim as mulheres a buscarem a escolaridade, apontam exemplos de integrantes que voltaram a estudar.

Entre as perguntas que compõem o roteiro de entrevistas, havia a seguinte: nas reuniões do grupo existe alguma forma de estímulo às mulheres para voltarem a estudar, a aumentar seu nível de escolaridade? Segundo a fala das entrevistadas, em resposta à pergunta foi que, nas reuniões do grupo, sempre era mencionada a necessidade das mesmas voltarem a estudar, que seria importante para a vida delas, que é necessário o “empoderamento” do conhecimento. Das oito mulheres entrevistadas, quatro revelaram que sofreram influência do grupo na decisão de voltar a estudar: uma já possui formação em nível superior, outra faz Curso de Serviço Social à distância, e duas estão fazendo cursinho pré-vestibular. A nosso ver um número bastante significativo neste caso 50% das entrevistadas.

4.3.5 SUGESTÕES DE MELHORIAS E IMPRESSÕES DO GRUPO

Perguntamos que sugestões as entrevistadas dariam para melhorar o GMB e obtivemos como resposta as seguintes necessidades:

- Melhorar a estrutura física da sede;
- Ajuda financeira para custear as necessidades da sede (água, energia, telefone);
- Parcerias;
- Uma pessoa que ganhasse um incentivo para manter a sede do grupo sempre aberta ao público e fizesse a limpeza do espaço;
- Participação efetiva de todas as mulheres do grupo;
- Curso de reciclagem para as mulheres do grupo;

- Pessoas com disponibilidade de tempo para executar os encaminhamentos do grupo;
- Mais integrantes para o grupo.

Abaixo destacamos algumas falas das entrevistadas acerca das necessidades de melhoria para o GMB, que são:

Olhe é a estrutura aqui da nossa casa, da nossa sede que não, de vez em quando os meninos entram aqui e levam as nossas coisas, acho que é mais isso, mas uma coisa que não depende muito da gente (**Tulipa**).

Sugestão minha amiga, eu vejo que a gente tem que ir em busca da parte financeira, não sei de que maneira, a maneira que a gente tem que ir, porque como eu já te falei, a gente tem ajuda, mas não dá, o necessário pro grupo sobreviver, porque a gente gasta água, gasta energia, telefone, tudo são por conta nossa mesmo, aqui das mulheres, é uma despesa, a gente só vê essa despesa né, tem que ter reparos na casa, nossa casa hoje infelizmente quando chove molha tudo aqui, porque os ladrões vieram e levaram, entraram pelo telhado, tudo tem uma dificuldade, porque nós mulheres não podemos retelhar uma casa, eu vejo que mais mesmo é financeiro, a sugestão, ai como achar esse dinheiro? Como ir em busca dele? Porque o serviço no caso nos temos, que no caso são as mulheres que trabalham, mas o financeiro ta difícil, seria uma solução, mas como chegar até ele o financeiro? (**Margarida**).

Nós precisamos de parcerias, precisamos ter parcerias que possam nos ajudar financeiramente. Á buscar recursos e muito mais precisamos. Tudo é através das parcerias! (**Rosa**).

Eu acho que um bom projeto poderia melhorar a estrutura né o prédio principalmente e também sei lá fazer uma reciclagem nas mulheres que tão aqui, precisaria eu acho de mais incentivo, já tem incentivo, mais eu acredito que mais incentivo para as mulheres, por exemplo, uma pessoa que se colocasse mesmo pra trabalhar e tivesse uma renda, porque eu acho que isso seria um incentivo, ai a pessoa já vinha pra cá trabalhava, fazia o trabalho que era pra fazer no grupo, limpava, eu acho que isso era um incentivo pra que ela viesse todo dia e não deixasse o espaço fechado, agora as mulheres não ficam aqui direto, porque elas precisam fazer outras coisas, o GMB não paga, não faz nada por ti a não ser o conhecimento. E a gente sabe muito bem que as mulheres precisam ajudar as suas famílias, tem umas que não tem marido, mas elas precisam fazer alguma coisa, e se tu não tirar daqui do grupo tu vai ter que procurar lá fora ai as mulheres tem que conciliar, uma parte fica no GMB outra parte vai ter que trabalhar pra conseguir sustentar sua família, porque o GMB não da estrutura, agora se tivesse uma estrutura, se o grupo pagasse, se tivesse como segurar pelo menos uma, eu acredito que o grupo, sabe ele não ia ficar fechado, porque as vezes as pessoas dizem poxa essa casa desprezada e tal, porque fica as vezes cheio de mato, as vezes as pessoas não abrem, dorme fechada e assim por diante, eu acho que esse seria um bom incentivo pra que o grupo melhorasse, um bom projeto que levantasse mesmo (**Girassol**).

Em algumas das nossas visitas ao GMB, vivenciamos algumas das situações de dificuldades por que passa o grupo. A casa que funciona o grupo está precisando de reformas em toda a estrutura. Quando chove, a casa enche num nível de aproximadamente 30 centímetros; e quando as mulheres estão presentes, se mobilizam para escoar a água. Devido às precárias condições de segurança, os assaltos são freqüentes. Já foram roubados, computadores, máquina de costura, tubos de linhas, televisão, ventilador, etc.. As janelas estão reforçadas por tábuas pregadas, o que não impede que os ladrões entrem. Com uma parte da produção de encomendas do GPA, são pagas as contas da sede (água, energia, telefone). Quando não há produção, as despesas conseqüentemente não são pagas. Quando íamos à sede, tínhamos que fazer um contato prévio com alguma das mulheres para que uma fosse abrir o GMB. Elas procuram fazer um revezamento para que a sede não fique fechada durante o período da manhã e tarde; porém, em alguns dias, a sede fica fechada. As próprias integrantes do grupo que fazem a limpeza, inclusive o corte de grama e aparo de árvores do espaço.

Perguntamos às entrevistadas quais suas impressões sobre o desempenho do GMB e observamos que as mesmas têm uma visão positiva acerca do grupo, devido a vários fatores, tais como: a prestação de serviços a toda a comunidade do bairro e adjacências, independente de sexo, faixa etária; o papel de estimulador para as pessoas; orientação as vítimas de violência; ofertas de cursos e oficinas; entre outros: Destacamos, neste sentido, as falas a seguir:

O desempenho dele eu acho, eu credito que é um desempenho muito favorável a todo tipo de mulheres, até homens também, porque quando você faz um encontro que é pra mulheres, mas quando você vê lá tem homens, a gente vai discutir o tema relacionado à mulher, mas de repente você vê homens também lá discutindo, então isso pra entidade já é um avanço, porque a gente tem homem também querendo discutir aquilo também. Então a gente tem um curso, agora dia de sábado pras mulheres, pra liderança, mas nos temos o homem, entendeu e este homem ele discute também, então é muito interessante e o GMB é o estimulador, ele estimula as pessoas, estimula, ele instiga as pessoas a começar a discutir as políticas, políticas públicas, políticas sociais entendeu, então é assim a entidade, como eu disse. Ela tem várias portas e são várias portas de horizontes que você, se você souber atravessar a porta, você vai longe, ele tá aqui atrás, tá te estimulando, ele tá te dando terra, ele te dá linha, o anzol e aí vai lá, vai lá aprende, só não aprende mesmo quem não quer, eu fui uma pessoa que demorei muito assim pra mim aprender, aí só escutava muito, eu dormia, eu cochilava, mas hoje não eu falo muito **(Flor de Lis)**.

Olha eu acho assim, eu acho que é muito, muito bom o desempenho dele sabe, assim, porque aqui dentro raramente a gente vê as pessoas que as pessoa mesmo do GMB, lá fora elas estão muito inseridas sabe né, pra elas

articular, pra elas tarem vendo os movimento né, então eu acho assim muito importante, muito mesmo, o que elas conseguem pra cá, pra fazer cursos, eu acho assim muito, muito interessante (**Violeta**).

Olha o GMB ele tem uma história bastante conhecida no bairro do Benguí, digo até em Belém, no Estado também é reconhecido que nós somos formadas pra fazer oficinas e palestras nas escolas e até em outros grupos no Estado, a gente aqui no bairro do Benguí nós desenvolvemos uma campanha em 2000, uma campanha contra a violência a mulher, e esta campanha deu uma visibilidade na existência do GMB, então muita mulher começou a procurar o GMB né, começou a vim pedir orientação, contar a sua história, que foi violentada, pedir uma orientação e a gente fazia os encaminhamentos necessários, não fazia o atendimento pra resolver o problema, mas a gente encaminhava ela pra delegacia da mulher, e a gente tentava acompanhar na medida do possível, porque com nós não temos dinheiro pra bancar isso, recursos pra bancar isso (**Lírio**).

A falta de recursos financeiros é uma questão também apontada por todas as entrevistadas. Elas relatam que precisam de apoio financeiro para realizar as ações. A arrecadação de recursos é realizada por meio de elaboração de projetos que são enviados a várias instituições. Quando algum é aprovado, o dinheiro é aplicado na oferta de cursos, oficinas, campanhas, etc. Segundo as entrevistadas, a decisão de aplicação dos recursos é decidida coletivamente:

A nossa forma de captação de recursos é via projeto, a gente faz, projetos sociais, projetos de capacitação, projeto que fala da violência contra mulher, projetos pra discutir a questão da saúde da mulher, a gente faz também projeto pra apoiar o Grupo de Produção Amazônia na geração de renda, e aí a gente remete a financiadores externos e ao governo para poder captar recursos, é a única forma que a gente tem de arrecadar recursos pro nosso trabalho. Quem decide onde aplicar é o coletivo, as associadas do GMB, a direção junto com o grupo de participantes do GMB, como é que a gente faz? primeiro passo é se reunir e decidir que projeto fazer primeiro, daí a gente faz a discussão com quem tá mais presente, junto com as meninas do GPA, chama a coordenação, chama o conselho deliberativo e decide o que a gente vai fazer, que projeto a gente vai fazer, dependendo do financiador também, de quem vai financiar, aí a gente decide o que vai fazer, algumas se dedicam a escrever o projeto e a fazer o orçamento e enviar, se for aprovado a gente volta de novo pro administrativo pra discutir o planejamento daquilo que a gente já tinha decidido antes. E aí a gente faz o planejamento de como investir (**Orquídea**).

O GMB arrecada recursos através dos projetos né, são os projetos que dão respaldo, sem esse a gente não tem recursos, só os projetos mesmo, as parecerias que agente tem. As ideias vêm do coletivo, é do coletivo sim, elas não fazem as coisas sem isso, porque seja pra que algo mude, porque o grupo GMB ele é, são várias mulheres que tem, não são três mulheres, sempre tem a reunião antes, pra depois elas terem o trabalho de digitar no caso né, mas primeiro tem o trabalho que as meninas a gente conversa vê, porque todo projeto precisa assim de, o que a gente vai fazer naquele projeto,

ai a gente tem que por lá no papel, qual as necessidades, ai elas constrói **(Margarida)**.

Sim, a gente arrecada pra poder sobreviver né, a gente não tem, é uma instituição não governamental né, não temos recursos próprios, mas a gente busca mobilizar, mobilizamos recursos através de projetos, elaboramos o nosso projeto a partir das linhas que a gente quer desenvolver atividades, trabalho e renda, saúde da mulher e a violência contra a mulher, a gente faz nosso plano de ação, pra elaborar o projeto e enviar, geralmente os nossos maiores apoios são internacional, até hoje a gente não conseguiu ainda receber assim recursos diretamente federal, indiretamente já, a gente já recebeu, que foi em parceria com outras organizações, a gente fez um projeto grandão, que era com a MTE, Ministério de Trabalho e Empresa, foi um trabalho com os jovens, foi 1.200 jovens, foi em 2007 ai nos fazíamos parte desse consórcio de vinte entidades aqui em Belém, ai foi esse o momento que nos recebemos recursos públicos, mas os outros desde quando a gente nasceu sempre cooperação internacional **(Lírio)**.

Quando perguntamos à coordenadora quantos projetos foram aprovados em 2010, a resposta foi que fora aprovado apenas um projeto, o que prejudicou a execução do que foi planejado:

Um projeto! Um projetinho, mas encaminhamos um bocado, mas tá muito difícil fechar, tá muito difícil. Só tivemos um projetinho e quase a gente não consegue esse projeto. Nós encaminhamos vários, eles estão espalhados por aí, esse projeto nós conseguimos uma pessoa só pra fazer projeto, tipo uma pessoa que a gente conseguiu pra fazer os projetos, enquanto a (...) tá buscando recursos, hoje a pessoa que tem que preparar acertar com a (...) e fazer os projetos. Fizemos projetos pra Petrobrás, pra várias entidades. Nós fizemos um projeto grande encaminhamos pra fora, tem projeto que está num processo: ah! muda isso, ah! muda aquilo. Aí tem outros projetos que tá lá, que foi suspenso agora que a gente vai retomar só final de ano. Numa hora dessas quem sabe não chega uns três de uma vez, seria bom né?

A pesquisa nos permite afirmar, com base em todos os relatos, que o GMB tem um bom relacionamento com a comunidade; e trabalha em parcerias com escolas, igrejas, associação de moradores do bairro:

É uma relação de parcerias mesmo né, o tempo que a gente pode, o grupo, o GMB tá apoiando ali sempre de alguma maneira, talvez não do jeito que poderia ser, poderia ser melhor, mas de alguma maneira o GMB apóia, tem também uma parceria com a igreja **(Tulipa)**.

Eu vejo que o grupo do GMB, ele tem uma relação muito boa com os outros grupos, porque aqui mesmo no próprio bairro do Benguí, como nos outros bairros, porque hoje quando a coordenação do GMB ela é ampliada, temos mulheres de Cotijuba que fazem parte do GMB, temos mulheres de Bragança que fazem parte do GMB e outros lugares que eu não tô lembrada agora, então temos uma parceria com a igreja, se tem algum bingo na igreja, temos que participar lá, os parceiros da AMOB dizem logo, o GMB tem que tá lá, como a gente dá apoio pra eles também dão apoio pra nós. O NEP, o

EMAÚS, é assim eu vejo que a gente se dá muito bem com os nossos parceiros, as escolas também né, na (...), que através desses colégios que vão trabalhar as DST's, que vão chamar né, a gente vai ter um trabalho muito bom com as escolas, tem uma parceria muito agradável com a escola **(Margarida)**.

A nossa relação é uma relação de troca, de solidariedade, de união, por exemplo, esse curso que a gente tá dando agora, é um curso voltado pras organizações e pras mulheres que são liderança dentro das organizações. Então a gente tem unido tudo, tudo que a gente faz em termo de campanha, curso, não sei o que; a gente faz articulado com as organizações aqui do bairro e dos distritos também. Esse curso que a gente tá dando aqui a gente tem pessoal aqui do bairro da Cabanagem, então tem três bairros aqui, de várias organizações participando desse curso. A gente tem uma relação muito próxima, de cada organização tem o seu foco específico, mas vamos analisar pela saúde, por exemplo, interessa todo mundo, agora vamos pela água, a história da água eu acabei não colocando naquela hora, porque é uma coisa que influência diretamente nas mulheres, a gente tem enfrentado nos dois últimos anos muitas dificuldades. Então a gente teve que fazer toda uma mobilização, o GMB participou diretamente, puxando junto com a associação de moradores, mas principalmente o GMB brigando com a COSANPA pra resolver o problema da água, porque aqui à gente tá quase o dia inteiro sem água **(Orquídea)**.

Pois é o GMB sempre buscou trabalhar em parceria com todas as organizações do bairro, igrejas, escolas, associações de moradores, que só tem uma aqui no bairro, Associação dos Moradores do Benguí, o NEP, que é o Núcleo de Educação Popular, as comunidades eclesiais do bairro, que faz parte da igreja católica e a igreja Batista, então a gente não fica só com algumas organizações, a gente chama e, por exemplo, a campanha, também a luta pela água, a luta por melhores condições de atendimento no posto de saúde, todos esses momentos nos sempre chamamos as outras organizações pra construir junto, que ai não fica uma ação, é o GMB que coordena o GMB que puxou, mas todo mundo tá junto construindo **(Lírio)**.

Percebemos por meio das falas das entrevistadas que o grupo desempenha uma relação de parceria com diversas instituições.

3.4.6 O GRUPO DE PRODUÇÃO AMAZÔNIA (GPA)

Em outubro de 2002, foi criado o Grupo de Produção Amazônia (GPA) que é composto atualmente por onze mulheres efetivas e produtoras de artesanato, camisas, bolsas, bijuterias, embalagens para presente, etc. O grupo ainda não possui personalidade jurídica e estatuto (em fase de discussão). No GMB, havia produção, costura para festas (dia das mães, dia das crianças, Círio, etc.) e feiras. A partir de um projeto, houve a necessidade de criar um grupo de produção dentro do GMB que contou com a participação de vinte mulheres na época, segundo relato da coordenadora.



Fotografia retirada pela autora.

Figura 7 Imagem da produção de bijuterias do GPA

A fotografia foi retirada na sala do GPA, são algumas amostras do trabalho produzido pelas mulheres com sementes.



Fotografia retirada pela autora.

Figura 8 Imagem das bolsas produzidas no GPA

A fotografia foi retirada na sala do GPA, são algumas amostras dos modelos de bolsas que já foram produzidas no grupo de produção.

Destacaremos abaixo algumas falas acerca do GPA:

[...] aí como tinha as mulheres, aí foi se integrando as mulheres, aí hoje tem o grupo GPA, então o grupo GPA é fortalecido pelo GMB é um filho, uma filha do GMB, mas só que hoje o GPA ele tem autonomia, ele pode de repente sair daqui, ter seu próprio espaço, andar, tal ser colocado em tal lugar [...]. É o Grupo de Produção Amazônica, elas trabalham com sementes, tudo que é da Amazônia elas trabalham, fazendo os colares, com a semente do açaí, elas fazem a reciclagem de roupa, elas também trabalham com a reciclagem do material, do papel, da palha do alho, da palha da cebola, enfim tudo que você pensa, elas trabalham o extrativismo medicinal, com ervas medicinais, elas receberam a capacitação, o curso pra saberem o significado de cada ervas (**Flor de Lis**).

A entrevistada relata que o GPA é um grupo fortalecido pelo GMB, explica ainda sobre o trabalho que é realizado pelas mulheres com a produção de sementes da Amazônia, com a reciclagem de materiais (como o papel, a palha do alho, a palha da cebola), com ervas medicinais.

Acho que é um dos resultados concretos que a gente pode ter, é esse grupo de mulheres atuando aqui, o GPA com a divulgação no dia-a-dia, tendo uma fonte de renda a partir do trabalho que a gente fez, por que elas foram atingidas em cheio, pois foi todo um processo de muito tempo de capacitação, de apoio, que fez com que elas pudessem constituir hoje um grupo desses (**Orquídea**).

A entrevistada fala do papel de gerador de renda que tem o GPA e que para a existência do mesmo houve um processo de capacitação e apoio entre as mulheres.

O GPA surgiu no caso através do GMB né que as mulheres, elas dizem que tinha um grupo, eu não lembro muito bem, eu sei que foi através de uma encomenda que elas fizeram, as mulheres, que elas ganharam máquinas, elas tinham uma atividade, ai depois elas fizeram parceria com a EMAÚS, depois disso que acabou o trabalho delas com essa parceria, ai ficou as máquinas né, ai as mulheres acharam que havia uma necessidade de montar um grupo foi quando surgiu o grupo GPA e hoje o nosso trabalho aqui, a gente trabalha com confecção e sementes regionais nosso trabalho no GPA, nos temos uma produção. “Nós temos parceiros no caso, a FASE com quem a gente faz um trabalho, a UNIPOP e outros grupos através né de divulgação, até hoje a gente sai, o GMB que até hoje é nosso parceirão que nos indica, participamos do Fórum Internacional Mundial, fizemos bolsas, confeccionamos bolsas e hoje nos temos uma produção de sementes de caroço de açaí que a gente exporta pro Estados Unidos, graças a Deus a gente já tá há cinco anos, acho que essa parceria já tem mais de 6 anos, e sim é muito louvável mesmo esse trabalho que a gente tem de semente e do

caroço de açaí, assim é um parceiro que chegou através da FASE, começou tudo lá na FASE, o rapaz lá indicou o GPA, aí começou essa parceria nossa **(Margarida)**.

A entrevistada relata a relação do GPA com o GMB, sobre os trabalhos realizados pelo grupo (produção de bolsas e trabalhos com sementes) e ainda das parcerias realizadas com outras instituições.

Podemos afirmar que a geração de renda, a ocupação e os novos aprendizados que as mulheres recebem são considerados de suma importância para as entrevistadas, além das discussões e ações que são realizadas no GMB.

A seguir, faremos as considerações finais desde trabalho de pesquisa que culminou na conclusão de nossa Dissertação de Mestrado Acadêmico em Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho, abordamos diversas questões referentes à mulher na sociedade, que não poderiam deixar de ser destacadas, que foram organizadas em três capítulos.

Num primeiro momento, discorremos acerca dos Movimentos Sociais (definição, tipos, momentos de maior e menor desenvolvimento no Brasil, o uso da internet como meio de articulação dos movimentos sociais, etc.), do Feminismo e o Movimento de Mulheres no Brasil, das relações de gênero existentes na sociedade.

No segundo momento, tratamos de quatro situações vivenciadas pelas mulheres brasileiras hoje em dia: A educação das mulheres e nível de escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho, o aumento da pobreza e a violência. Tais questões foram destacadas porque foram mencionadas pelas mulheres que concederam entrevistas para a realização da pesquisa; e também por entendermos que merecia um destaque no trabalho, pois as mesmas merecem um olhar emergencial por parte do Estado, um espaço dentro das Políticas Públicas voltadas às mulheres, apesar de já estarem presentes, mas com indicadores ainda desfavoráveis.

No terceiro momento, ao descrever os resultados da pesquisa. Trabalhamos com alguns tópicos tais como: considerações acerca da educação; uma breve caracterização do bairro do Benguí, onde está localizado o GMB nosso objeto de estudo; considerações acerca do grupo; destacamos as percepções das oito mulheres entrevistadas a respeito de algumas situações que julgamos importante apontar no trabalho de investigação e as questões que vão à direção de responder nossos objetivos, problema e questões norteadoras estabelecidas para a pesquisa, etc.

Com base nos resultados da pesquisa, podemos afirmar que, para o desenvolvimento das três linhas de ação, existem práticas educativas como palestras, campanhas acerca da saúde, atos públicos, seminários, encontros, distribuição de cartilhas a respeito da violência contra a mulher, cursos, oficinas diversos (de embalagem e cartunagem, gerenciamento e marketing, operador de caixa, garçom/ garçonete, etc.), voltados à linha de trabalho e renda.

Identificamos que a escolha das três linhas de ações para serem desenvolvidas pelo grupo deu-se porque as situações já vinham sendo trabalhadas pelo grupo devido à percepção da falta de apoio às mulheres e da necessidade de estabelecer em estatuto as linhas de ação.

Verificamos que todas as entrevistadas revelaram que percebem as ações do GMB no bairro do Benguí. Que o grupo participa nas ações do bairro, na luta por melhores condições de vida para a população.

Conhecemos os diversos motivos que levaram as mulheres a integrarem grupo, que foram: depressão, tempo ocioso em casa, participação em cursos oferecidos pelo grupo; convites, curiosidade, vontade de participar de um grupo de mulheres, envolvimento com grupo de jovem da igreja, divórcio, perda de ente querido, afinidade com a discussão do grupo.

Deve-se destacar que, além da ação positiva da luta contra o preconceito imposto às mulheres, o GMB atua de forma compensatória no desenvolvimento de políticas que o Estado não dá conta de realizar. Assim, o processo educativo se materializa no cotidiano dos cursos e oficinas; mas, sobretudo no desenvolvimento cotidiano das práticas culturais, sociais e políticas.

É importante destacar que, em nosso trabalho de campo, não tivemos nenhuma dificuldade, pois desde o primeiro contato com a coordenação do GMB até a finalização, quando fotografamos a sede do grupo, tivemos sempre uma ótima receptividade e acolhida por parte da coordenadora e das mulheres.

Após o trabalho concluído, acreditamos que três direcionamentos poderiam ter sido mais bem desenvolvidos:

- 1) Realizaríamos entrevistas com pessoas da comunidade para conhecer suas impressões sobre o GMB. Na pesquisa, ficamos apenas com a percepção de quem integra o grupo;
- 2) Delimitaríamos a investigação da pesquisa apenas às práticas educativas desenvolvidas dentro de uma linha de ação do grupo (Saúde da Mulher/ Combate a Violência/ Trabalho e Renda);
- 3) Buscaríamos conseguir um maior número de documentos que nos ajudassem a contar melhor a história da linha de ação escolhida para verificar as práticas educativas existentes com maior propriedade.

No entanto, nossa pesquisa continua tendo sua relevância; pois buscou conhecer um grupo de mulheres que existe na periferia da grande Belém, estudar sua história, suas conquistas, as suas três linhas de ações, o trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de duas décadas, a mobilização que realiza por melhores condições de vida para a população do bairro e adjacências, o trabalho realizado em parcerias com outras instituições, entre outros aspectos.

E principalmente, confirmou o caráter educativo existente no interior do grupo, o mesmo constitui-se num espaço de educação não-formal, por intermédio das falas das entrevistadas e também da nossa presença em alguns momentos de atividades desenvolvidas

na sede do GMB, realizando observações não-participantes; podemos afirmar que a prática educativa está presente no espaço, nas ações, levando a jovens, mulheres e homens melhores oportunidades de vida, capacitação para o mercado de trabalho, novas aprendizagens para “vida a fora”, educação para os direitos humanos e cidadania, orientação para mulheres vítimas de violência, entre outros.

Destacamos que a educação formal não está presente como uma das linhas de ação do grupo, não existe uma meta ou um planejamento para que as mulheres que integram o grupo retomem à escola/ universidade/ instituições de nível superior. Constatamos que das oito mulheres entrevistadas, três tem nível superior, duas fazem cursinho pré-vestibular, uma já faz Curso de Serviço Social à distância; e entre quatro, apenas duas não estudam, mas tem o ensino médio completo. Quatro das entrevistadas relataram que voltaram a estudar porque se sentiram influenciadas por outras mulheres do GMB, porque as atividades do grupo exigiam uma melhor preparação, e ainda porque, nas reuniões que acontecem no grupo, são sempre chamadas atenção a se empoderar do conhecimento.

Pensamos que esta pesquisa revela ainda a importância da educação desenvolvida em ambientes de educação não-formal, chama atenção para um olhar acerca das práticas educativas que estão sendo desenvolvidas fora dos âmbitos formais de educação e informa as diversas aprendizagens e intencionalidades das práticas desenvolvidas no movimento de mulheres investigado.

Em nossa opinião essas práticas educativas fora dos espaços formais deveriam também ter maior destaque no olhar dos governantes, poderiam servi de laboratórios para a construção de políticas públicas educacionais, sociais e econômicas. E que tivessem reconhecimento da sua importância por parte dos pesquisadores e conseqüentemente mais pesquisas realizadas acerca das práticas educativas nos diversos movimentos sociais e outros espaços de educação não-formal.

Encerramos esse trabalho singular em nossa trajetória acadêmica desejando que o mesmo sirva de auxílio para as discussões internas do grupo e em especial como fonte de estudos para alunos e professores da Universidade Federal do Pará e de outras instituições que tenham interesse pela temática Movimento de Mulheres e Educação, buscando estudar e aprofundar esta temática tão cara aos direitos humanos.

Nosso grande educador brasileiro Paulo Freire dizia “que a sociedade não muda sem a educação e que nem a educação muda sem a sociedade”. Acrescentaríamos que ambas não mudam sem a existência dos inúmeros movimentos sociais que surgiram e surgem, que fizeram e fazem no dia-a-dia práticas educativas concretas, e que contribuem na formação de

sujeitos emancipados, agentes de transformação social, conhecedores de seus direitos e deveres, entre outras aprendizagens.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Experiências de Inovação Educativa: O Currículo na Prática da Escola. In: **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas, São Paulo. Papirus. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 1999. p. 131-164.

_____. O Direito do trabalhador à Educação. In: **Trabalho e Conhecimento: dilemas na Educação do Trabalhador**. 4ª Edição. Cortez Editora. São Paulo. 2002. p. 75-91.

_____. Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, Jan/Jun 2003. p. 28-49.

ÁVILA, Maria Betânia, SILVA, Margarida Pereira da, ALMEIDA, Vanete. Divisão do trabalho entre homens e mulheres: uma situação injusta e desigual. In: **Nosso trabalho tem valor! Mulher e Agricultura Familiar**. SOS CORPO (Instituto Feminista para a Democracia). Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMT/NE). 2006.

ÁVILA, Maria Betânia. Divisão Sexual do Trabalho: Desafio para a Agroecologia. In: **Encontros possíveis – Feminismo e Agroecologia**. Recife: SOS CORPO (Instituto Feminista para a Democracia) 2007. p. 106-125.

A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br>. Acesso dia 01 de junho de 2011.

As quatro conferências Mundiais: Desenvolvimento e objetivos. Disponível em <http://www.escueladefeminismo.org>. Acesso dia 01 de junho de 2011.

BARBOSA, Regina Helena Simões. **Mulheres, Reprodução e AIDS: As tramas da ideologia na assistência à saúde de gestantes HIV+**. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. 310 p.

BANDEIRA, Lourdes, MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2010.

BERRO, Eloisa Castro. A feminização da pobreza: reflexões e superação. In: **Gênero e Políticas Públicas: A construção de uma experiência de formação**. Campo Grande. UCDB. p.133-140. 2008. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/Gênero%20e%20políticas%20públicas.pdf>. Acesso dia 08 de outubro de 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. **O que é Educação**. 33ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 20).

BRASÍLIA. **Com todas as mulheres, por todos os seus direitos**. Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, raça e Etnia e Agencia Española de Cooperación Internacional para El Desarrollo (AECID). 2010.

BLAY, Eva Altermam. Violência contra a mulher e políticas públicas. In: **Estudos Avançados**. [online]. 2003, vol.17, n.49, p. 87-98. 2003.

BRUSCHINI, Cristina, Maria Rosa, LOMBADI e UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil**. Brasília. 2006. p. 61-93.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In: **Estudos Avançados**. Vol. 17. Nº. 49. São Paulo. Sept. / Dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50103-40142003000300008. Acesso dia 08 de outubro de 2009.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 3ª Edição. São Paulo; Cortez. (Coleção Prospectiva; 5). 2000.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, 1. sem. 2005. p. 9-35.

Contra-Informe da Sociedade Civil ao VI Relatório Nacional Brasileiro à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher – CEDAW - período 2001 – 2005. Brasil, julho de 2007.

Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Nova York, Nações Unidas, 1979). Disponível em: <http://www.oas.org>. Acesso dia 11 de junho de 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DIAS, Eurípedes da Cunha Dias. Arqueologia dos Movimentos Sociais. In: **Série Antropologia**. Departamento de Antropologia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de

Brasília. 2001. Disponível em: <http://www.unib.br/ics/dan/Serie310empdef.pdf>. Acesso dia 04 de outubro de 2009.

Disque-denúncia contra violência doméstica registra aumento de 112% nos atendimentos. Disponível em: <http://www.spm.rs.gov.br>. Acesso em 28 de maio de 2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo. In: **Cadernos de Pesquisa**. Nº. 115, Março. 2002. p. 139-154.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. In: **Estudos Avançados**. [online]. 2003, vol.17, n.49, p. 151-172. São Paulo Sept./ Dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300010&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso dia 08 de outubro de 2009.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de Política Educacional**. Roteiro de trabalho do mini – curso oferecido durante a 31ª Reunião Anual oferecido durante a 31ª. Reunião Anual da ANPED, GT 15, Educação Especial. Caxambu, MG, 19 - 22 de outubro de 2008.

E a Saúde Como Vai? Pesquisa Mulheres do Benguí de Olho na Saúde. Cartilha. Belém-Pará. 2004.

Estatuto do Grupo de Mulheres Brasileiras. Reformulado em 2010.

FERREIRA, Mary. **Os Bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão**. EDUFMA. São Luís. 2010.

FRANZONI, Gleidismara do S. Cardozo de C. **O feminismo e a construção do conceito de gênero**. Trabalho apresentado no XIV Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero e II Seminário Nacional “O Feminismo no Brasil, Reflexões Teóricas e Perspectivas”. Realização: Universidade Federal da Bahia. 2009. p. 21-84.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1996.

GATTI, Bernadete Angelina. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v.1)

GADOTTI, Moacir. Crítica da Educação Brasileira. In: **Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório**. 10ª Edição- São Paulo: Cortez, 1997.p. 109-163.

_____. A questão da educação formal/não-formal. In: **Institut International des Droits de l'enfant (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?** Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005. p. 1-11.

GASPAR, Alberto. A educação formal e a educação informal em ciências. In: **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 171-184.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. 1998. Disponível em: http://www.professordilson.pro.br/omono/Classifica%C3%A7%C3%A3o_de_Pesquisas.doc. Acesso dia 28 de outubro de 2009.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: **Aval. Pol. Pub. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, nº. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. 4ª edição. Edições Loyola. São Paulo. Brasil. Julho de 2008.

GMB – Grupo de Mulheres do Benguí. Cartilha. Belém-Pará. (s/d).

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto; Tanuri, Leonor Maria. A Evolução da Educação Básica no Brasil – Política de Organização. In: **Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão – Leituras**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning. 2004. p. 36 - 67.

Hobsbawm, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

IZUNIMO, Wânia Pasinato. **Justiça e Violência contra a Mulher: O papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. 2ª Edição. Coleção Selo Universidade. Editora Annablume. 2004.

IBGE detecta mudanças na família brasileira. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso dia 10 de junho de 2011.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. In: **Estudos Avançados**. [online]. 2003, vol.17, n.49. p. 271 – 284. São Paulo Sept./

Dec 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300016&script=sci_arttext. Acesso dia 08 de outubro de 2009.

Lei Maria da Penha. Disponível em http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha. Acesso dia 01 de Junho de 2011.

LIBÂNIO, Carlos José. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: **Didática, Currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. p. 11- 45.

_____. **Pedagogia e Pedagogo, para quê?**. Editora Cortez. 8ª Edição. 2005.

LIMA, Mirian Késia Labs de. **Movimento Social MAP: Como Emergente Paradigma Transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental**. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. **V. R. Gênero e Saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1996. p. 1-15.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós – estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Luta pelo direito das mulheres. Disponível em: <http://www.redemulher.org.br/luta.htm>. Acesso dia 14 de outubro de 2009.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945 -1964. Lydia da Cunha – Uma militante**. Tese de Doutorado. 2001. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/tese-2001_MACEDO_ELZA_DELY_VELOSO-5.pdf. Acesso dia 14 de outubro de 2009.

MAUÉS, Marilene Silva. **A temática gênero nas produções provenientes dos grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007.

MACHADO. Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de. **Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro**. In: Rev. Estud. Fem. vol.17. n°. 2. Florianópolis. maio/ago. 2009.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago. 2004.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. HUCITEC-ABRASCO. São Paulo – Rio de Janeiro, 1992. p. 46-49.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. 2009. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf. Acesso dia 12 de maio de 2011.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 27ª Edição. Petrópolis – RJ. Vozes. 2008.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. In: **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar**. O caso do Brasil. Santiago de Chile, junio de 2003. Serie Mujer y Desarrollo. p. 7-21.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2008-2009 (tabela). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso dia 10 de junho de 2011.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Movimentos Sociais e Educação popular no Brasil Urbano Industrial**. 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT03-2268--Int.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2010.

PARO, Victor Henrique. **Gestão escolar, democrática e qualidade do ensino**. São Paulo: Àtica, 2007. (Educação em Ação).

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **História**. São Paulo, v.24, N.1. 2005. p. 77-98.

Pesquisa Mensal de Emprego – PME. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso dia 10 de junho de 2011.

PITANGUY, Jaqueline. **Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil**. Novembro de 2002. Disponível em: <http://docs.google.com/gview?a=v&q=cache:tli8jWBYYQsJ:www.eclac.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf+Movimento+de+Mulheres+e+Pol%C3%ADticas+de+G%C3%AAnero+no+Brasil&hl=ptBR&gl=br&sig=AFQjCNHakTVB4vwkwew1Por37ipuASpdCA>. Acesso dia 04 de maio de 2009.

_____. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. In: **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar**. O caso do Brasil. Santiago de Chile, junio de 2003. Serie Mujer y Desarrollo. p. 23-36.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasil. 2007. Disponível em: <http://www.campanhapontofinal.com.br>. Acesso dia 28 de maio de 2011.

PICOLOTOO. **Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo**. In: Otra Economía - Volumen II - N° 3 - 2° semestre/ 2008. p. 74-92.

Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso dia 10 de junho de 2011.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. In: **labrys, estudos feministas**. número 3, janeiro/ julho 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/margal.htm>. Acesso dia 14 de outubro de 2009.

ROSA, Waldemir. Sexo e cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. In: **Rev. Estud. Fem.** vol. 17. nº. 3. Florianópolis set./dez. 2009.

SANCHES, Solange; GEBRIM, Vera Lucia Mattar. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. In: **Estudos Avançados**. [online]. 2003, vol.17, n.49. p. 99-116. São Paulo Sept./ Dec 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300007. Acesso dia 08 de outubro de 2009.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 10ª Edição revisada. Campinas, SP. Autores Associados. Coleção Educação Contemporânea. 2008. p. 11-26.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito ou Realidade**. Direitos de publicação em língua portuguesa reservados pela Livraria Quatro Artes. São Paulo. Brasil. 1969.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/. Acesso dia 04 de outubro de 2009.

SARTI, Cyntia. **Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular**. 1988. Cad. Pesq. São Paulo (64). 1988. p. 38 - 47.

SILVA, Edna Lúcia da; MENESES, Estera Muskat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª Edição Revisada e Atualizada. Florianópolis. Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 2001. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>. Acesso dia 10 de outubro de 2009.

SILVA, Ana Lúcia da. Escola, Sociedade e História: Vivências Plurais e Movimentos Sociais. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Ano III. Nº 24. Mensal. Maio de 2003.

SILVA, Maria Evaneide Pantoja da. **Socialização de agricultoras no movimento de mulheres do Nordeste Paraense**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônica, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Amazônia Oriental, Belém, 2008.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Mulheres em movimento: memória da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das relações de gênero nos anos 1970 a 1980**. 2 ed. São Luís/MA: EDUFMA, 2009.

SOUSA Junior, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2010.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas**. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniasouza.pdf>. Acesso dia 07 de outubro de 2009.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**.1995. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCHUMAHER, Shumar; BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro. Senac Nacional, SENAC EDITORAS. 2007. Publicado em parceria com a REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano).

Trabalho feito de sonho: uma boa prática de enfrentamento do trabalho infanto-juvenil doméstico no Pará / Cedeca Emaús, Prefeitura Municipal de Belém. – Belém: Emaús; [Brasília]: OIT, 2003.

Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o sexo – 2008-2009 (tabela). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso dia 10 de junho de 2011.

Violência contra a Mulher: Desafios e Lutas na Prevenção e Combate. Fundação Papa João XXIII/ Prefeitura Municipal de Belém/ Ministério da Justiça. Belém-Pa. 2001.

Violência contra a Mulher. Disponível em: <http://www.spm.salvador.ba.gov.br>. Acesso em 28 de maio de 2011.

VOLANIN, Leopoldo. **Poder e Mídia: A criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil nos últimos trinta anos**. (s/d). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pdf/arquivos/760 - 4.pdf>. Acesso dia 07 de outubro de 2009.

ZANIRATTI, José Augusto. **O que é Movimento Popular**. 1990. Disponível em: http://frankbarroso.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83:o-que-e-movimento-popular&catid=40:lideranca&Itemid=4. Acesso dia 12 de maio de 2011.

ANEXOS

Quadro comparativo com as principais alterações após a Lei Maria da Penha:

ANTES DA LEI MARIA DA PENHA	DEPOIS DA LEI MARIA DA PENHA
Não existia lei específica sobre a violência doméstica	Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
Não tratava das relações entre pessoas do mesmo sexo.	Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual.
Nos casos de violência, aplicava-se a Lei nº 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, onde só se julgam crimes de " <i>menor potencial ofensivo</i> " (pena máxima de 2 anos).	Retira desses Juizados a competência para julgar os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Esses juizados só tratavam do crime. Para dirimir demais conflitos, como as questões cíveis (separação, pensão, guarda de filhos), havia a necessidade de se ingressar com outra ação na Vara de família.	Foram criados Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, abrangendo todas as questões.
Permite a aplicação de penas pecuniárias, como cestas básicas e multas.	Proíbe a aplicação dessas penas.
A autoridade policial fazia um resumo dos fatos e registrava num termo padrão (igual para todos os casos de atendidos).	Possui um capítulo específico que prevê os procedimentos a serem adotados pela autoridade policial no que se refere às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
A mulher podia desistir da denúncia na delegacia.	A mulher só pode renunciar perante o Juiz.
Era a mulher quem, muitas vezes, entregava a intimação para o agressor comparecer às audiências.	Proíbe que a mulher entregue a intimação ao agressor.
Não era prevista decretação, pelo Juiz, de prisão preventiva, nem flagrante, do agressor (Legislação Penal).	Possibilita a prisão em flagrante e a prisão preventiva do agressor, a depender dos riscos que a mulher corre.
A mulher vítima de violência doméstica e familiar nem sempre era informada quanto ao andamento do seu processo e, muitas vezes, ia às audiências sem advogado ou defensor público.	A mulher será notificada dos atos processuais, especialmente quanto ao ingresso e saída da prisão do agressor, e terá que ser acompanhada por advogado, ou defensor, em todos os atos processuais.
A violência doméstica e familiar contra a mulher não era considerada agravante de pena. (art. 61 do Código Penal).	Esse tipo de violência passa a ser prevista, no Código Penal, como agravante de pena.
A pena para esse tipo de violência doméstica e familiar era de 6 meses a 1 ano.	A pena mínima é reduzida para 3 meses e a máxima aumentada para 3 anos, acrescentando-se mais 1/3 no caso de

	portadoras de deficiência.
<p>Não era previsto o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação (Lei de Execuções Penais).</p>	<p>Permite ao Juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.</p>
<p>O agressor podia continuar freqüentando os mesmos lugares que a vítima freqüentava. Tampouco era proibido de manter qualquer forma de contato com a agredida.</p>	<p>O Juiz pode fixar o limite mínimo de distância entre o agressor e a vítima, seus familiares e testemunhas. Pode também proibir qualquer tipo de contato com a agredida, seus familiares e testemunhas.</p>

Fonte: http://www.observe.ufba.br/lei_aspectos

A Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência, segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é composta pelos seguintes serviços:

- **Centros de Referência:** Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania (Norma Técnica de Padronização- Centro de Referência de Atendimento à Mulher, SPM: 2006). O Centro de Referência deve exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não-governamentais que integram a Rede de Atendimento. Assim, os Centros de Referência devem, além de prestar o acolhimento e atendimento à mulher em situação de violência, monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas instituições que compõe a Rede.
- **Casas-Abrigo:** As Casas-Abrigo são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral às mulheres em risco de morte iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter **sigiloso** e **temporário**, no qual as usuárias permanecem por um período determinado para reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.
- **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher:** As DEAM's são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. As atividades das DEAM's têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, que devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito (Norma Técnica de Padronização – DEAM's, SPM: 2006). Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAM's passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas.
- **Defensorias da Mulher:** As Defensorias da Mulher têm a finalidade de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. É órgão do Estado, responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios. A SPM tem investido na criação e consolidação de Defensorias da Mulher como uma das formas de ampliar o acesso à

Justiça e garantir às mulheres orientação jurídica adequada, bem como o acompanhamento de seus processos.

- **Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher:** Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal que poderão ser criados pela União (no Distrito Federal e nos Territórios) e pelos Estados para o processo, julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que prevê a criação dos Juizados, esses poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.
- **Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180:** A Central de Atendimento à Mulher é um serviço do governo federal que auxilia e orienta as mulheres em situação de violência através do número de utilidade pública 180. As ligações podem ser feitas gratuitamente de qualquer parte do território nacional. O Ligue 180 foi criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2005 e conta com 80 atendentes que cobrem o período de 24 horas diárias, inclusive nos feriados e finais de semana – ocasiões em que o número de ocorrências de violência contra a mulher aumenta. As atendentes da Central são capacitadas permanentemente em questões de gênero, legislação, políticas governamentais para as mulheres. Cabe à Central o encaminhamento da mulher para os serviços da rede de atendimento mais próxima, assim como prestar informações sobre os demais serviços disponíveis para o enfrentamento à violência. A Central 180 também recebe e encaminha as denúncias das mulheres em situação de violência.
- **Ouvidorias:** A Ouvidoria é o canal de acesso e comunicação direta entre a instituição e a (o) cidadã (o). É um espaço de escuta qualificada, que procura atuar através da articulação com outros serviços de ouvidoria em todo o país, encaminhando os casos que chegam para os órgãos competentes em nível federal, estadual e municipal, além de proporcionar atendimentos diretos. Portanto, a Ouvidoria visa fortalecer os direitos da cidadã, orientando-a e aproximando-a da instituição, estimulando o processo de melhoria contínua da qualidade. Vale notar que a SPM possui o serviço de ouvidoria disponibilizado à população desde 2003.
- **Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):** Os Centros de Referência da

Assistência Social fazem parte do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) e desenvolvem serviços básicos continuados e ações de caráter preventivo para famílias em situação de vulnerabilidade social (proteção básica). Os CREAS, por outro lado, são responsáveis pela proteção de famílias e indivíduos que tenham seus direitos violados e que vivam em situações de risco pessoal e social (proteção especial).

- **Centro de Educação e Reabilitação do Agressor:** Constituem espaços de atendimento e acompanhamento de homens autores de violência, encaminhados pelos Juizados Especiais de Violência Doméstica/Familiar contra a Mulher e demais juizados/varas. Os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor visam a reeducação dos homens autores de violência e a construção de novas masculinidades, a partir do conceito de gênero e de uma abordagem responsabilizadora.
- **Polícia Civil e Militar:** A Delegacia comum também deve registrar toda e qualquer ocorrência oriunda de uma mulher vítima de violência. São os profissionais da Polícia Militar que, muitas vezes, fazem o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública, e encaminham as partes para outros serviços da rede.
- **Instituto Médico Legal:** O IML desempenha um papel importante no atendimento à mulher em situação de violência, principalmente as vítimas de violência física e sexual. Sua função é decisiva na coleta de provas que serão necessárias ao processo judicial e condenação do agressor. É o IML quem faz a coleta ou validação das provas recolhidas e demais providências periciais do caso.
- **Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual:** A área da saúde, por meio da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, tem prestado assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência sexual, inclusive quanto à interrupção da gravidez prevista em lei nos casos de estupro.

O Estatuto do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), reformulado em 2010. A estrutura organizativa do grupo é composta pelos seguintes órgãos:

- 1) Assembleia Geral: é o órgão soberano do GMB, que será constituído pelas associadas fundadoras, efetivas e colaboradoras em pleno gozo de seus direitos estatutários. Suas competências são: eleger e destituir o Conselho Deliberativo, Coordenação Executiva e Conselho Fiscal; estudar avaliar e aprovar o plano de trabalho apresentado pelo Conselho Deliberativo e Coordenação Executiva; apreciar e aprovar as prestações de contas; alterar o presente Estatuto Social; aprovar a admissão e destituição de novas sócias; deliberar sobre a extinção do GMB; e em reuniões extraordinárias, estudar, avaliar, aprovar ou não os assuntos que levaram à sua convocação.
- 2) Conselho Deliberativo: é o órgão de direção política e de representação do GMB e tem por função e competência traçar as diretrizes políticas e técnicas do GMB, deliberar sobre novos projetos e áreas de atuação e acompanhamento dos projetos em andamento.
- 3) Coordenadoria Executiva: É o órgão de execução e de representação do GMB e composta por:
 - Coordenadora Executiva: tem as seguintes competências: representar o GMB ativa e passivamente, em juízo ou fora dele ou delegar essa competência, em casos urgentes justificados, especificando os limites da representação; convocar e presidir as Assembleias Gerais; outorgar procuração em nome do GMB, estabelecendo poderes e prazos de validade; convocar e coordenar as assembleias gerais; assinar conjuntamente com a coordenadora financeira, cheques, recibos, contratos/convênios e balanço ao final de cada ano.
 - Secretária Executiva: tem as seguintes competências: Substituir a coordenadora executiva em sua ausência; Colaborar com a coordenadora executiva em suas funções; redigir as atas das reuniões da coordenação executiva e das assembleias gerais; Manter organizado o arquivo histórico e a secretaria administrativa do GMB.
 - Coordenadora Financeira: Tem as seguintes competências: assinar, em conjunto com a coordenadora executiva ou secretaria executiva, os cheques; efetuar pagamentos e recebimentos autorizados, ou delegar, conforme previsto neste estatuto; coordenar os trabalhos de tesouraria e

contabilidade; apresentar ao Conselho Fiscal o balanço anual; apresentar prestação de contas anualmente em assembléia geral; coordenar a manutenção e zelo pelo patrimônio do GMB.

- Coordenadora de Formação: tem as seguintes competências: elaborar e apresentar proposta de trabalho de formação em assembléia geral; executar e coordenar programas e ou cursos de formação; elaborar relatórios das atividades desenvolvidas.
- Coordenadora de Mobilização de Recursos: tem as seguintes competências: elaborar e apresentar proposta de projetos de acordo com o plano de trabalho; articular e mobilizar agências de apoio.

- 4) Conselho Fiscal: é o órgão responsável por fiscalizar a administração contábil-financeira do GMB. Será composto por 03 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 03 (três) anos e posse no ato de sua eleição, admitindo-se uma reeleição para o mesmo cargo. Tem por competências: opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores; representar para a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade verificada nas contas da associação; requisitar a coordenação executiva, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pelo GMB.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADORA DO GMB**IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO:****IDADE () SEXO () OCUPAÇÃO ()**

- 1) Por que ingressou no GMB? Há quanto tempo?
- 2) Desde quando é coordenadora do GMB?
- 3) Como é realizada a eleição para coordenação do GMB?
- 4) Quanto tempo dura o mandato?
- 5) Como ingressou na função, a partir de que ano?
- 6) Como foi a criação do GMB?
- 7) Quem coordenou a criação do GMB? Quando?
- 8) O GMB arrecada recursos? Quais? Como?
- 9) Quem decide sobre onde e como usar os recursos?
- 10) Quais ações estão sendo implantadas atualmente pelo GMB?
- 11) Quais suas impressões sobre o desempenho do GMB?
- 12) Há um calendário previamente estabelecido para as reuniões do GMB? As reuniões são registradas em atas? Todas as integrantes do grupo sabem os dias de reuniões? Como são divulgadas?
- 13) As linhas de atuação vêm sendo efetivadas? De que forma?
- 14) Quais as principais mudanças introduzidas nos últimos anos após a implantação do GMB?
- 15) Você acha que melhorou a situação do bairro com as ações do GMB?
- 16) Como o GMB se relaciona com a comunidade externa (escolas, associação de moradores, igrejas, demais grupos de Mulheres)?
- 17) Como é a organização interna do GMB?
- 18) Nas reuniões do grupo existe alguma forma de estímulo as mulheres para voltarem a estudar, aumentar seu nível de escolaridade?
- 19) Você percebe nas ações do GMB ações educativas?
- 20) Que sugestões você daria para melhorar o GMB?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PARTICIPANTE DO GMB**IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO:****IDADE () SEXO () OCUPAÇÃO ()**

- 1) Há quanto tempo vem participando? Por que decidiu participar do GMB?
- 2) Como foi a criação do GMB? Quando?
- 3) Que ações estão sendo implementadas pelo GMB atualmente?
- 4) Quem coordena o GMB hoje e Como faz isso?
- 5) O GMB arrecada recursos? Quais? Como?
- 6) Quem decide sobre onde e como usar os recursos?
- 7) Quais suas impressões sobre o desempenho do GMB?
- 8) Há um calendário previamente estabelecido para as reuniões do GMB? As reuniões são registradas em atas? Todas as participantes sabem os dias de reuniões do GMB?
- 9) Você conhece as linhas de ações do GMB?
- 10) O GMB vem mudando por meio de suas ações a realidade do bairro?
- 11) Você percebe nas ações do GMB ações educativas?
- 12) Nas reuniões do Grupo há algum tipo de estímulo as mulheres para voltar a estudar, aumentar seu nível de escolaridade?
- 13) Como o GMB se relaciona com a comunidade (Escolas, Sindicatos, Associação de Moradores, Igrejas, demais Grupos de Mulheres)?
- 14) Como é a organização interna do GMB?
- 15) Que sugestões você daria para melhorar o GMB?